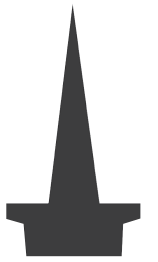


TERÇA-FEIRA
15 de abril de 2025
Ano 52, Nº 17.008
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$ 1

Jornal de Brasília



SUSTENTABILIDADE

DF quer ser exemplo de energia limpa

Durante evento internacional em Dubai, Ibaneis Rocha anunciou mais investimentos nessa área e disse ainda que a meta do GDF é totalizar, até o final de 2026, seis milhões de árvores plantadas ›3

CLAIRTON PASSOS



CAROLINA LANDO

Das margens ao centro, as belezas que cercam Brasília

Saiba a relação afetiva das regiões administrativas com a história da capital, a exemplo do Gama, com seus monumentos, como a Capela São Francisco de Assis, e a resistência dos moradores de Ceilândia. Falando em cultura, o quadradinho também revela seus talentos, como a MPB contemporânea de Lucas Maranhão. ›4, 5 e 17

Criança de 3 anos morre em tiroteio

Discussão em um baile na Ceilândia também tirou a vida de uma mulher de 39 anos e feriu outras duas pessoas ›2

Sem previsão de alta para Bolsonaro

Segundo equipe médica, ex-presidente deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas após cirurgia no intestino ›9

STF suspende ações de pejotização

Divergência da Justiça do Trabalho sobre vínculo empregatício gerou aumento nos processos que chegam à Corte ›3



VIOLÊNCIA

Tiroteio em Ceilândia mata criança de 3 anos

Uma mulher também morreu e mais outras duas pessoas foram atingidas

DANIEL XAVIER
redacao@grupojbr.com

Na noite desse domingo, por volta das 23h20, um tiroteio durante um baile na QNM 06, Conjunto E, em Ceilândia Norte, atingiu quatro pessoas. Entre as vítimas estava uma menina de apenas três anos, que não resistiu aos ferimentos e morreu no Hospital Regional de Taguatinga (HRT), além de uma mulher de 39 anos que também perdeu a vida.

O tiroteio teve início após uma discussão entre dois homens no baile. Um deles deixou o local e retornou momentos depois com um adolescente de 15 anos, contratado para executar o rival que permanecia no evento. O jovem chegou armado e disparou contra os presentes, atingindo diversas pessoas. Uma das vítimas, estava com a neta no colo quando foi baleada; ambos ficaram feridos. Também foi atingida Juliana Pereira, de 39 anos, mãe de cinco filhos, que não resistiu aos ferimentos e morreu às 5h25 no Hospital Regional de Taguatinga (HRT). A equipe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) socorreu duas das quatro vítimas. Um homem de 37 anos, ferido no olho, estava consciente e orientado, sendo levado ao Hospital de Base. Outra vítima, também do sexo masculino, foi atingida no braço direito e recebeu os primeiros socorros do SAMU, que realizou o transporte até a unidade hospitalar.

DIVULGAÇÃO/PMDF



Relato de um homem apontou que o autor dos disparos estava escondido em um quiosque

Prisão e investigação

A equipe de Rádio Patrulha 28 (RP 28) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) estava na 15ª Delegacia de Polícia (DP), registrando uma ocorrência, quando foi abordada por um homem que relatou o tiroteio ocorrido em um baile e informou o paradeiro do autor dos disparos. Segundo o relato, o suspeito estava escondido em um quiosque na mesma quadra. Os policiais foram até o local e encontraram o adolescente com a arma utilizada no crime escondida debaixo de uma prateleira do estabelecimento.

O menor foi detido pela PMDF e encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente II (DCA II). Durante o depoimento, o jovem apresentou duas versões diferentes para o crime. Inicialmente, alegou que, cinco dias antes, havia sido agredido com um tapa e decidiu se vingar. No entanto, ao ser ouvido pelos policiais civis, o adolescente afirmou que agiu por conta própria e que o alvo dos disparos seria um traficante que o ameaçava após ele ter perdido uma carga de drogas.

Apesar da confissão, os investigadores não descartam a possibilidade de que o crime tenha sido encomendado, e seguem apurando a existência de um mandante e a real motivação do ataque.

ATAQUE FEROZ

Pitbull mata a tutora

Um ataque brutal ocorrido na manhã de domingo (13) chocou moradores de um condomínio residencial na Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal. Stefane Xavier da Silva, de 31 anos, foi morta dentro de casa após ser atacada pelo próprio cachorro, da raça pitbull. O caso aconteceu por volta das 9h, na Rua Parque Nova Friburgo A, onde ela vivia com a companheira e um bebê.

Segundo informações confirmadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO), a vítima foi encontrada caída na sala, com ferimentos graves na região do pescoço e intensa perda de sangue. Stefane já não apresentava sinais vitais quando a equipe de resgate chegou ao local.

O desespero tomou conta da casa. A companheira da vítima, em estado de choque, acionou os bombeiros e pediu ajuda aos vizinhos. O temor de novos ataques, principalmente ao bebê que também estava na residência, levou os moradores a intervirem de forma drástica. O cachorro foi contido com pauladas e facadas até a morte.

O corpo da vítima ficou sob custódia da Polícia Militar do Goiás (PMGO) e foi encaminhado à Polícia Técnico-Científica. As autoridades ainda investigam o que teria motivado o ataque do animal, considerado de temperamento instável, especialmente quando não devidamente treinado ou socializado. Apesar da brutalidade do episódio, vizinhos relatam que o cachorro convivia há algum tempo com a família e nunca havia demonstrado comportamento agressivo. Moradores da região, ainda abalados, lamentam a perda da jovem e se mobilizam para prestar apoio à companheira e à criança, que presenciou parte da tragédia (*Daniel Xavier, do JBr*).

ACIDENTE

Menina tem cabelo sugado por ralo

Uma menina de 11 anos passou por momentos de desespero após ter o cabelo sugado pelo ralo de uma piscina e quase se afogar, no sábado, em uma chácara localizada na Quadra 700 do Sol Nascente, no Distrito Federal. O espaço havia sido alugado para a realização de uma festa de aniversário.

Segundo informações da 23ª Delegacia de Polícia (Setor P Sul), responsável pela investigação, a criança estava na piscina de adultos quando teve os cabelos sugados por um ralo com forte sistema de sucção. A mãe procurou a 23ª DP para relatar que sua filha havia sido vítima de um quase afogamento em uma chácara alugada para a realização de uma festa de aniversário. Submersa por alguns minutos, a criança foi resgatada após uma amiga perceber o que estava acontecendo e pedir ajuda aos demais convidados. Neste momento, outras pessoas se mobilizaram para socorrê-la, conseguindo erguer seu corpo para que ela voltasse a respirar.

Testemunhas relataram que a menina já apresentava sinais de princípio de afogamento quando foi retirada da água. O resgate só foi possível após cortarem parte do cabelo da criança com uma faca, uma vez que o responsável pelo local teria demorado a desligar o sistema de sucção da piscina.

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410



Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00
Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Morais (thiago.morais@grupojbr.com)
Vítor Mendonça (vitor.mendonca@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

TRANSFORMAÇÃO

Capital da sustentabilidade

Em Dubai, Ibaneis destaca investimento em energia limpa nos prédios públicos e o plantio de árvores

Em palestra no evento *Brazil Emirates Conference*, promovido pelo Grupo Lide, nessa segunda-feira, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o governador Ibaneis Rocha afirmou que o Distrito Federal vai ampliar o investimento tanto em energia limpa para abastecer os prédios da administração pública local quanto no plantio de novas árvores na cidade.

"A meta é que até o final de 2026 sejam totalizadas seis milhões de árvores plantadas pela Novacap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil] para fazer uma captação de carbono ainda maior e trazer mais qualidade de vida para quem mora ou visita a capital da república", declarou o governador. "Além disso, temos um projeto com financiamento internacional do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] de 112 milhões de euros para abastecer todos os prédios públicos do DF. Isso nos coloca na posição de vanguarda em relação aos demais estados da Federação."

Um exemplo disso são os prédios das secretarias de Saúde (SES-DF) e de Educação (SEEDF). Segundo o chefe do Executivo, as pastas vão passar a contar com o abastecimento de energia limpa: "A Saúde é a que mais consome na capital, e estamos investindo R$ 441 milhões para que todos os prédios tenham essa energia sustentável. A parceria se estendeu para a Secretaria de Educação também, que contará com aporte de mais de R$ 120 milhões para que as 900 unidades escolares e os edifícios administrativos sejam abastecidos por meio de placas fotovoltaicas".

Outro avanço significativo é a modernização da Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb), que agora inclui a geração de energia elétrica entre suas atividades. A empresa obteve um financiamento de R$ 312 milhões do banco alemão KFW para investir não apenas no saneamento, mas também na produção de energia limpa a partir do biogás. Além disso, o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Neoenergia firmaram um acordo para a instalação de um posto de abastecimento de Hidrogênio Verde em Brasília, ampliando as opções de soluções sustentáveis na capital.

No DF, a sustentabilidade tem sido colocada em prática nos últimos anos. A lei distrital nº 6.891/2021, conhecida como Lei de Renováveis, tem o objetivo de tornar a região uma referência na adoção de fontes de energia renováveis. Um dos destaques nesta pauta é o projeto CITinova, uma colaboração com a ONU que busca fomentar o uso da energia solar e promover práticas ambientais sustentáveis nas bacias do Rio Descoberto e do Lago Paranoá.

MELRISH STUDIO/LIDE



Ibaneis: "Começamos a traçar o caminho da sustentabilidade em 2020"

O GDF também tem feito a substituição das luminárias de vapor de sódio por modelos de LED, medida que visa a diminuir tanto o consumo de energia quanto as emissões de CO^2, com a meta de renovar toda a iluminação pública do DF nos próximos anos. Neste ano, entre janeiro e março, o DF ganhou 50 mil novas lâmpadas.

No setor de mobilidade, uma das principais ações é a implementação de uma frota de 90 ônibus elétricos. Esses veículos são mais silenciosos, climatizados, confortáveis e seguros, além de contribuírem para a redução das emissões de poluentes.

"A meta é que Brasília, dentro de cinco anos, tenha toda a sua frota de ônibus elétricos", pontuou o governador. "Inicialmente, esses 90 veículos vão circular no Plano Piloto, mas a ideia é atingir todas as demais regiões administrativas, transformando não só a frota de automóveis, mas também de ônibus, para o consumo de energia sustentável."

Este governo também incentiva o uso de veículos elétricos e híbridos, oferecendo isenção de IPVA para os proprietários desses automóveis, além de já disponibilizar centenas de pontos de recarga (eletropostos) em pontos estratégicos da capital.

"Começamos a traçar o caminho da sustentabilidade em 2020, quando isentei os impostos de carros elétricos e híbridos da capital", lembrou Ibaneis Rocha. "No DF temos uma das maiores frotas proporcionais desses veículos. Só neste ano, foram vendidos mais de 18 mil carros desta natureza no Distrito Federal, justamente por conta desse incentivo fiscal que demos."

Governador destaca transformação da Caesb e anuncia crédito para taxistas comprarem carros elétricos

Ibaneis Rocha tem apresentado as ações do Distrito Federal no campo da sustentabilidade no evento Brazil Emirates Conference, em Dubai

Novo modelo para o DF

O governador Ibaneis Rocha reforçou a vocação para a sustentabilidade da capital ao reforçar investimentos na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e uma linha de crédito para taxistas adquirirem veículos elétricos. As afirmações foram feitas no evento Brazil Emirates Conference, promovido pelo Lide, nesta segunda-feira (14), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Recentemente, o GDF sancionou uma lei que reestrutura e amplia o objeto social da Caesb, permitindo à companhia estabelecer parcerias com o setor público e privado, entre elas a geração e comercialização de gás e energia elétrica como atividades econômicas. Essa iniciativa reduzirá o consumo de energia elétrica convencional e os custos operacionais da empresa.

"A Caesb vem passando por uma transformação. Tinha um custo de R$ 220 milhões por ano para suprir as necessidades da companhia. Nós passamos por um processo de transição, tivemos a redução desse custo de 30% desse custo, mas nós entendemos como uma grande oportunidade [assinar o financiamento com um banco alemão] para investir em energia renovável e trazer sustentabilidade às ações da empresa. Separamos um terreno da Terracap para fazer essa parceria, faremos no sistema de concessão, e eles vão instalar a planta que vai suprir toda a necessidade da Caesb, detalhou Ibaneis Rocha.

Ibaneis explicou ainda que a companhia vem passando por uma transformação na transmissão dos dados, deixando de ser analógica e passando a ser digital, incluindo os dados de telemetria, para poder, por exemplo, medir desperdícios no consumo de água. "São vários projetos que a gente vem tocando, e isso vai ter um impacto na vida das pessoas, tanto os que vêm de fora como os que moram aqui", pontuou. "Quando você leva água para o Sol Nascente, quando faz projeto de urbanização como o de Santa Luzia, uma obra do PAC, mas com financiamento da Caesb, vamos entregar ao bairro mais pobre do DF todas as casas com água, asfaltamento e estrutura", completou.

Linha de crédito para taxistas

Em Dubai, o governador também anunciou que estuda lançar uma linha de crédito para taxistas adquirirem veículos elétricos. A medida poderá beneficiar cerca de 4,5 mil profissionais.

65
BRASÍLIA ANOS
São 65 anos e uma história repleta de personagens, cheios de histórias para contar e com muitos motivos para comemorar. Parabéns a todos que ajudaram e ajudam a construir esta cidade tão especial e a todos que têm o privilégio de viver aqui.
O melhor tempo é agora.
GDF
Para saber mais, acesse:

HISTÓRIAS de BRASÍLIA 65 ANOS

A identidade das regiões

No aniversário da capital, moradores celebram também o nascimento e o desenvolvimentos das RAs

CAMILA COIMBRA
camila.coimbra@grupojbr.com

Neste mês de abril, Brasília completa 65 anos, e, com ela, celebram-se também as regiões administrativas que ajudaram a construir a identidade da capital federal. O planejamento inicial de Brasília visava criar uma metrópole moderna com um centro urbano (o Plano Piloto) e, à medida que esse núcleo atingisse uma população suficiente, cidades satélites seriam construídas para suportar o crescimento. O conceito era que essas cidades estivessem separadas por um cinturão verde, preservando áreas agrícolas e mantendo uma zona de proteção ao redor da capital.

De acordo com a professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) Maria Fernanda Derntl, o planejamento não foi seguido de forma rigorosa. À medida que as obras de construção de Brasília avançavam, trabalhadores e suas famílias começaram a ocupar irregularmente áreas ao redor da cidade. Para resolver essa situação, o governo criou as primeiras cidades satélites, sendo Taguatinga a primeira delas, em 1958. O objetivo era transferir os trabalhadores para áreas mais afastadas, mas com infraestrutura básica.

"O Núcleo Bandeirante, por exemplo, foi inicialmente pensado como uma 'cidade livre', uma área de apoio para o comércio e serviços voltados para a construção de Brasília. A ideia era que esse núcleo fosse demolido após a inauguração da capital, mas ele acabou sendo consolidado como uma cidade satélite devido ao crescimento espontâneo de sua população", explica a pesquisadora.

Porém, a história de algumas dessas regiões vai além da criação de Brasília. Planaltina, por exemplo, tem raízes que remontam ao século XVIII, quando se estabeleceu como ponto de apoio para viajantes e comerciantes na estrada que ligava Salvador a Goiás e Cuiabá. "Antes mesmo da construção de Brasília, Planaltina já existia como um núcleo importante para o transporte e comércio na região. Quando Brasília foi construída, o território de Planaltina foi dividido entre o Distrito Federal e o estado de Goiás, resultando na criação de Planaltina do Distrito Federal e Planaltina de Goiás", ressalta Maria Fernanda.

Durante o período de construção de Brasília, as cidades satélites foram vistas como uma solução para a ocupação desordenada nas áreas periféricas do Plano Piloto. Hoje em dia, o Distrito Federal possui 35 regiões administrativas, e entre as que mais se destacam estão o Gama e a Ceilândia, cada uma com suas peculiaridades, personagens e uma história rica que se entrelaça com a trajetória da capital do país, que cresceu com a força de milhares de migrantes que encontraram nessas regiões um lugar para chamar de lar.

CLAIRTON PASSOS



As cidades satélites foram construídas para suportar o crescimento populacional do DF

> **Durante o período da construção de Brasília, as cidades satélites foram vistas como uma solução para a ocupação desordenada nas áreas periféricas do Plano Piloto. Hoje, o DF possui 35 regiões administrativas.**

O Gama é uma das regiões administrativas mais antigas do Distrito Federal, e sua fundação está diretamente ligada ao processo de ocupação da nova capital. A origem da cidade remonta ao início do século XVIII, quando bandeirantes, liderados por Antônio Bueno da Silva, o Anhanguera, partiram de Paracatu (MG) para desbravar o cerrado do Centro-Oeste. Durante a expedição, encontraram um rio de águas avermelhadas e ricas em ouro na região que hoje é conhecida como Luziânia. O local ganhou notoriedade quando um padre, Luiz da Gama, celebrou uma missa às margens do rio, batizando a área como Santa Luzia.

Após essa primeira ocupação, os bandeirantes continuaram explorando o Cerrado e chegaram ao território onde hoje está o Gama, impressionados pela abundância de nascentes e pela vida silvestre. A ocupação, no entanto, não foi pacífica: relatos históricos indicam que houve conflitos violentos com os índios caiapós, que viviam na região e foram dizimados. Um dos episódios mais marcantes conta que, no local onde atualmente está o Hospital Regional do Gama, existia um cemitério indígena, lembrado por antigos moradores e registrado no enredo de uma escola de samba da cidade.

No século XX, o Gama tornou-se um núcleo importante para o projeto de construção de Brasília. Juscelino Kubitschek teria pisado pela primeira vez no Centro-Oeste justamente em território gamense, próximo ao que hoje é o Park Way. A antiga Fazenda Gama deu origem à divisão dos territórios que formariam a nova capital, e a cidade tornou-se referência para trabalhadores que chegavam para ajudar na construção da capital federal.

Para a historiadora Maria Fernanda Derntl, a formação do Gama está intimamente ligada ao planejamento urbano de Brasília e às demandas habitacionais que surgiram com o fluxo de trabalhadores migrantes. "O Gama é um exemplo clássico de como o projeto modernista de Brasília gerou núcleos urbanos periféricos, que inicialmente abrigavam operários e trabalhadores que não podiam permanecer no Plano Piloto", explica.

Mas, para quem mora no Gama, a cidade vai muito além de suas raízes históricas. Clairton Passos Rodrigues, repórter fotográfico de 44 anos, é um dos maiores entusiastas dessa identidade gamense. Morador da cidade há mais de 30 anos, ele criou uma página nas redes sociais para valorizar a cultura local, contando sua história e resgatando aspectos esquecidos. "A minha relação com o Gama é de amor verdadeiro. Quero que as pessoas sintam orgulho de morar aqui", declara.

Atualmente, com mais de 64 mil seguidores na página do Facebook "Nós que amamos o Gama", o grupo surgiu como resposta à percepção de que o Gama era visto como uma cidade marginalizada. Clairton busca mudar essa visão, destacando o potencial cultural e histórico do local. Em seu grupo, ele opta por evitar temas políticos e policiais, focando em aspectos da cultura e da memória afetiva da cidade.

A paixão de Clairton pela cidade é visível em seu trabalho de pesquisa histórica. Em uma dessas pesquisas, ele se dedicou a conversar com pioneiros, visitar museus e resgatar curiosidades, como a lenda de um cemitério indígena no local onde hoje fica o Hospital Regional do Gama. "O Gama tem muito a ver com a história de Brasília. Sua conexão com o Brasil remonta aos tempos coloniais e sempre teve um papel importante no desenvolvimento da cidade", explica.

A página de Clairton não se limita a contar histórias; ela é também um espaço de engajamento comunitário. Com quadros como "Cidadão Gamense" e "Gama e suas Histórias", ele destaca locais e personagens que representam a cidade. Clairton lembra com carinho de um caso emocionante que aconteceu em seu grupo: "Uma mulher conseguiu reencontrar seu pai depois de 40 anos, graças à ajuda dos membros da nossa comunidade. Foi um momento muito especial, e isso mostra o quanto as pessoas podem se conectar por meio da nossa história e da nossa identidade", conta.

Aos interessados em conhecer a fundo a história e explorar a região, ele compartilha algumas dicas: "O Gama tem muitos lugares incríveis para quem quer entender melhor a cidade. Eu sempre recomendo visitar a Capela São Francisco de Assis, que é um dos marcos históricos do lugar. O estádio Bezerrão também é um ótimo ponto para quem aprecia esporte e história. E não podemos esquecer da Praça Lourival Bandeira, que homenageia o grande repentista gamense, um verdadeiro ícone da nossa cultura local", sugere Clairton.

A título de curiosidade, Clairton conta que a frase "Quem ama mora no Gama" tem uma história que remonta à década de 1980. Naquela época, circulava a expressão "Moro na lama, mas não moro no Gama", que refletia a imagem negativa que muitos tinham da cidade. Para mudar essa percepção, o empresário Paulo Octávio, que havia feito investimentos imobiliários na região e construído alguns prédios residenciais, uniu-se à sua equipe para criar uma frase que refletisse o orgulho local. Assim nasceu "Quem ama mora no Gama", que até hoje é conhecida e utilizada para reforçar a autoestima dos moradores.

Berço da cultura nordestina, Ceilândia para todos

Se o Gama carrega o peso da tradição e da memória histórica, a Ceilândia é um símbolo de resistência e diversidade. Fundada em 1971 como parte de um projeto para remover ocupações irregulares do Plano Piloto, a cidade cresceu rapidamente e logo se consolidou como a região administrativa mais populosa do Distrito Federal. A força dos migrantes nordestinos foi fundamental para moldar sua identidade, transformando a Ceilândia em um verdadeiro caldeirão cultural.

Para a historiadora Maria Fernanda, a criação da Ceilândia foi marcada por um forte contexto de segregação espacial. "Ceilândia nasceu para abrigar os removidos das invasões do Plano Piloto. Foi uma estratégia clara de afastar as classes populares do centro político e administrativo de Brasília", ressalta. Apesar disso, a cidade rapidamente se tornou um importante polo cultural e econômico, refletindo a resistência de seus habitantes.

Aos 28 anos, Gu da Cei, artista visual, produtor cultural e ativista, orgulha-se de sua cidade e tem em sua arte a identidade da Ceilândia. Nascido em um contexto marcado pela migração — sua mãe saiu do Maranhão grávida e se estabeleceu na região —, Gu sempre manteve uma forte conexão com sua cidade e com as ruas que o inspiraram a seguir sua carreira artística. Ele é um exemplo vivo de como a arte e a memória de um lugar podem se entrelaçar, criando narrativas poderosas sobre identidade, pertencimento e resistência.

"Minha relação com Ceilândia é de muito orgulho, de fazer parte", diz Gu, explicando que sua arte é profundamente influenciada pelas vivências nas ruas e nas comunidades da cidade. Desde seu primeiro projeto focado em Ceilândia, o documentário experimental *Da Quebrada*, em 2017, ele tem dado visibilidade a artistas locais cujas produções, muitas vezes, são marginalizadas pelos circuitos artísticos tradicionais. No projeto, Gu explorou a produção artística de seis outros criadores e ele próprio, utilizando intervenções urbanas e fotografias para documentar as expressões culturais da região.

O trabalho do artista sempre esteve intrinsecamente ligado à ideia de resgatar a história da cidade, cuja trajetória ainda luta por reconhecimento e visibilidade. "Quando você pensa no Distrito Federal, muitas vezes lembra de Brasília, do Plano Piloto. Mas e as outras regiões? A história desses lugares acaba sendo silenciada. A história da Ceilândia, por exemplo, está ligada à luta de seus habitantes pela moradia, a partir da destruição da Vila do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) e da especulação imobiliária que tomou conta do território", relata Gu.

Em seus projetos, Gu tem buscado trazer essa memória à tona. No Museu Vivo da Memória Candanga, realizou intervenções com placas, esculturas e performances que contam a história da Vila do IAPI, um dos marcos da luta pela terra. "É preciso lembrar que a cidade mais populosa do DF nasceu ali, atrás do museu. E o que fizeram com esse território? Transformaram-no em um setor de mansões, sem dar a devida visibilidade à sua história", crítica Gu.

A ideia de que Ceilândia foi, desde sua fundação, um espaço negligenciado e segregado permeia os trabalhos do artista. Em uma de suas intervenções, ele projetou, em uma caixa d'água, o slogan "Terra dos Incansáveis", em referência ao movimento de resistência dos moradores, que foram removidos de suas antigas vilas com a promessa de casas próprias, mas acabaram recebendo lotes sem infraestrutura básica. Gu também instalou uma placa com os dizeres "Aqui cabe uma praça", sugerindo o uso daquele espaço como um ponto de encontro para promover a interação dos moradores com a história da cidade.

A arte de Gu da Cei se caracteriza pela capacidade de questionar e transformar espaços urbanos. Em seu trabalho de mestrado em Artes Visuais, o artista pesquisou a ideia de invasões urbanas, refletindo sobre como o projeto segregacionista de Brasília ainda se manifesta na falta de acesso e nas desigualdades das regiões administrativas do DF. Suas intervenções nas ruas são uma forma de resgatar e reafirmar a presença da Ceilândia na narrativa do Distrito Federal.

Gu faz questão de destacar o trabalho de outros artistas e coletivos da Ceilândia: "Aqui temos o Jovem de Expressão, que atua há mais de 18 anos na formação de jovens para a economia criativa. Também tem outros projetos, como o Sarau-Vá, com sua ênfase na poesia, e o Cio das Artes, eles são fundamentais para a resistência cultural da região."

Para Gu, a relação com Ceilândia vai além da arte; é uma questão de pertencimento e identidade. "Ceilândia é a capital do Brasil, a cidade mais representativa da brasilidade. Acho que Brasília, muitas vezes, se perde nesse processo, enquanto Ceilândia se mantém firme, com sua população vibrante e cheia de história", afirma.

Tanto o Gama quanto a Ceilândia demonstram como as regiões administrativas de Brasília são peças fundamentais na construção da identidade da capital federal. No aniversário de 65 anos de Brasília, é impossível não reconhecer o papel dessas comunidades que, com suas histórias e personagens, dão vida e significado à capital do Brasil.

GU DA CEI



Fundada em 1971 como parte de um projeto para remover ocupações irregulares do Plano Piloto, Ceilândia se consolidou como a região administrativa mais populosa do DF

Tanto o Gama quanto a Ceilândia demonstram como as regiões administrativas de Brasília são peças fundamentais na construção da identidade da capital federal. No aniversário de 65 anos de Brasília, é impossível não reconhecer o papel dessas comunidades que, com suas histórias e personagens, dão vida e significado à capital do Brasil.

ALINHAMENTO EM TORNO DO PDOT

DIVULGAÇÃO/SEDUH-DF



Celina Leão destacou a importância da participação dos administradores na discussão do PDOT. "Esse é um dos temas mais importantes do DF".

Engajamento de todos

Em encontro, GDF pede maior participação dos administradores regionais no plano

Com o objetivo de fortalecer a participação da população na reta final da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a governadora em exercício, Celina Leão, e as secretarias de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e de Governo (Segov) promoveram, nessa segunda-feira, uma reunião de alinhamento com os administradores regionais. O encontro foi no Salão Nobre do Palácio do Buriti e tratou da importância do engajamento das Administrações Regionais no processo de revisão do Plano Diretor.

"Esse é um dos temas mais importantes do Distrito Federal", afirmou Celina Leão sobre o PDOT. "Nós estamos na época dessa discussão, ver o que precisa de ajustes, porque esse é o momento para resolver os problemas. Precisamos ter um PDOT que dialogue com a comunidade e vocês, administradores, são peça-chave nessa discussão", ressaltou.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Vaz, lembrou que algumas entidades da sociedade civil organizada pediram mais engajamento das Administrações Regionais no PDOT, em carta aberta entregue no dia 5 de abril, em uma reunião pública sobre os macrotemas do Plano Diretor. Outro pedido foi a ampliação do prazo de recebimentos de propostas da população para até 30 de abril, que foi acatado por Marcelo Vaz.

"Precisamos que vocês, administradores, sejam a porta de entrada da população. Recebam, entendam as demandas, traduzam e expliquem como pode ser ajudado", explicou o secretário. "A nossa equipe percorreu todas as Administrações Regionais explicando para as equipes técnicas de vocês. Mas os administradores precisam também entrar de cabeça nesse processo. Temos até o dia 30 de abril para receber as propostas", destacou.

> O secretário Marcelo Vaz lembrou que algumas entidades da sociedade civil organizada pediram mais engajamento das Administrações Regionais no PDOT.

Além disso, o secretário reforçou a necessidade de o processo ser finalizado pelo Poder Executivo ainda no primeiro semestre, para ser enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) em julho, como programado, uma vez que ano que vem é eleitoral, o que pode politizar os debates de uma matéria técnica e dificultar a votação do PDOT na Casa.

"Se não fizermos a nossa parte agora, corremos o risco de ter todo o processo de revisão feito até o momento jogado por água a baixo. São seis anos de trabalho intenso, que, se não for finalizado agora, talvez não seja votado. Se a Câmara ainda mudar sua composição em 2026, corremos o risco de ter um Plano Diretor com 20 anos de vigência. Por isso, os administradores precisam se engajar", alertou Marcelo Vaz.

Apresentação

A Seduh aproveitou o encontro para fazer uma apresentação aos administradores sobre o que é o PDOT, o que já foi feito até agora no processo de revisão e como é possível pesquisar todo o material disponível no site do Plano Diretor.

Presente na reunião, o secretário de Governo, José Humberto Pires, destacou que a reunião serviu para abrir mais ainda os debates com a população na reta final do PDOT. "Estamos buscando o maior engajamento da população através das Administrações Regionais, e todos os administradores vão trabalhar nesse sentido", garantiu.

Para o administrador regional da Candangolândia, Marcos Paulo Alves, o momento é de união de esforços para ampliar a participação popular no processo de revisão do PDOT. "As administrações regionais são, em potencial, essa voz dentro das comunidades para trazer essa discussão e também a participação da sociedade. Como administradores, estamos engajados mais ainda em levar todo esse processo para o conhecimento da comunidade".

"Essa reunião foi muito importante para chamar nossa atenção para contribuirmos mais com a participação da sociedade no PDOT. Vamos continuar incentivando a população a participar ainda mais nessa etapa final do processo", prometeu o administrador regional do Park Way, Abdon Barros.

OPERAÇÃO

Detran-DF autua 129 motoristas alcoolizados

Entre sexta-feira e domingo, o Departamento de Trânsito (Detran-DF) realizou a operação Respaldo, ações de fiscalização nas regiões de Arniqueira, Itapoã, Plano Piloto, Samambaia, Santa Maria e Sol Nascente. Os agentes de trânsito abordaram 750 condutores e realizaram 710 testes de etilômetro. As ações resultaram na autuação de 129 condutores por dirigir sob a influência de bebida alcoólica, tendo sido um deles conduzido à delegacia por apresentar concentração de álcool considerada crime. Durante as operações, os agentes autuaram ainda 36 motoristas inabilitados, 22 com a CNH vencida há mais de 30 dias, 40 por conduzir veículo com o escapamento irregular, três por transpor bloqueio viário e 105 por infrações diversas. As equipes de fiscalização recolheram 55 veículos ao depósito.

Operação Rescaldo

De acordo com a Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do Detran-DF, Santa Maria foi a cidade que registrou o maior número de condutores alcoolizados (86) no fim de semana. A operação Rescaldo é uma ação estratégica, realizada no período da madrugada, com o objetivo de retirar de circulação os condutores alcoolizados e reduzir o número de sinistros de trânsito.

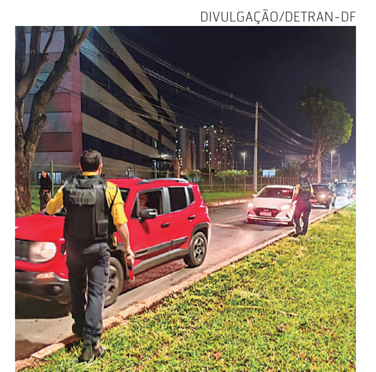
Multa

O valor da multa por dirigir embriagado no Brasil é de R$2.934,70, conforme estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Além da multa, o motorista recebe 7 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), correspondentes a uma infração gravíssima, além de poder perder a carteira, ter o carro retido e, dependendo da quantidade de álcool no sangue, ser encaminhado para a delegacia.

Mesmo que o condutor se recus e a fazer o bafômetro, a multa é aplicada da mesma forma, com o mesmo valor.

DIVULGAÇÃO/DETRAN-DF



750 condutores realizaram 710 testes de etilômetro

AUTONOMIA ECONÔMICA

Comitê vai impulsionar empreendedorismo feminino

Grupo faz parte das ações do programa Movimente DF, que facilita o acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade a serviços públicos voltados à criação do próprio negócio

PAULO H. CARVALHO / AGÊNCIA BRASÍLIA

O comitê é formado por 24 pessoas, do GDF, IPEDF, CLDF e Fecomércio-DF

A governadora em exercício Celina Leão participou, na tarde dessa segunda-feira, da cerimônia de instalação do Comitê de Empreendedorismo Feminino, no Palácio do Buriti. O comitê é parte do programa Movimente DF, cujo objetivo é facilitar o acesso das mulheres a serviços públicos voltados ao empreendedorismo e ao fomento da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade.

"Uma pesquisa que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) fez apontou que o DF é um lugar onde as mulheres querem empreender e mais de 80% delas nunca sofreram nenhum tipo de preconceito por serem mulheres e empreenderem. Esse é o dado de uma unidade da Federação que é moderna, que se constrói com base na ideia de que nós não queremos somente pensar na mulher como vítimas de agressão e violência, mas como uma mola propulsora da economia e do desenvolvimento", apontou a governadora em exercício.

"A questão do empreendedorismo, de a mulher buscar uma fonte de renda, de trabalho, de emprego, é muito importante, inclusive para diminuir a violência. Nós entendemos que, quando você investe em todas as áreas, dando um atendimento integral à mulher, você diminui com certeza a violência também", acrescentou Celina Leão.

O comitê é formado por 24 pessoas, entre representantes do Governo do Distrito Federal (GDF), da Câmara Legislativa (CLDF), do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) e de órgãos judiciais. A instalação atende ao que foi estabelecido no decreto de novembro do ano passado que criou o Movimente DF. O grupo será responsável por identificar e propor ações que promovam o empreendedorismo feminino.

"A gente trabalha já a rede de proteção ao enfrentamento à violência e agora temos essa rede para o empreendedorismo feminino, coordenada pela Secretaria da Mulher, mas, como a nossa pauta é transversal, temos diversas secretarias, temos federações, o Sebrae também vai estar conosco. Na verdade, essas ações já estão acontecendo, mas a gente hoje está institucionalizando. E quando você institucionaliza uma política pública, você dá segurança a essas mulheres", destacou a Secretária da Mulher, Giselle Ferreira.

CEB PARTICIPAÇÕES

CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 03.682.014/0001-20

SGAN Quadra 601, Bloco H, Térreo, Salas 12T, 13T e 15T, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Asa Norte Brasília - DF - CEP: 70.830-010

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornaldebrasilia.com.br https://www.ceb.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.858	17.879
Concessionários e permissionários	2.923	2.791
Impostos a recuperar	–	1
Repactuação do Risco Hidrológico	76	76
Serviços em curso	208	–
Outros créditos	1.093	726
	24.158	**21.473**
Ativo Não Circulante		
Cauções e depósitos vinculados	103	103
Repactuação do Risco Hidrológico LP	547	623
Outros créditos ativo ñ circulante	2	–
	652	**726**
Realizável a Longo Prazo		
Investimentos	7.034	6.764
Imobilizado	17.266	16.248
Intangível	4.006	4.433
	28.958	**28.171**
Total do Ativo	**53.116**	**49.644**

PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Contas a pagar	401	258
Salários e encargos sociais	194	125
Impostos e contribuições sociais	649	602
Dividendos mínimos obrigatório	8.652	8.186
Pesquisa e Desenvolvimento	355	266
Outras obrigações	314	108
	10.565	**9.545**
Passivo Não Circulante		
Provisões contingenciais	30	25
Outras obrigações	193	208
	223	**233**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	21.270	21.270
Reserva de lucros	21.109	18.647
Outros resultados abrangentes	(51)	(51)
	42.328	**39.866**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**53.116**	**49.644**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	24.475	23.396
Custo com energia elétrica e operação	(5.903)	(5.956)
Lucro operacional bruto	**18.572**	**17.440**
Receitas / (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(4.097)	(3.792)
Resultado de equivalência patrimonial	2.214	1.996
	(1.883)	**(1.796)**
Resultado antes do Resultado Financeiro	**16.689**	**15.644**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	2.330	2.437
Despesas financeiras	(23)	(24)
	2.307	**2.413**
Resultado antes dos tributos	**18.996**	**18.057**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de Renda	(1.171)	(1.169)
Contribuição Social	(521)	(516)
	(1.692)	**(1.685)**
Lucro Líquido do Período	**17.304**	**16.372**
Lucro Básico e Diluído por Ação	**0,8135**	**0,7697**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Período	**17.304**	**16.372**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Total dos Resultados Abrangentes	**17.304**	**16.372**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**17.853**	**17.794**
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**(1.496)**	**336**
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(14.377)**	**(15.451)**
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.980**	**2.679**
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	17.878	15.200
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	19.858	17.879
	1.980	**2.679**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.270**	**4.254**	–	**10.829**	**(51)**	–	**36.302**
Operações com acionistas:							
Distribuição de dividendos	–	–	–	(4.622)	–	–	(4.622)
Lucro Líquido do Período	–	–	–	–	–	16.372	16.372
Reserva de lucros a realizar	–	–	6.207	(6.207)	–	–	–
Dividendos declarados 2023	–	–	–	8.186	–	(8.186)	–
Dividendos adicionais propostos 2023	–	–	–	–	–	(8.186)	(8.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.270**	**4.254**	**6.207**	**8.186**	**(51)**	–	**39.866**

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.270**	**4.254**	**6.207**	**8.186**	**(51)**	–	**39.866**
Operações com acionistas:							
Distribuição de dividendos	–	–	–	(6.190)	–	–	(6.190)
Lucro Líquido do Período	–	–	–	–	–	17.304	17.304
Reserva de lucros a realizar	–	–	1.996	(1.996)	–	–	–
Dividendos declarados 2024	–	–	–	8.652	–	(8.652)	–
Dividendos adicionais propostos 2024	–	–	–	–	–	(8.652)	(8.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**21.270**	**4.254**	**8.203**	**8.652**	**(51)**	–	**42.328**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2024	31/12/2023
1 - Receitas	**26.513**	**25.259**
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(6.508)**	**(6.513)**
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**20.005**	**18.746**
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão		
Depreciação	(808)	(771)
Amortização	(427)	(427)
	(1.235)	**(1.198)**

	2024	%	2023	%
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	**18.770**		**17.548**	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.544**		**4.433**	
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**23.314**		**21.981**	
Pessoal e Encargos	3.010	12,9%	2.668	12,1%
Despesas Financeiras	23	0,1%	24	0,1%
Impostos, Taxas e Contribuições	2.977	12,8%	2.917	13,3%
Resultado do período	17.304	74,2%	16.372	74,5%
8 - Valor Adicionado total Distribuído	**23.314**		**21.981**	

RELATÓRIO RESUMIDO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 07 de março de 2025, com a seguinte opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **CEB Particpações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CEB Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

São Paulo (SP), 07 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/0-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

PARECER RESUMIDO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal verificou não existirem nos registros contábeis da Companhia, apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, tendo por base a documentação apresentada e o Relatório de Opinião da auditoria independente, encontrando-se regular a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Companhia, até a presente data. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, nos termos da Resolução de Diretoria nº 005, de 11 de março de 2025.

Brasília, 13 de março de 2025.

Luciano Carvalho de Oliveira **Luiz Cláudio de Freitas** **Jussara Soares de Oliveira**

NOTAS EXPLICATIVAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo Social: A CEB Participações S. A. ("CEBPar") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997. Tem sua sede social localizada na cidade de Brasília-DF. A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 1,5355% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio Cemig-CEB, que é responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado - UHE Queimado, com 17,5% (Nota 1.3). **1.2. Concessão:** O contrato de concessão nº 06/97, foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a União e o Consórcio Cemig - CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os Municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico inicialmente de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Conforme resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, ampliou-se o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, assim, a usina de UHE - Queimado, aumentou a extensão do prazo de concessão em 556 dias, desta forma, a vigência da concessão passa a ser 27 de junho de 2034 (vide nota explicativa 6b). Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente. A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do Consórcio Cemig-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	82,50%
Companhia Energética de Brasília - CEB	17,50%
Total	**100,0%**

1.3. Consórcio CEMIG - CEB: A Cemig e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio Cemig - CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97, e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Cemig é considerada Líder do Consórcio, sendo responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEBPar. A participação de cada Consorciada segue a proporção definida no Contrato de Concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio Cemig - CEB, composto atualmente por Cemig Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A. A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as Consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da Cemig Geração e Transmissão, além de um Conselho Deliberativo. O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76, sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta referida Lei, portanto, não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas Empresas Consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no Consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das Consorciadas. De acordo com a Primeira Subcláusula da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 - ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, sendo que, conforme cláusula 4ª, item 4.4 de todos os contratos: caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio Cemig-CEB, as obrigações e os direitos dos contratos de venda de energia serão repassadas à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado. A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004, com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW. Até 2022, a garantia física da UHE Queimado era de 67,90 MW médios, como definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, sendo que esta garantia física foi reduzida para 64,06 MW médios conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicada em 10 de novembro de 2022, através da a revisão ordinária da Usina. No período findo em 31 de dezembro de 2024 a UHE Queimado produziu 47,35 MW médios, ou seja, 74% da sua garantia física (36,95 MW médios gerados no mesmo período em 2023, 58% de sua antiga garantia física).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas, incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 23. A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA, nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas. A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 7 de março de 2025, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria Colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Edison Antônio Costa B. Garcia
Diretor-Geral

Silas Barbosa de Amorim
Diretor - Técnico

Ana Paula Gehm Hof
Diretora Administrativo - Financeira

João Wellisch
Diretor Técnico - Interino

CONSELHEIROS FISCAIS

Luciano Carvalho de Oliveira **Luiz Cláudio de Freitas** **Jussara Soares de Oliveira**

CONTADOR

Rodrigo de Carvalho Reis
CRC-DF 017.498

DEMOSTRAÇÃO DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DE 2024

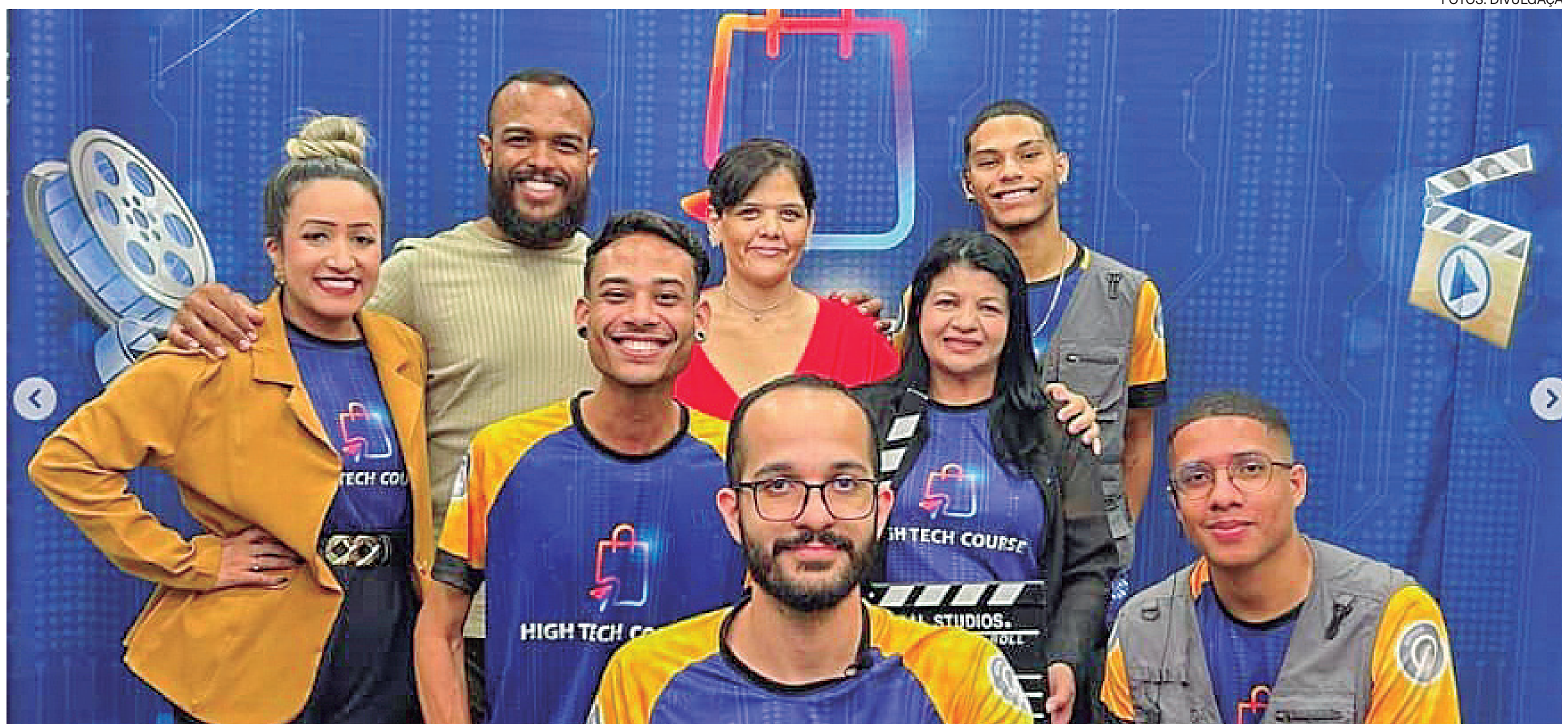
A Diretoria, em conformidade com a lei nº 6.404/76, o Estatuto Social da Companhia, nos Art. 21 e 22, e considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, RESOLVE apresentar a proposta de destinação de resultado apurado no exercício de 2024, assim constituída:

Demonstração da Destinação do Resultado

Apuração/Destinação de Dividendos		**2024**
Lucro Líquido do Exercício	R$	17.304.561,86
Constituição de Reserva Legal (-)	R$	–
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	**R$**	**17.304.561,86**
Dividendo Mínimo Obrigatório - metade	R$	8.652.280,93
Reserva de Lucros a Realizar	R$	8.652.280,93

CAPACITAÇÃO

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Os participantes contarão com suporte de intérpretes de Libras em todas as aulas e recursos de audiodescrição

Cursos para jovens e adultos

Oficinas gratuitas abrangem desde informática básica até programação, design e marketing digital, com aulas híbridas e certificados

CARLIANE GOMES
redacao@grupojbr.com

O projeto High Tech Course está com vagas abertas para oficinas gratuitas de capacitação profissional em tecnologia, voltadas a jovens e adultos a partir dos 14 anos no Distrito Federal. Em sua primeira edição, o projeto oferecerá 24 cursos nas áreas de informática básica, edição de imagem, programação, marketing digital, design gráfico, criação de sites e produção de podcasts sobre inovação tecnológica. Destinada a pessoas que desejam melhorar sua capacitação profissional, a iniciativa será realizada em formato híbrido, com encontros presenciais e atividades online. As oficinas têm duração de uma semana cada e totalizam 10 horas de aulas híbridas, com encontros online de segunda a quinta-feira. A participação nessas atividades já garante ao aluno o certificado de conclusão. Às sextas-feiras têm a opção de comparecer presencialmente a uma aula dinâmica realizada no shopping Conjunto Nacional, em Brasília. Essa etapa presencial é opcional e voltada especialmente para quem reside na capital. O objetivo é promover a inclusão digital e ampliar as oportunidades de formação profissional por meio do ensino de tecnologia, design e empreendedorismo.







SERVIÇO

- **Inscrições:** www.hightechcourse.com.br
- **Horário das aulas:** 14:30 às 16:30
- **Carga Horária:** 240 horas, distribuídas em 24 semana
- **Número de Vagas:** 960 vagas divididas em 24 turmas com 40 alunos cada
- **E-mail:** hightechcourse@gmail.com
- **Telefone:** (61) 98103-8988
- **Instagram:** @hightechcourse

Carência de oportunidades

"O projeto é uma resposta à carência de oportunidades em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como Ceilândia, Samambaia, Estrutural e outras. A iniciativa busca reduzir desigualdades sociais e educacionais, oferecendo capacitação de qualidade e estimulando a empregabilidade e o empreendedorismo", afirmou Thaís Moraes, representante do projeto. Dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) apontam que mais de 33 milhões de brasileiros enfrentam dificuldades de acesso a ferramentas digitais, o que compromete a inserção no mercado de trabalho. De acordo com Thaís, a High Tech Course atua diretamente nesse contexto, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e ao Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do Distrito Federal. "As aulas serão ministradas por profissionais experientes e atuantes no mercado, com materiais didáticos gratuitos e certificação para os alunos que concluírem os cursos com aproveitamento mínimo de 80%, mas é necessário assistir as aulas e assinar a lista de presença de no mínimo 4 aulas", explicou.

Acessibilidade

Os estudantes contarão com suporte de intérpretes de Libras em todas as aulas e recursos de audiodescrição. Além disso, 30% das vagas serão reservadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. O projeto é realizado pela Associação Jovens Antenados (AJA Brasil), com fomento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF. As inscrições seguem abertas conforme o cronograma das oficinas, que pode ser acessado no site oficial da organização.

CIRURGIA DE BOLSONARO

Sem previsão de alta

Ex-presidente permanece na UTI, mas tem "boa evolução", afirma equipe médica

MICHELLE BOLSONARO/ REPRODUÇÃO



Bolsonaro fez postagem do hospital: "Meus mais sinceros agradecimentos para todos neste momento. Um forte abraço em cada um e repito: voltaremos!"

O ex-presidente Jair Bolsonaro está na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, sem previsão de alta, mas com boa evolução clínica, segundo a equipe médica que o acompanha. Ele deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses, afirmaram os médicos que fizeram sua cirurgia.

O procedimento, considerado complexo, durou 12 horas. Em nota divulgada no final da tarde de ontem, o DF Star informou que Bolsonaro mantém se "acordado, orientado, sem dor, sangramentos ou outras intercorrências" e que, ao longo do dia, sentou-se no leito e chegou a caminhar com ajuda.

Inicialmente, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro havia publicado em rede social que o ex-presidente já estava no quarto. De acordo com o chefe da equipe cirúrgica, Cláudio Birolini, ela quis dizer que ele já havia saído do centro cirúrgico e ido para a unidade de terapia intensiva. Na tarde desta segunda-feira, Michelle postou nas redes sociais fotografia do ex-presidente em uma cama hospitalar e a mensagem "já deu tudo certo".

Birolini afirmou que, na primeira avaliação, Bolsonaro não tinha indicações de urgência ou emergência, mas, nas 48 horas de acompanhamento desde que começou a passar mal no interior do Rio Grande do Norte, manteve quadro de distensão abdominal. O ex-presidente foi levado transferido na sexta-feira para a capital potiguar e de lá para Brasília no sábado.

Infecção

"Gradativamente, desde Natal até a chegada aqui, ele apresentou essa alteração, precisamente, que se chama PCR, que nos indica que tem alguma coisa acontecendo."

Bolsonaro deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses.

O PCR é o indicador de infecção.

Segundo ele, o ex-presidente passa bem, e a equipe optou pela cirurgia por detectar que houve uma alteração significativa em um curto espaço de tempo. "Para a gente, é um sinal precoce que tem uma coisa desandando."

A situação do ex-presidente foi classificada pela equipe como a de um "intestino hostil", com aderências e uma parede abdominal prejudicada.

"O ponto de início é a facada. Posteriormente, as outras cirurgias de reconstrução, todas elas têm um fator, um papel no quadro atual. O objetivo dessa cirurgia foi reverter todos esses fatores que poderiam contribuir para uma nova ocorrência", informou Birolini.

Pela dimensão do procedimento, o pós-operatório exige atenção e cuidados específicos, sobretudo nas primeiras 48 horas. Agora, a orientação médica é que Bolsonaro tenha agenda e visitas restritas. "Ele tem uma agenda bastante intensa, e é difícil segurar ele. Eu vou tentar segurar, na medida do possível, mas ele tem o ritmo dele", disse o chefe da equipe.

Bolsonaro será mantido, neste momento, com nutrição na veia, ainda sem previsão de quando voltará a se alimentar por via oral. A alimentação regular só será retomada quando o intestino voltar ao funcionamento fisiológico normal, segundo os médicos. Foram necessárias duas horas de cirurgia somente para acessar a parede intestinal do ex-presidente.

Questionado sobre a alimentação e estilo de vida do paciente, o médico afirmou que não foi identificado nenhum alimento que pudesse ter desencadeado o episódio e que "o fato de ele comer pastel com caldo de cana não afeta" o funcionamento dos órgãos.

"O intestino estava bastante sofrido, o que nos leva a crer que ele já vinha com esse quadro há alguns meses. Isto se reflete pelas várias internações que ele teve nos últimos meses", disse ainda. "Esperamos que ele não precise de uma nova cirurgia nas próximas horas. Novas aderências vão se formar, isto é esperado."

Birolini também informou que o ex-presidente está acordado e já teria feito, inclusive, piada. Boletins diários de Bolsonaro devem ser divulgados ao público, após autorização da família.

Mensagem

Uma publicação do ex-presidente nas redes sociais, após a coletiva concedida pelos médicos, reforçou as informações dadas pela equipe. "Meus mais sinceros agradecimentos para todos neste momento. Um forte abraço em cada um e repito: voltaremos!", escreveu.

As informações foram dadas nesta segunda-feira pelo chefe da equipe médica e pelos cardiologistas Leandro Echenique e Ricardo Camarinha, por Guilherme Meyer, diretor médico do Hospital DF Star, e por Allisson Barcelos Borges, diretor-geral do hospital.

Essa foi a sexta e mais longa cirurgia abdominal de Bolsonaro desde a facada que sofreu na campanha eleitoral de 2018.

Segundo nota divulgada pelo hospital ainda no domingo (13), o ex-presidente foi submetido a cirurgia de grande porte para remoção de aderências no intestino e reconstrução da parede abdominal.

Ainda segundo o texto, não houve intercorrências nem necessidade de transfusão de sangue. O hospital informou que a obstrução intestinal era resultado de uma dobra do intestino delgado que dificultava o trânsito intestinal e foi desfeita.

Bolsonaro estava na capital do Rio Grande do Norte desde sexta, quando foi levado de helicóptero após passar mal no interior do estado, onde participaria de um evento do PL, em favor da anistia aos manifestantes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 (Da *Folhapress*).

PL protocola assinaturas pela anistia do 8/1

O PL protocolou ontem o requerimento de urgência ao projeto de lei que trata da anistia aos presos do 8 de Janeiro na Câmara dos Deputados. O partido anunciou que a lista tinha 264 assinaturas, mas duas delas foram rejeitadas pela Casa legislativa. Eram necessárias 257 assinaturas.

Um requerimento de urgência acelera a tramitação de uma proposta legislativa, trazendo a votação para o plenário, se aprovado. A decisão para levar ao plenário, no entanto, cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O sistema da Câmara invalidou duas assinaturas. Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), houve uma mudança procedimental no processo da coleta de assinaturas que envolveram o caso dele mesmo e do líder da oposição, Zucco (PL-RS).

A anistia é tida para a oposição apoiadora de Jair Bolsonaro como a principal pauta do grupo. Neste ano, a oposição mobilizou duas manifestações pedindo que a matéria seja votada na Câmara. A primeira, em março, reuniu 18,3 mil pessoas no Rio, segundo dados do Monitor do Debate da Universidade de São Paulo (USP); a segunda, na Avenida Paulista, em abril, 44,9 mil, de acordo com números desse mesmo grupo.

Em publicação nas redes sociais, Cavalcante afirmou que protocolou o requerimento numa estratégia para evitar que o governo pudesse atuar pela retirada das assinaturas.

DoAltoDaTorre



Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com

Depois, Nova York

Habitual frequentador das reuniões-conferências do Grupo Lide, que costuma discutir em Brasília os principais problemas empresariais do momento, o governador Ibaneis Rocha está participando de uma das primeiras reuniões internacionais do grupo, em Dubai, a Lide Brazil Conference - United Arab Emirates. A propósito, ele participa intensamente, fazendo comentários e mostrando suas experiências não só como jurista, mas também como administrador público. Mas sua experiência internacional não ficará por aí. Segundo o organizador do Lide, o ex-governador paulista João Doria Junior, Ibaneis confirmou sua presença no próximo evento, que será em Nova York.

Izalci também participa

O senador Izalci Lucas (PL-DF) está em missão oficial nos Emirados Árabes Unidos, onde representa o Senado Federal na conferência do Grupo Lide, que começou domingo e vai até esta quarta-feira, nas cidades de Dubai e Abu Dhabi. O evento é promovido com o objetivo de estreitar as relações entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos. Em sua apresentação, com o tema "Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial: Novos Projetos nas Áreas de Inovação, Tecnologia e IA que podem integrar o Brasil e Emirados", o senador vai destacar iniciativas brasileiras e oportunidades de cooperação internacional nessas áreas. "A participação do Brasil em eventos como este reforça nosso compromisso com a inovação e o fortalecimento das relações internacionais, essenciais para atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico sustentável do país", afirma o senador.

PSO



Apoio internacional

Com a cabeça a prêmio, depois que a Comissão de Ética da Câmara aprovou sua cassação após uma cena de pugilato no prédio do Congresso, o deputado carioca Glauber Braga já recebeu o apoio do PSOL, partido que integra, da Rede, associada a ele, da maior parte do PT e de outros partidos. Agora, porém, recebeu apoio internacional. Os ex-deputados Maninha e Toninho Andrade, que representam no Brasil a República Árabe Saarauí – uma região desértica em conflito com o Marrocos – levaram também sua solidariedade. Glauber Rocha apareceu (***foto***) em um grupo multipartidário com um grande lenço decorado com as bandeiras do Brasil e da República Saarauí.

Debate sobre pequenas empresas

Lançado há pouco, o livro *Reflexões sobre Crédito & Pequenos Negócios*, do diretor do Sebrae Valdir Oliveira, será objeto de um debate no próximo dia 28, no mesmo Beirute em que foi lançado. O livro apresenta um conjunto de ensinamentos do universo dos pequenos negócios em seu dia a dia, mostrando principalmente a sustentabilidade dos pequenos negócios. Valdir entende do assunto: antes de integrar a direção nacional do Sebrae presidiu durante longo tempo o Sebrae brasiliense.

Marina perde mais uma

ASCOM/PSB



Na mira política de praticamente todos os empresários da República, pelos obstáculos que cria a transportes e comunicação no país, a ministra Marina Silva acaba de perder até o controle de seu partido, o menor do Congresso. Foi derrotada nas eleições internas da Rede Sustentabilidade, pelo grupo adversário da ex-senadora Heloísa Helena. Com o apoio da delegação de Brasília, o novo presidente será o secretário de Relações Institucionais de Belo Horizonte, Paulo Lamac, que já assumiu dando um cutucão em Marina (***foto***). Disse que a sigla precisa ser reintegrada. Hoje, a Rede só tem um deputado federal, Túlio Gadelha, mais conhecido como o mamorado da apresentadora Fátima Bernardes.

Para alinhar a base

GEORGES GIANNI (GABVGDF)



Deputados distritais e federais participaram, nesta segunda-feira, de um almoço na Residência Oficial da Vice-Governadoria, com a governadora interina Celina Leão (***foto***). Entre os assuntos tratados está o alinhamento da base do Palácio do Buriti, na Câmara Legislativa e um olhar mais apurado para as eleições do ano que vem. Os participantes do encontro foram os distritais governistas João Cardoso (Avante), Daniel de Castro (PP), Jorge Vianna (PSD), Pepa (PP), Hermeto (MDB), Thiago Manzoni (PL), Martins Machado (Republicanos), Eduardo Pedrosa (União Brasil), Iolando Almeida (MDB), Rogério Morro da Cruz (PRD), Roosevelt Vilela (PL), Jane Klebia (MDB), o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), e Daniel Donizet (MDB). O encontro contou, ainda, com a presença dos deputados federais Bia Kicis (PL), Júlio César e Gilvan Máximo (ambos do Republicanos). De acordo com um parlamentar que preferiu não se identificar, o encontro ocorreu para alinhar alguns pontos, como projetos para os anos de 2025 e 2026, além de fortalecer a base na Câmara Legislativa. O distrital preferiu não entrar em detalhes sobre os pontos levantados, mas garantiu que o movimento tem relação com a eleição do ano que vem. Outro deputado da Câmara Legislativa, por sua vez, afirmou que esses encontros são normais e que nem sempre o assunto é "política". De acordo com ele, os deputados não fizeram discursos, mantendo apenas conversas informais. "Sempre que a Celina assume [o governo], esses almoços são comuns. Não tem nada demais. O Ibaneis [Rocha, governador do Distrito Federal], costuma fazer também", afirma o parlamentar governista. Segundo os deputados, foram servidos três tipos de carnes diferentes: carne ao molho madeira, strogonoff de frango e, para quem está fazendo jejum de carnes quentes durante a Quaresma, peixe. "Não comi de tudo, mas a comida foi simples", contou um dos distritais.

Votações canceladas

Por coincidência, a reunião do Colégio de Líderes da Câmara Legislativa, que define a pauta de votação da semana, foi cancelada pelo presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB). Um dos distritais informou que, independentemente do encontro com Celina Leão, não há na pauta matérias polêmicas que necessitem de discussão para ir ao plenário.

Leila reforça união da esquerda

ASCOM/PSB

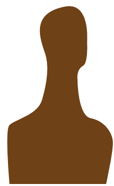


Durante o 16º Congresso Distrital do PSB-DF, realizado no sábado, a senadora brasiliense Leila Barros, a Leila do Vôlei (PDT,) reforçou a importância da união dos partidos progressistas (***foto***) para a construção de um novo plano para o Distrito Federal. Em um discurso enfático, Leila destacou que o momento exige responsabilidade e senso coletivo para enfrentar os graves problemas sociais e estruturais da capital. "Nós não podemos nos abster e simplesmente ignorar o que está acontecendo com a cidade. É o futuro dos brasilienses que está em jogo. Estamos falando dos jovens, das mulheres e das famílias que clamam por uma boa gestão", afirmou a senadora. Ela citou como prioridades o combate à violência, a melhoria da saúde pública, a mobilidade urbana e a questão fundiária. Leila ressaltou ainda que a construção de uma chapa competitiva para as eleições de 2026 só será possível com muito diálogo e unificação das forças. "É fundamental que todos nós tenhamos a capacidade de fortalecer nossos partidos, mas, acima de tudo, de olharmos coletivamente para o que Brasília vive hoje. Vamos todos caminhar juntos, sim, vamos ter a capacidade para dialogar por um futuro melhor", disse.

Presidente e candidato definidos

O congresso do PSB-DF também marcou a recondução de Rodrigo Dias à presidência do partido para um novo mandato de três anos. Durante seu discurso, Dias destacou os desafios enfrentados pela capital federal e reafirmou o papel transformador da política. "A gente ainda acredita que a política tem poder e a força de transformar uma sociedade. Não é normal viver em uma cidade com o maior IDH do Brasil e, ao mesmo tempo, ver tanta desigualdade, fome e falta de estrutura na saúde e na educação", afirmou. O evento, que reuniu lideranças do PSB, como o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a deputada distrital Dayse Amarilio (PSB-DF) e representantes do PCdoB, PT, Rede Sustentabilidade e Partido Verde, também foi marcado pela eleição da nova composição das secretarias temáticas e pela indicação de Ricardo Cappelli como pré-candidato da legenda para concorrer ao GDF. A diversidade e a pluralidade foram pontos destacados na formação da nova direção partidária, com espaços voltados para mulheres, juventude, negritude, inclusão, movimento LGBTQIAPN+, sindical e popular. Enfim, definiu Ricardo Cappelli como pré-candidato ao GDF no ano que vem.

OPINIÃO



ARTIGOS

Trump vai voltando atrás

Como era de se esperar, Donald Trump deu uma recuada e está revendo o tarifaço, que vem anunciando quase diariamente, assustando o mundo econômico. Uma ousadia de um "louco manso" que não se sabe se está absolutamente consciente ou se toma atitudes estapafúrdias e inconsequentes para mostrar que não tem medo de nada e de ninguém alisando o ego.

Fazendo caras e bocas, Trump sabe apenas que quer chegar a um terceiro mandato e para isto procura demonstrar coragem de mudar o que for necessário para que o país retome a hegemonia econômica e militar. Sabe que para isto precisa mexer com os sentimentos nacionalistas do povo, pois terá que ter força popular suficiente para mudar a Constituição.

Trump, ao que parece, se deixou levar pela vaidade e não imaginou que teria a resistência chinesa. O presidente chinês Xi Jinping não deixou por menos, já que hoje é uma poderosíssima nação, exportadora de minerais raros e fabricante de produtos de alta tecnologia que dominam o mercado americano. A guerra das tarifas atingiu em cheio o consumidor americano que começa a reagir, pressionando seu governo e rever tarifas impostas a todos os países e não apenas aos chineses.

O setor exportador americano começa a sofrer as consequências da guerra tarifária imposta pela vaidade presidencial e cobra mudanças urgentes, como os produtores de soja, que temem a falência com a perda do mercado chinês para a soja brasileira. Também a União Europeia reagiu às loucuras de Trump e se mostra unidade para enfrentar a crise mundial que se avizinha. O Brasil também não se rendeu. O presidente Lula tem demonstrado firmeza no enfrentamento da crise, reagindo sem bravatas políticas e usando o vice-presidente Geraldo Alckmin - um hábil negociador- nas conversações com as autoridades americanas e chinesas.

Os resultados desta intermediação do vice já se fazem sentir, influenciando em algumas mudanças de atitude do presidente Trump, como a recente suspensão de elevadas tarifas recíprocas para todos os países. O mundo, porém, ainda tem muito o que conversar.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA,
jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Idade dos acertos

Embora fosse a vida, em outros tempos, um brinquedo que não sabíamos dominar, hoje é uma história que sabemos contar. Entre outros, entendemos hoje, mais do que ontem, que o maior erro é a tomada de atitudes sempre no ápice das emoções, que nos leva agir como um arqueiro cego, na tentativa de atingir o alvo.

Se ontem, ao errar caminhos havia persistência, hoje, ao contrário retornamos. O tempo, maior aliado do homem, para seu crescimento e humildade, nos ensinou que é preciso clarear e sob esta claridade decidir.

O homem, até os quarenta anos, apenas planta, vindo a colher bem após esta idade, e, este fato ocorre em todos os níveis, seja profissional, social ou pessoal.

Independentemente dos resultados desta colheita, ainda assim devemos plantar sempre, mais que isto, regar de igual forma, de modo que possamos ter a certeza de que a semente plantada se transformará em sombra e nos proteger das desgraças vivências.

Que venham as tempestades, símbolo da fúria natural da vida e da natureza, que já faz jorrar, ao infinito, suas águas nos fazendo crescer, pois não nos parece justo que seja estagnada para ocorrer a pressão sobre o dique íntimo de nossas personalidades, abalando, desta forma, nossas estruturas psicológicas.

O tempo, nosso mestre vivencial, tem nos mostrado que não atravessamos o mar com uma só braçada, mas com muitas outras, assim como a calmaria e a persistência nos objetivos são as armas do sucesso. Afinal, é preciso lembrar sempre que a única coisa que acontece da noite para o dia é o sono. O resto é utopia devaneio.

Na vida, tudo é devagar e ao caminhar pela estrada, na busca de dias melhores devemos consertar sempre nossos erros a racionalidade de juiz.

A vida é, em verdade, um presente de natal, embrulhada em seus mistérios, cabendo a nós outros desembrulhá-la com a paciência de um sábio e o pragmatismo de um estadista.

Consertar com a pluralidade de nosso viver e alimentar nossa felicidade com a colheita do que plantamos, salvo melhor juízo, nos parece a solução e o segredo da própria vida, enquanto não vem a morte.

JUAREZ ALVARENGA,
advogado e escritor

CHARGE



CARTAS DO LEITOR

Duas opções

Ainda faltam quase dois anos de mandato para encerrar o desgoverno Lula. São tantas trapalhadas. Principalmente econômicas. Não sei se o Brasil consegue sobreviver durante tanto tempo.

O certo seria, para o bem do Brasil, o Legislativo pressionar Lula a decidir se prefere continuar em Brasília ou em Garanhuns, sua terra natal. Se em Brasília, além do impeachment a hospedagem na Papuda. Acho que ele, como um nordestino bem-sucedido, vai preferir desfrutar de um autêntico reinado em Garanhuns.

HUMBERTO SCHUWARTZ SOARES,
Vila Velha-ES

Protesto

O deputado do PSol que resolveu ficar em jejum com receio da cassação, escolheu um meio atípico para fazer um protesto. A propósito eu lembro que nos idos de 1960 apareciam alguns malandros que pediam a Novacap para fazer uma demonstração de resistência, afirmavam que era possível passar um mês deitado em cima de uma cama de prego, circundada por uma tela no prédio da Novacap da W3 Sul, em troca de dinheiro pela visitação.

Muita gente se amontoava para ver o faquir deitado sobre os pregos, que nem água bebiam. Ocorre que o Delegado da 1ª DP, à época instalada no Prédio de madeira onde hoje é o Carrefor, desconfiou de um dos malandros e colocou um agente de polícia para ficar de plantão depois de meia noite, o qual constatou que este recebia vitamina de abacate por um caninho fino que passava por um buraco da tela.

O agente efetuou a prisão daquele que alimentava o malandro e do seu comparsa, levando-os para a DP, onde foram autuados por estelionato.

O protesto do deputado está muito estranho porque se ele se alimenta com água e soro não há que se falar em jejum .A mídia fala que mesmo assim o Deputado já perdeu 10 quilos.

Tal hipótese decorre não só pela falta de alimentação mas também pela falta de acomodação em que ele está submetido, dormindo pouco em uma cadeira ou deitado no chão. É melhor que o deputado use os meios jurídicos para demonstrar a sua inocência, porque esse utilizado não convence ninguém.

JOSÉ LINEU DE FREITAS,
Asa Sul-DF

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal



ENTREVISTA/DANIEL PEREIRA

Ênfase no cuidado com a saúde

SUZANO ALMEIDA
redacao@grupojbr.com

O diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Daniel Pereira foi o entrevistado do JBr Entrevista — o podcast do **Jornal de Brasília** . Membro do colegiado responsável por determinar as políticas de fiscalização, autorização e regulação de produtos de saúde e beleza, além de imunizantes, ele falou sobre os novos passos da autarquia e do combate a desinformação.

Como funciona a Anvisa?

A Anvisa é uma agência reguladora federal responsável por coordenar o sistema de vigilância sanitária de todo o Brasil, além do registro, fiscalização e monitoramento dos setores regulados pela agência. São eles: medicamentos, produtos biológicos, para a saúde, cosméticos, agrotóxicos, tabaco, serviço de saúde, entre outros. Trata-se de um objeto grande e que está presente na vida das pessoas.

Com um leque de atuação tão grande, como a Anvisa tem se estruturado?

A agência precisa de uma estrutura maior, mais robusta para conseguir superar todos esses desafios. A gente vem trabalhando junto ao governo para trazer mais estrutura para a Anvisa, tanto de pessoal, quanto orçamentária, de estrutura física. Mas muito já vem sendo feito no monitoramento de produtos, como o exemplo [episódio] do creme dental.

E como se dá essa fiscalização?

A fiscalização da Anvisa começa desde o início do produto, pois quando isso ocorre já é feita uma análise de qualidade daquele produto, para saber se ele possui potencial de gerar algum dano. Depois disso vem o pós-registro, quando a gente observa o comportamento do produto no mercado, caso haja algum registro de que o produto não está desempenhando o que se dispôs a fazer, a agência entra com o braço fiscalizatório, que suspende a produção, retira ele das prateleiras. Tudo isso tem o objetivos de resguardar a saúde da população brasileira.

A Anvisa cumpriu um papel fundamental na pandemia de covid-19, mas a imunização vem sofrendo com notícias falsas. Como a agência tem atuado?

Todas as vacinas aprovadas pela Anvisa são seguras, de qualidade e eficazes. O processo de registro de uma vacina é muito complexo e muito detalhado. Então, quando um produto é submetido a registro, ele é avaliado com alto crivo técnico e, quando de fato ele é aprovado, a população pode confiar. As vacinas são produtos inovadores e o processo se torna complexo, pois eles desafiam as regras atuais que temos. Aprovamos, recentemente, uma política de inovação para dar um maior conforto para os detentores de registros trazerem cada vez mais produtos para a agência.

E como combater a desinformação?

A agência se dedica muito a se comunicar com a população através das nossas redes sociais, dos nossos canais na internet, de eventos que realizamos para conscientizar a população sobre a qualidade desses produtos e da qualidade deles.

Vocês sentiram que há uma maior desconfiança da população ao ponto de ter que aumentar a comunicação?

Acredito que a queda se deu pela não sensação de dano. A geração anterior à nossa cresceu com várias doenças que se precisava tomar a vacina, então a conscientização era maior. A nossa geração não tinha contato com algumas doenças, como as que estão voltando. Faltou essa sensação de perigo para as pessoas se vacinarem. Isso a gente observou durante a pandemia de covid. Quando ela veio, todo mundo se vacinou, porque veio essa sensação de perigo.

As fake news contra as vacinas prejudicaram o combate à covid?

De fato, informações que são vinculadas de forma inverídica, criam algum tipo de desconforto nas pessoas. Hoje com os canais de internet, a população deve observar os canais oficiais tanto da Anvisa quanto do Ministério da Saúde para ter a melhor informação possível.

> **“A gente se dedica muito a se comunicar com a população através das redes sociais, dos canais na internet e de eventos que realizamos.”**



JORNAL DE BRASÍLIA

Em que ponto o brasileiro precisa estar mais atento?

De forma geral, o brasileiro tem que estar atento ao rótulo e a bula dos produtos. Temos um processo de trabalho que é comunicar através da rotulagem. Ficou famosa, recentemente, a rotulagem de alimentos com a descrição dos produtos com alto teor de sódio, de açúcar. Isso é uma medida que a agência tomou para comunicar a população os riscos eminentes daquele produto. Não cabe a Anvisa proibir algum produto, salvo se ele de fato está causando um dano muito grande, mas sim fazer os alertas.

Como a Anvisa tem observado o novo boom de remédios para emagrecimento?

Esses são produtos são analisados sob o mesmo olhar técnicos de qualquer medicamento. Os produtos analisados pela Anvisa têm total segurança e eficácia para uso. Mas, todos esses produtos são submetidos a prescrição médica, que vai acompanhar o paciente durante essa utilização. Temos observado a utilização off lab muito alta, casos de pancreatite devido ao uso prolongado sem a realização de exames. A população pode constatar que o produto é de qualidade, mas precisa ser prescrito e acompanhado por um médico durante sua utilização.

Como é feita a fiscalização de cosméticos?

Temos empresas renomadas a nível mundial, uma carga genética fantástica. Quando fui visitar uma dessas empresas que fabricava shampoo me disseram: “Daniel, aqui a gente consegue testar todos os tipos de cabelo, desde o cabelo mais crespo ao mais liso”. Temos uma fauna e uma flora muito rica que nos permite termos mais produtos e isso é ressaltado nos números econômicos.

> **“Os produtos analisados pela Anvisa têm total segurança e eficácia para uso, mas todos são submetidos a prescrição médica. Temos observado casos de pancreatite devido ao uso prolongado sem a realização de exames.”**

A força de trabalho da Anvisa supre a demanda?

Há 20 anos, tínhamos cerca de 2.500 servidores. Hoje temos cerca de 1.400 servidores ativos. Isso ocorre porque temos cerca de 1.600 cargos aprovados na lei da Anvisa que nos limita que cresçamos mais do que isso. Tínhamos 2.500 porque herdamos servidores de carreiras extintas, que ficaram nos auxiliando. São servidores de maior idade, de cargos extintos do governo federal e, naturalmente, eles foram se aposentando e a força de trabalho minguando.

Há a possibilidade de outro concurso por agora?

Com o último concurso, sobraram cerca de 90 cargos para a gente ter a possibilidade de provê-los. Nossa prioridade é colocar cada vez mais pessoas de carreira, como eu sou de carreira de agência reguladora. Estamos negociando junto ao governo federal para trazer do concurso atual, que ainda está em andamento, chamar pelo menos 100% do número de vagas que ele prevê. Foram 50 vagas e estamos trabalhando para, ainda este ano, chamar pelo menos mais 50 vagas, sem prejuízo de a gente negocie um aumento de cargos na agência, que é importante para adequar a agência ao mercado atual.

A Anvisa é uma diretoria colegiada, o que vocês tem a apresentar de novidade?

Hoje temos apenas três diretores — dos cinco — da diretoria colegiada. Há quase dois anos estamos sem um diretor por falta de indicação. Estamos com a expectativa que, até o próximo mês, nós conseguiremos receber os novos diretores. As mensagens foram publicadas no Diário Oficial da União, mas eles ainda precisam passar pela sabatina — do Senado Federal. Quando temos a estrutura de diretores completa, conseguimos tocar os projetos de médio e longo prazo, pois como fazer uma modificação em uma área grande se a gente não sabe como o diretor que vai chegar pensa sobre ela. Temos muitos problemas e, falando como diretor, quando temos mais ombros para carregar os problemas é sempre melhor.

PEJOTIZAÇÃO

Processos são suspensos no STF

Discordância entre a Corte e a Justiça Trabalhista sobre o tema levou Gilmar Mendes à decisão


GUSTAVO MORENO/STF

Ministro Gilmar Mendes disse existir recusa por parte da Justiça do Trabalho em aplicar a orientação do STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nessa segunda-feira, a tramitação de todos os processos que discutem a legalidade da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica (PJ) para prestação de serviços - a chamada "pejotização", em que empresas contratam prestadores de serviços como pessoa jurídica, evitando criar uma relação de vínculo empregatício formal.

A decisão foi tomada após o Supremo ter reconhecido, em votação terminada no último sábado, a repercussão geral do assunto. Isso quer dizer que os ministros selecionaram um processo do tipo para que seu desfecho sirva de parâmetro para todos os casos semelhantes.

O tema tem colocado o Supremo em rota de colisão com a Justiça Trabalhista ao menos desde 2018, quando a Corte julgou ser inconstitucional uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que barrava a pejotização.

A suspensão vale até o julgamento definitivo do tema, que será analisado com repercussão geral. No despacho, Gilmar destacou que a controvérsia "tem gerado um aumento expressivo do volume de processos que tem chegado ao STF, especialmente por intermédio de reclamações constitucionais".

Para o ministro, há uma "reiterada recusa" por parte da Justiça trabalhista em aplicar a orientação do Supremo sobre o tema. "O descumprimento sistemático da orientação do Supremo pela Justiça do Trabalho tem contribuído para um cenário de grande insegurança jurídica, resultando na multiplicação de demandas que chegam ao STF, transformando-o, na prática, em instância revisora de decisões trabalhistas", afirmou.

O número de reclamações trabalhistas que chegam ao STF está aumentando progressivamente desde 2020. Em 2024, a Corte recebeu mais de 2 milhões de novos processos desse tipo, o que representa um recorde desde a aprovação da reforma trabalhista em 2017 e uma alta de 14,1% em comparação com 2023.

Juízes trabalhistas vêm reconhecendo vínculo empregatício de PJs, com a consequente condenação das empresas contratantes a arcar com as obrigações da CLT. Para parte da Justiça do Trabalho, esses contratos são usados para mascarar a relação de emprego, e por isso haveria fraude.

O Supremo, por sua vez, tem derrubado essas decisões sob a justificativa de que a Corte já permitiu a terceirização das atividades-fim das empresas em 2018. Para a maioria do Tribunal, a Constituição admite contratos de trabalho alternativos à CLT *(Da Agência Estado e Agência Brasil)*.

APLICAÇÃO DE TARIFAS

Dólar cai e bolsa tem alta após recuo dos EUA

O dólar fechou em queda de 1,52% nesta segunda-feira, cotado a R$ 5,851, com o mercado ainda atento à política tarifária dos Estados Unidos. O presidente Donald Trump flexibilizou, na noite de sexta, a aplicação do tarifaço a uma série de produtos eletrônicos, como smartphones e computadores. O recuo é temporário, segundo a Casa Branca, mas trouxe alívio aos operadores neste pregão.

Bolsas pelo mundo registraram altas firmes, e Wall Street ensaiou mais uma recuperação do tombo das últimas semanas. O índice de tecnologia Nasdaq subiu 0,64%, enquanto o S&P500 e o Dow Jones avançaram 0,79% e 0,78%, respectivamente. O Ibovespa seguiu a tendência e fechou em alta de 1,38%, a 129.453 pontos.

O recuo de Trump isenta os eletrônicos das tarifas de 145% sobre importações da China e de 10% sobre outros países. A lista de exceções foi publicada pela alfândega norte-americana e inclui discos rígidos, processadores de computador e chips de memória, entre outros -itens que, em geral, não são fabricados pelos Estados Unidos.

As isenções, segundo um alto funcionário do governo ouvido pelo o jornal *New York Times*, visam manter o fornecimento de semicondutores, uma tecnologia fundamental usada em dezenas de produtos.

Trump, porém, disse no domingo que não houve "exceção tarifária" na medida. São produtos que estão "apenas sendo realocados para uma categoria tarifária diferente", além de estarem sujeitos à taxa de 20% imposta à China em fevereiro como retaliação pela entrada da droga fentanil.

Horas antes, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, havia afirmado que esses produtos eletrônicos podem ser impactados por tarifas separadas em um mês, o que deu força à impressão de que as isenções são apenas temporárias.

O recuo, no entanto, fortalece a impressão de que há espaço para negociações no tarifaço, aliviando parte das tensões que pressionaram os mercados nas últimas semanas.

O principal temor é que as tarifas afetem profundamente o comércio internacional pela diminuição de fluxos e encarecimento de produtos-chave nas cadeias de abastecimento. Isso poderia trazer um repique para a inflação global e levar algumas das principais economias do mundo, incluindo os Estados Unidos, a uma recessão.

A semana deve guardar o início das negociações bilaterais entre os Estados Unidos e os países mais afetados. Uma conversa entre autoridades norte-americanas e japonesas está agendada para quinta-feira. O assessor econômico da Casa Branca, Kevin Hassett, ainda disse nesta segunda que os negociadores dos EUA e da União Europeia já se reuniram inúmeras vezes e estão fazendo "um enorme progresso"*(Da Folhapress)*.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEGEDAM / DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 90025/2025

Processo n.º 003.688/2025-9. Objeto: renovação de subscrição, pelo período de 2 (dois) anos, de 120 (cento e vinte) licenças da ferramenta IntelliJ IDEA Ultimate, conforme especificações anexas ao edital. Sessão Pública: 29/04/2025 às 14h horas. Local: sítio www.gov.br/compras. Edital à disposição dos interessados no mencionado endereço ou no sítio www.tcu.gov.br, opção "Transparência e Prestação de Contas".

Nathália Baldez Doroteu – Pregoeira

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE
GESTÃO ADMINISTRATIVA

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE PREGÃO
Nº 90001/2025

A Agência Nacional de Mineração divulga a abertura do Pregão nº 90001/2025, contratação Apoio Administrativo para as Gerências da ANM nas cidades de Goiânia - GO e Porto Alegre - RS a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, disponibilizados nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos e http://www.gov.br/compras.

Abertura prevista para 12/05/2025, às 10:00

Brasília 10 de abril de 2025
Josué Menezes Vieira
Pregoeiro

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





ORIENTE MÉDIO

Trump faz nova ameaça ao Irã

Republicano se diz disposto a fazer algo "drástico" para impedir que país tenha arma nuclear

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nessa segunda-feira que o Irã deve "abandonar" qualquer tentativa de obter uma arma nuclear sob a ameaça de enfrentar "consequências severas".

Trump disse que, caso o Irã persista no "sonho" de ter sua própria arma nuclear, os EUA poderão fazer um ataque militar às instalações nucleares de Teerã. "É claro que sim", disse o republicano aos jornalistas quando perguntado se uma possível resposta poderia incluir ataques às instalações nucleares iranianas.

Declarações de Trump acontecem após o Irã alegar no sábado que teve uma conversa "produtiva" com os EUA para um possível acordo nuclear. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araqchi, disse que os dois países teriam concordado em dar continuidade às negociações no dia 19 de abril. A Casa Branca considerou a reunião como um "passo à frente para se chegar a um resultado benéfico para ambos", e que "esses temas são muito complicados".

"Acredito que estamos muito próximos de uma base de negociação. Se conseguirmos concluir essa etapa durante a semana, teremos avançado significativamente e estaremos prontos para iniciar discussões reais", disse Abbas Araqchi em entrevista à TV estatal iraniana.

O chanceler afirmou que a primeira fase das negociações ocorreu em uma "atmosfera produtiva, calma e positiva". Os EUA querem um acordo de curto prazo, mas o Irã diz não ter intenção de"discutir por discutir" e almeja o fim das sanções norte-americanas.

A reunião ocorreu de forma indireta e foi mediada por Omã, como propuseram os iranianos. As delegações estavam em salas separadas e transmitiram suas mensagens através do chanceler de Omã, segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei.

Araqchi informou que sua delegação conversou brevemente com Steve Witkoff, enviado de Donald Trump para o Oriente Médio. "Após mais de duas horas e meia de discussões indiretas, os representantes do Irã e dos EUA falaram por alguns minutos na presença do Ministro das Relações Exteriores de Omã, antes de deixarem as discussões", declarou.

Desconfiança no Teerã

Teerã aborda as negociações com cautela e há ceticismo sobre a possibilidade de se chegar a um acordo. Donald Trump ameaçou várias vezes bombardear o Irã se o país não colocasse um fim em seu programa nuclear.

O progresso nas discussões pode reduzir a tensão na região. A área tem enfrentado conflitos nos últimos dois anos entre Israel e aliados regionais do Irã, como o Hamas palestino, o Hezbollah libanês e os Houthis no Iêmen.

O fracasso, por outro lado, aumentaria os receios de um conflito maior. Israel e os Estados Unidos prometem impedir o Irã de adquirir armas nucleares, o que Teerã nega.

Mísseis iranianos

Chefe de diplomacia tem "plenos poderes" para liderar as negociações. Essa foi a definição do líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, que tem a última palavra em relação à questão nuclear, segundo uma autoridade iraniana à Reuters. "A duração das discussões, que se concentrarão apenas no nuclear, dependerá da seriedade e da boa vontade do lado americano", afirmou.

O Irã descartou colocar seu programa de defesa, em particular o programa de mísseis balísticos, na mesa de negociações. As últimas negociações diretas oficialmente conhecidas entre os dois países ocorreram quando Barack Obama era o presidente dos EUA (*Da Folhapress com AFP*).

BRENDAN SMIALOWSKI / AFP



Donald Trump deu as declarações durante a visita do líder autoritário de El Salvador, Nayib Bukele

Declaração polêmica sobre guerra

Em nova declaração controversa sobre a Guerra da Ucrânia, Donald Trump responsabilizou os seus homólogos ucraniano e russo, Volodimir Zelenski e Vladimir Putin, respectivamente, além de seu antecessor na Casa Branca, Joe Biden, pelo conflito ora em curso, praticamente os colocando no mesmo balaio, sem distinção entre agressores e agredidos.

Como praxe, o republicano exagerou em suas declarações. Ele acusou os três de serem responsáveis pela morte de "milhões de pessoas", número acima do apontado por especialistas. "Putin como [responsável] número um. Biden, que não tinha ideia do que estava fazendo, como número dois, e Zelenski", afirmou Trump ao atribuir responsabilidades no conflito.

Trump tem sido criticado por seus posicionamentos relacionados à guerra, que com frequência são alinhados aos objetivos de Putin. O republicano ainda tem relacionamento conturbado com Zelenski. Em fevereiro, eles bateram boca sobre os rumos do conflito, numa cena nunca vista em público no Salão Oval da Casa Branca, e não assinaram acordos que estavam sendo costurados.

O encontro foi considerado um desastre para Kiev e jogou fora o esforço de líderes europeus de aproximar os presidentes dias depois de Trump ter chamado Zelenski de ditador. Críticos do americano afirmam que a reunião não passou de uma "emboscada planejada" para o ucraniano.

Ontem, o americano voltou a criticar o ucraniano, com insinuações.

1,6 BILHÕES DE EUROS

União Europeia anuncia ajuda a palestinos

A União Europeia (UE) anunciou nessa segunda-feira um programa de apoio financeiro de até € 1,6 bilhão (R$ 10,6 bilhões) para os palestinos. Em uma mensagem na rede *X*, a chefe da diplomacia da UE, Kaja Kallas, disse que o programa "ajudará a estabilizar a Cisjordânia e Gaza".

O programa inclui aproximadamente € 620 milhões (R$ 4,12 bilhões) em doações ao orçamento da Autoridade Palestina e cerca de € 576 milhões (R$ 3,83 bilhões) para projetos econômicos na Cisjordânia e em Gaza. Também inclui empréstimos de cerca de € 400 milhões (R$ 2,65 bilhões) do Banco Europeu de Investimento (BEI).

A UE anunciou ainda o lançamento de uma plataforma de doadores destinada a mobilizar recursos para os palestinos. "Pedimos governança e bom governo. Isso é de extrema importância porque queremos saber como a Autoridade Palestina governará não apenas a Cisjordânia, mas também Gaza", disse Kallas ontem.

No mesmo dia, o presidente francês, Emmanuel Macron, disse ao chefe da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que o Hamas deve ser afastado do poder na Faixa de Gaza e a Autoridade Palestina reformada para avançar em direção a uma solução de dois Estados. O anuncio de apoio financeiro da UE ocorre uma semana após o encontro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, na Casa Branca. No último dia 7, ambos falaram sobre a realocação de palestinos em Gaza para outros países, a despeito da negativa dos residentes do território palestino de sair dali.

Desde 18 de março, após uma trégua de dois meses, Israel retomou sua operação militar e expandiu seu controle sobre o norte da Faixa de Gaza. Equipes do Exército de Tel Aviv aterraram áreas agrícolas e demoliram distritos residenciais inteiros e indústrias para ampliar uma zona de segurança ao redor do território, de acordo com relatório divulgado pela organização israelense Breaking the Silence.

A guerra de Israel em Gaza foi desencadeada em outubro de 2023, quando terroristas do Hamas mataram 1.200 pessoas no sul de Israel e fizeram cerca de 250 reféns, segundo dados israelenses. Desde então, mais de 50 mil palestinos foram mortos na campanha militar israelense, de acordo com autoridades palestinas (*Da Folhapress*).

LIGA DOS CAMPEÕES

Por um lugar entre os quatro melhores

THIAGO H. DE MORAIS
thiago.morais@grupojbr.com

As vantagens de Paris Saint-Germain e Barcelona no primeiro jogo da Liga dos Campeões, na semana passada, colocam os dois clubes como sérios candidatos a uma vaga às semifinais da competição. A dupla entra em campo na tarde hoje, às 16h, quando enfrenta Aston Villa e Borussia Dortmund, respectivamente, visando sacramentar o seu retorno entre os quatro melhores do Velho Continente.

Semifinalista na edição passada, o PSG quer retornar ao posto dos quatro grandes europeus e, de quebra, seguir com o seu maior sonho: conquistar o título da competição. O mais próximo que o clube chegou de levantar a taça foi na temporada 2019/20, quando foi derrotado na decisão pelo Bayern de Munique (ALE). Além disso, a equipe francesa, hoje totalmente reformulada, sem grandes medalhões no elenco, tenta quebrar um jejum de mais de 30 anos de um clube de seu país levantando a taça. O único time da França que foi campeão na Liga dos Campeões foi o Olympique de Marselha, na temporada 1992/93.

O Aston Villa, rival dos francês, por sua vez, busca voltar aos três melhores do continentes após mais de 40 anos. A única vez foi na temporada 1981/82, quando justamente conquistou o título da competição. Para tanto, precisam vencer por três gols de diferença para ir às semifinais, já que perdeu em Paris por 3 a 1. Vitória por dois gols de diferença leva o jogo para a prorrogação.

O Barcelona, por sua vez, tenta voltar a uma semifinal após seis temporadas longe do principal pelotão de elite da Europa. A última, ainda com Messi entre um dos seus protagonistas, foi em 2018/19. Naquela edição, a equipe foi eliminada pelo Liverpool, após vencer na ida por 3 a 0 e perder na volta por 4 a 0. Nesta temporada, no jogo da ida, venceu por 4 a 0.

Já o Borrussia Dortmund, que vem mal na Bundesliga, busca retornar aos quatro semifinalistas um ano após ter perdido a final para o Real Madrid. A missão é árdua: vencer por quatro gols de diferença para levar o jogo para a prorrogação.

UEFA/UEFA VIA GETTY IMAGES



Barcelona vem de vitória por 4 a 0 na partida de ida das quartas

BRASILEIRÃO

Vasco e Ceará abrem a rodada

O Vasco terá desfalques de peso para a partida de hoje, pela 4ª rodada do Campeonato Brasileiro, às 21h30, contra o Ceará.. Philippe Coutinho, Tchê Tchê, Puma Rodríguez e Maurício Lemos sequer foram relacionados para a partida contra o Ceará, no estádio Castelão, na capital cearense.

A situação da maioria dos jogadores, no entanto, não é de preocupação. Coutinho, Tchê Tchê e Puma Rodrigues foram liberados por questões físicas ou pessoais. No primeiro caso, trata-se da ideia de preservá-lo devido a longa sequência de jogos do time na temporada. Já Tchê Tchê será desfalque por um problema familiar. O lateral Puma Rodriguez, por sua vez, foi liberado pela comissão técnica e pelo clube para acompanhar o nascimento do filho. O único problema de lesão entre os novos desfalques é Lemos, que está com uma fratura na costela.

O Vasco vem de vitória sobre o Sport, no fim de semana, e soma seis pontos. Os cearenses têm quatro pontos.

VÔLEI DE PRAIA

Circuito Mundial no Parque da Cidade

A partir de amanhã, Brasília será palco de uma das etapas do Circuito Mundial de Vôlei de Praia. A arena foi montada no Estacionamento 12 do Parque da Cidade, um dos principais pontos para a prática do esporte no Distrito Federal. As competições acontecerão de quarta a domingo, com ingressos gratuitos. Os interessados devem resgatar as entradas através do site da Sympla. A entrada no espaço está sujeita a lotação, não garantindo o acesso à arquibancada principal.

Os jogos começam com a categoria feminina. As duplas Thamela/Victoria, Taiana Lima/Talita, Carol/Rebecca, Andressa/Tainá e Ana Patrícia/Duda são as representantes brasileiras. As partidas começam a partir das 15h.

Na quinta-feira, é a vez dos homens. Evandro/Arthur e Arthur/Adrielson são os únicos brasileiros inscritos na chave principal, que pode aumentar após a fase de classificação. Os jogos do masculino e do feminino, na quinta-feira, começam às 9h.

Além do Circuito Mundial, acontecerão em conjunto as etapas do Circuito Brasileiro nas categorias Open e Top 16.

REPRODUÇÃO/BEACH PRO TOUR



Thamela e Victoria venceram a última etapa, no Rio de Janeiro

SANTOS

Peixe demite Caixinha

O português Pedro Caixinha não é mais o treinador do Santos. Ele foi demitido pela diretoria alvinegra na manhã dessa segunda-feira, um dia após a derrota por 1 a 0 para o Fluminense, no Maracanã.

O auxiliar técnico César Sampaio assume interinamente o comando da equipe. No próximo compromisso, o time do litoral paulista vai encarar o Atlético Mineiro (16º), na quarta-feira, em casa.

Caixinha é o segundo treinador que perde o emprego no Brasileiro. O primeiro foi Mano Menezes, demitido do Fluminense após derrota para o Fortaleza na estreia.

Em três rodadas do Campeonato Brasileiro, o Santos ainda não venceu. Estreou com uma derrota por 2 a 1 para o Vasco, em São Januário, e em seguida empatou por 2 a 2 com o Bahia, na Vila Belmiro, além da derrota para o Fluminense, no fim de semana.

MUNDIAL DE CLUBES

Dois árbitros brasileiros confirmados

A Fifa divulgou nesta segunda-feira a lista dos árbitros do Mundial de Clubes. A relação conta com os brasileiros Ramon Abatti Abel, do quadro de Santa Catarina, e Wilton Pereira Sampaio, de Goiás. Nenhum assistente de vídeo (VAR) do País foi selecionado para trabalhar na competição, que acontece de 12 de junho a 13 de julho, nos Estados Unidos. Entre os times participantes estão Palmeiras, Flamengo, Fluminense e Botafogo.

Ao todo, são 35 árbitros de 33 nacionalidades diferentes na lista divulgada pela Fifa. Brasil e Argentina têm dois profissionais cada. Já os responsáveis pelo VAR são 24, de 22 países diferentes. Espanha e México têm dois representantes cada.

Segundo apurou a reportagem, Ramon e o Wilton também estão pré-selecionados para a Copa do Mundo de 2026, assim como Raphael Claus (Fifa/SP), que esteve no Mundial do Catar, em 2022 Edina Alves Batista (Fifa/SP) estava na relação preliminar, mas acabou saindo. Ela recentemente foi convocada para a Eurocopa feminina, marcada para julho, na Suíça.

Recentemente, a Fifa anunciou que os árbitros vão utilizar câmeras corporais durante o Mundial de Clubes para oferecer "uma nova experiência" aos torcedores. A ideia foi aprovada, em caráter de teste, pela International Football Association Board (Ifab), a entidade guardiã das regras do futebol.

Alta Velocidade

João Luiz da Fonseca
joaoluizfonseca@uol.com.br



Piastri virou o jogo dentro da McLaren?

A McLaren viveu sentimentos opostos no GP do Bahrein, pelo desempenho e pelos resultados apresentados pelos seus pilotos no circuito de Sakhir.

Desde 2024, a equipe enfrenta críticas por não definir qual dos dois é o principal e por deixar para tomar a decisão corrida a corrida.

"Acho que o problema deles é que têm dois pilotos que estão lutando pelo campeonato mundial", disse Christian Horner, chefe de equipe da Red Bull. Embora inveje a posição da McLaren, que tem dois carros na dianteira — algo que o time de Milton Keynes ainda não conseguiu —, ele acredita que a abordagem de igualdade também traz compromissos. Segundo Horner, esse fator inclusive dificultou o ataque da dupla a Max Verstappen, que venceu a etapa anterior, o GP do Japão.

Mas tudo indica que o holandês não é a real ameaça, já que o nº 1 da Red Bull ficou bem longe de repetir o feito em Sakhir, onde foi apenas o sexto colocado e ainda perdeu a vice-liderança para Piastri no campeonato.

Lando Norris ainda lidera, mas o Grande Prêmio do Bahrein mostrou uma mudança clara na McLaren. Em um fim de semana perfeito, Piastri largou na pole position, enquanto Norris partiu em sexto.

O australiano já venceu duas das quatro provas até aqui, reduzindo a vantagem de Norris para apenas três pontos com o triunfo dominante no último domingo.

Oscar se desenvolveu muito desde a metade final da temporada passada e finalmente está conseguindo dominar as demandas dos pneus Pirelli, à medida que sua experiência também vem aumentando.

Agora mais à vontade com seu carro de 2025, ele vem sendo o grande destaque e pode vir a ser declarado o nº 1 da equipe, com a qual mantém contrato pelo menos até o final da temporada de 2027.

Diferente do companheiro, Lando Norris teve um fim de semana difícil e já começou a mostrar seu velho descontrole emocional, justificando que "algo não está funcionando" entre ele e seu carro da McLaren nesta temporada.

Piastri sempre teve talento, mas não conseguiu entregar tudo em todos os finais de semana do ano passado.

Agora, bem à vontade com o carro, ele está no caminho certo para assumir a liderança do campeonato já no próximo fim de semana, na Arábia Saudita, sede da quinta etapa da temporada.

Na opinião generalizada, ele desponta como o piloto mais convincente da McLaren neste ano.

Norris sabe disso. Mas, por enquanto, não tem certeza do que fazer para superar seus problemas em breve. “Não estou confortável, não estou feliz e não estou me sentindo bem”, esbravejou.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



Mesmo ainda sendo o líder e esbanjando capacidade de piloto vencedor, após a corrida no Bahrein ele mostrou que as mesmas vulnerabilidades — a costumeira suscetibilidade à pressão e aquelas grandes oscilações emocionais, que surgiram pela primeira vez em Sochi 2021 — ainda estão presentes em seu temperamento.

Na ocasião, ele liderou a prova desde a pole position, mas a desobediência à equipe em trocar para pneus de chuva no final da corrida lhe custou a vitória. Ele terminou apenas em P7, o que permitiu a Lewis Hamilton, que apostou nos pneus intermediários antecipadamente, vencer a prova.

Não resta dúvida de que os dois pilotos da McLaren são igualmente talentosos e, surpreendentemente, com potencial para melhorar ainda mais.

"Estou feliz com o que o carro tem sido capaz de fazer e acho que a equipe tem feito um ótimo trabalho”, disse Piastri.

Já Norris estava mais uma vez no clima de autoflagelação após a corrida. Ele admitiu frustração com seu desempenho e se culpou pelo resultado, dizendo que estava "fora de sintonia" e que "decepcionou a equipe", afirmando que busca explicações para o rendimento abaixo do esperado.

Comparando o contraste das reações negativas de Norris com a quietude psicológica de Piastri, talvez, para um piloto do seu calibre, fosse melhor tentar disfarçar da melhor maneira possível essa variação de humor.

A McLaren está trabalhando em mudanças técnicas para resolver os problemas de seu carro, mas ainda não sabe quando elas chegarão — nem, é claro, quão eficazes serão.

No ambiente competitivo da Fórmula 1, o número 2 significa o piloto mais fraco da dupla, e é exatamente esse estigma que Lando não quer carregar.

Na análise do ponderado Piastri, a McLaren ainda não tem um piloto favorito. “Desde que tenhamos o melhor carro, vai ser apertado entre Lando e eu”, avaliou, com a ressalva de que “ainda é muito cedo para prognósticos”.

"No momento, temos um ótimo carro, mas acho também que haverá outros candidatos ao título no decorrer da temporada”, acredita.

É o que os fãs também esperam ver. Todos se empolgam com uma disputa acirrada — e a F1 fica bem mais interessante e menos monótona com mais equipes lutando por vitórias do que apenas uma.

FÓRMULA 1

Bortoleto faz críticas à Sauber

Brasileiro teve um fim de semana bem ruim no Bahein. "Não consigo seguir os carros à frente".

O GP do Bahrein, neste domingo, deverá ser esquecido rapidamente pelo brasileiro Gabriel Bortoleto. O piloto, que terminou na 18ª colocação, enumerou uma série de problemas vividos dentro de sua Sauber, que o impediram de realizar uma corrida digna.

"Honestamente, eu não consigo seguir os carros à frente de muito perto. Mesmo que o ritmo esteja lá em algum momento... no reinício com o carro de segurança, (pneus) médios contra os duros do (Lance) Stroll à minha frente. Assim que me aproximo, parece que eu perco totalmente a aderência e... (risos) não vou a lugar algum. Agora, precisamos analisar tudo e entender o que está acontecendo", disse o piloto.

Na tentativa de superar os rivais no início de prova, Bortoleto optou por largar com pneus macios e chegou a ocupar a 12º colocação, mas o ritmo lento fez com que ele perdesse posições e caísse para a última colocação. "Não foi a primeira vez (ritmo lento), eu acho. Esse problema tem ocorrido desde o início da temporada."

Bortoleto, que só ficou à frente do espanhol Carlos Sainz (abandonou a prova) e do alemão Nico Hülkenberg (desclassificado) se prepara para o GP da Arábia Saudita, a ser disputado no próximo final de semana.

Preocupação com Verstappen

Consultor e nome influente nas principais decisões da Red Bull, Helmut Marko admite estar preocupado com o futuro de Max Verstappen na equipe austríaca. Ele acredita que o tetracampeão mundial poderia deixar o time antes do fim do seu contrato e rumar para uma rival em busca de mais títulos na Fórmula 1.

"A preocupação é grande. Melhorias precisam ser feitas num futuro próximo para que ele possa ter um carro com o qual possa voltar a vencer. Temos que criar uma base com um carro para que ele possa lutar pelo título mundial", disse o consultor, em entrevista ao canal Sky Sports, da Alemanha.

STAKE F1 TEAM KICK SAUBER/ DIVULGAÇÃO

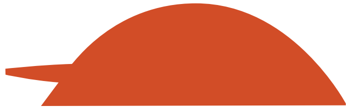


Brasileiro em conversa com membros da equipe no Bahein

Em meio ao crescente domínio da McLaren no campeonato, Verstappen venceu apenas uma das quatro corridas da F-1 disputadas nesta temporada até agora. O holandês não parece perder performance neste ano, na avaliação da equipe. O problema estaria mesmo nas limitações do carro atual da Red Bull.

O tetracampeão mundial tem contrato com o time austríaco até 2028. Mas, segundo a imprensa europeia, uma cláusula teria sido adicionada em seu acordo com o time prevendo uma possível saída antes do fim do contrato. O piloto é apenas o terceiro colocado do Mundial de Pilotos, oito pontos atrás do líder Lando Norris.

A situação estaria incomodando o holandês, considerado o mais talentoso de sua geração e candidato a alcançar os números de Michael Schumacher e Lewis Hamilton na F-1. De acordo com o canal Sky britânico, o empresário do piloto, Raymond Vermeulen, teria sido visto gritando com Helmut Marko nos boxes da equipe ao fim da corrida disputada no domingo, no Bahrein - Verstappen foi apenas o sexto colocado na prova.



HISTÓRIAS de BRASÍLIA 65 ANOS

DIVULGAÇÃO/RAQUEL MERGENER



Aos 28 anos, Mihalis tem uma trajetória marcada pelas raízes culturais dos pais

MARCELO CANNA



Potente, a Banda Ralé Xique se prepara para o lançamento do seu segundo álbum

Brasília: nova geração, novos ritmos

Cena musical do quadradinho pulsa em diversos estilos, unindo tradição, experimentação e identidade

ALEXYA LEMOS
redacao@grupojbr.com

Brasília é reconhecida no Brasil e no exterior como o berço de bandas que marcaram gerações com letras memoráveis e ritmos potentes. Ícones como Legião Urbana, Capital Inicial, Raimundos, Aborto Elétrico e Plebe Rude nasceram na capital, assim como artistas solo como Tiago Iorc, Hungria e Flora Matos. No ano em que Brasília completa 65 anos, o destaque vai para uma nova geração de músicos que vêm moldando a paisagem sonora da cidade.

Esses novos artistas — em carreira solo ou em bandas — trazem à tona composições que falam de amor, auto aceitação, ancestralidade, diversidade e representatividade. São vozes que buscam conexão com o presente, sem deixar de dialogar com a identidade múltipla da capital.

Lucas Maranhão começou cedo: aos 8 anos já tocava violão; aos 12, compunha suas primeiras músicas. Hoje, aos 27, soma dois álbuns em carreira solo e integra a banda Aguaceiro. Seu estilo, que ele define como MPB contemporânea, mistura referências brasileiras com elementos do lo-fi, bedroom pop, folk e indie eletrônico.

“Gosto de explorar essa mistura de texturas, com sons orgânicos e letras íntimas. Me inspiro muito no cotidiano — tem beleza nas coisas simples da vida, como andar de bicicleta ou estar com amigos. Observar e transformar essas vivências em música é o que me move”.

Lucas divulga atualmente o álbum "Varandas", lançado com a banda em outubro de 2024, mas já tem planos para o futuro. “Tenho uma meta pessoal: lançar cinco álbuns até os 30. Já publiquei dois, e o terceiro chega no fim deste ano com a Aguaceiro”.

A capital também influencia diretamente sua arte. “Brasília me moldou muito, especialmente na infância, quando aprendia violão com músicas da Legião Urbana. Isso deixa marca”. Ele também cita como referências contemporâneas a dupla Akhi Huna, a cantora Pratanes e o cantor e produtor Pedro Alex.

Mas a vida de artista independente exige mais do que criatividade. Produzir, editar, divulgar e gerir a própria carreira consome tempo e energia — e nem sempre oferece retorno financeiro imediato. Foi o que viveu Mihalis, cantor, compositor e, mais recentemente, produtor musical.

Aos 28 anos, ele tem uma trajetória marcada pelas raízes culturais dos pais maranhenses — que cantavam samba e bossa nova na Grécia, onde ele nasceu. Ganhou seu primeiro cavaquinho aos três anos e, com o tempo, passou a incorporar elementos de jazz, neo soul, hip hop e MPB às suas composições.

“Precisei aprender marketing, social media, gravar vídeos, lançar músicas, impulsionar posts, negociar com curadores de playlists, pensar roteiro de clipe... Tudo isso fora do escopo criativo. E o retorno financeiro, sem shows, é difícil”, relata.

Foi nesse processo que Mihalis descobriu a produção musical como um novo caminho. Com experiências anteriores em desenho, fotografia e dança, ele assumiu a criação sonora do espetáculo "A Capital", do estúdio Have Dreams, que retrata a cidade sob a ótica dos candangos. “Estou nesse projeto desde setembro. A estreia é agora, dia 27, e consegui explorar ritmos e sonoridades que sempre quis trabalhar”.

Formado em economia, Mihalis equilibra a carreira de produtor com a atuação na área financeira. “Pensei em largar tudo, mas optei por manter a estabilidade. Tenho projetos como economista e sigo forte na arte”.

Outra artista que enfrentou barreiras desde cedo foi Hanna Amim, cantora, DJ e produtora musical de 33 anos. Filha de pais músicos, ela não teve incentivo inicial para seguir na arte. “Sempre ouvi que ser artista não era profissão. É uma carreira desvalorizada e pouco regularizada”, diz.

No ano em que Brasília completa 65 anos, o destaque vai para uma nova geração de músicos que vêm moldando a paisagem sonora da cidade.

Neurodivergente, Hanna teve dificuldades na escola e, por um tempo, nem cogitava viver da música. Mas criou sua própria metodologia de estudo, entrou no curso de canto popular da UnB, passou a discotecar em eventos e investiu na produção musical. “Desde então, lancei um single, um EP com cinco faixas e três clipes”. Frequentadora da Galleria, no Conic, ela considera o espaço essencial para seu início como DJ e cantora.

Hanna também produz suas próprias músicas e vê a escassez de espaços como um dos maiores desafios. “Falta espaço físico, falta espaço digital, falta espaço nas rádios. Cada conquista exige muita luta — e isso cansa”.

Com proposta diferente, mas igualmente potente, a banda Ralé Xique surgiu em 2017 com o objetivo de expressar o cotidiano por meio de uma estética sonora chamada “psicodelia tropical”. Formada por Alê Maraschino e Faby Gonçalves (vocais), Victor Hugo (baixo e voz), Icaro Faria (percussão e voz), Ian Farias (bateria) e Gabriel Migão (guitarras), a banda une rock, MPB, dub e black music.

“O nome Ralé Xique veio da ideia de que não pertencemos à elite. E muitas vezes é essa elite que define o que tem ou não qualidade. Rejeitamos isso — somos ralé, e somos muito chiques”, explica Icaro. Ele também enfatiza o caráter brasiliense do grupo: “Brasília é uma mistura, um molho. E nosso som é reflexo disso. Bebemos de todas as fontes que circulam aqui”.

O segundo disco da banda, "Você Sabe Com Quem Está Falando?", tem lançamento previsto para o segundo semestre de 2025.

Já a banda Saci Wèrè, criada em 2017, aposta em um estilo mutante com raízes no tropicalismo experimentalista. Formada por Amanda Duarte, Abacate Alan, Danilson Oliveira, Gui Campos, Fernando Mazoni e Chris Baréa, o grupo valoriza a miscigenação cultural brasileira até no nome.

“Gostamos da simbologia do Saci Pererê como resultado do encontro entre culturas — indígena, africana e europeia. Isso nos representa”, afirmam. O projeto, segundo os integrantes, acompanha as transformações de vida de cada um. “Tivemos fases experimentais e mais espirituais, depois algo mais carnavalesco e dionisíaco, influenciado por Hugo Rodas. Não temos um estilo fixo, gostamos de transitar.”

Encerrando esse panorama está a banda Arandu Arakuaa, formada em 2008 e conhecida por fundir rock metal com sonoridades indígenas. Criada por Zândhio Huku, a banda se dedica à valorização das línguas e culturas originárias, com letras em Xerente, Tupi e Xavante.

“O Arandu Arakuaa existe para fortalecer as lutas dos povos indígenas”, afirma Huku. Em Tupi, o nome significa algo como “sabedoria do cosmos” ou “saber dos ciclos dos céus”.

Hoje, a banda é composta por Zândhio Huku (viola caipira, vocais, guitarra, flautas e maracá), Andressa Barbosa (baixo, vocais e maracá), Guilherme Cezario (guitarra e backing vocals) e João Mancha (bateria e percussão afro-indígena). O foco atual está na produção de clipes e na realização de apresentações ao vivo pelo país.

Canal1

Flávio Ricco
tvcanal1@terra.com.br



Por muito tempo, Globo, Record e SBT devem seguir na liderança da TV no Brasil


GLOBO / DIVULGAÇÃO

Ainda que se deixando à parte o nosso pobre serviço de medição de audiência, em todos há a certeza de que, por muito tempo, Globo, Record e SBT seguirão nos três primeiros lugares da TV aberta brasileira.

Globo, por todo volume e qualidade de sua produção, se mantém lá em cima, sem risco nenhum de perder a sua liderança, enquanto Record e SBT seguirão na briga pela segunda colocação, podendo até se alternarem nesta posição, dependendo daquilo que virão apresentar nos próximos tempos.

Trata-se de um quadro que se mantém inalterado há tantos anos e que deve seguir assim por muito tempo, porque são praticamente nulas as possibilidades de Band e Rede TV!, mantidas as condições atuais, um dia se inserirem por aí.

A Band, menos, mas a Rede TV! muito mais, em vários momentos e espaços de suas grades, abdicam do dever de fazer televisão, para se dar ao direito da perniciosa venda de horários. É a busca do dinheiro fácil, não existindo nem mesmo a preocupação em se saber o quanto pagam ou perdem com isso.

Ao que alguém poderá dizer, "mas a Record não faz o mesmo?". Considerando as proporções, sim, mas em condições que sempre foram diferentes. A TV e a igreja têm CNPJs irmãos.

Daí o estabelecimento de um quadro sem quaisquer perspectivas de mudanças e que vai muito ao encontro da tese de alguns de que no Brasil, cada vez mais, em vez das tantas redes de televisão que existem, só as mesmas três se colocam como necessárias e suficientes.

Grade de aniversário

O "Caldeirão com Mion" terá um programa especial para as celebrações dos 60 Anos da TV Globo, no próximo dia 26.

Em um momento dedicado ao jornalismo, Marcos Mion terá Caco Barcellos, Fátima Bernardes, Sandra Annenberg e Ernesto Paglia, dividindo memórias e curiosidades com o público.

Arremate

Ao final da conversa com os jornalistas, o "Caldeirão" irá destacar o quadro 'Arte Transforma'.

Nele, dois adolescentes autistas que têm hiperfoco em notícias e telejornais farão uma apresentação especial para o grupo.

Time definido

A Globo definiu o time de roteiristas que dará apoio a Aguinaldo Silva na trama de "Três Graças", substituta do remake de "Vale Tudo".

Foram escalados Patrícia Moretzsohn, Márcia Prates, Eliane Garcia, Zé Dassilva e Virgílio Silva.

Detalhe

Com exceção a Virgílio, que já vinha dando um certo suporte a Aguinaldo nos 30 primeiros capítulos, esses outros profissionais entram em cena a partir de agora.

Chama também atenção o fato de que Prates, Garcia e Dassilva acabaram de sair de "Mania de Você".

Infantil

Rosi Campos, atualmente em "A Caverna Encantada" no SBT, vai aparecer em participação especial na nova versão da série "Mundo da Lua", em breve, na TV Cultura.

Ela começou a gravar no último domingo, sob a direção de João Daniel Tikhomiroff. Antônio Fagundes, Marcelo Serrado, Pathy Dejesus e a atriz-mirim Sabrina Souza também estão no elenco.

Semelhança - 1

Programas regionais são essenciais para fortalecer a marca de qualquer TV, atrelada a uma grande rede, porque fortalecem a identidade local com assuntos diversos sobre cultura, costumes e entretenimento.

É também um espaço permanentemente aberto ao talento local e quantos não surgiram por aí.

Semelhança – 2

No SBT, durante o período em que esteve à frente da Programação, Murilo Fraga deu sinal verde para a criação do "Masbah", em 2013, no Rio Grande do Sul e do "Cariocou", em 2017, no Rio de Janeiro; ambos permanecem fortes e qualificam a grade local.

Ao que, mais recentemente, a Globo lançou o "Paulistar", em São Paulo, com características bem parecidas. Semelhança ou coincidência?

Anote, por favor

Meio que discretamente, já estão em curso os trabalhos do "The Voice" no SBT, ainda não da sua produção, mas na procura de nomes para compor o grupo de jurados.

Em torno desta busca, pode-se assegurar o interesse em encontrar uma "mulher poderosa", alguém com voz forte no cenário musical e sempre capaz de fazer chamar a luz para cima dela.

Em casa

Mayana Neiva vai interpretar Maria, na Paixão de Cristo, em João Pessoa, de quinta a sábado próximos, no adro do Centro Cultural São Francisco.

Não é a primeira vez que a atriz estará neste papel, mas, desta vez, o gostinho é especial, "por ser na Paraíba, na minha terra".

Calendário

Toda essa antecedência do SBT nos preparativos do "The Voice" se deve, principalmente, ao cuidado que os seus responsáveis desejam oferecer à montagem do programa.

A exibição, como se sabe, será de outubro a dezembro.

C´est fini

Alguns atores da nossa TV são escalados para determinados papéis em novelas na certeza de que darão conta do seu ofício.

É o caso de Alexandre Nero, atualmente como Marco Aurélio em "Vale Tudo". O seu vilão cômico já caiu nas graças do telespectador.

baterebate

- **Para os padrões da Rede TV!, a transmissão da Série B começa a aparecer como um grande negócio...**
- **... Jogo Chapecoense x Coritiba, sábado, alcançou 1 ponto de média e 1,2 de pico, na Grande São Paulo.**
- **Carlos Massa, o Ratinho, será o convidado do "Pânico" desta quarta-feira, às 12h, na Jovem Pan.**
- **Está em fase de montagem a peça "O Vendedor de Sonhos 2", adaptada por Ingrid Zavarezzi dos volumes 2 e 3 da obra homônima do Augusto Cury.**
- **Moacir Fercon, como Semer, faz uma participação especial na 13° temporada de "Reis - A Esperança", com direção Rudi Lagemann...**
- **... Como se sabe, esta é a última temporada da série, ainda sem data de estreia.**
- **Por sua vez, Alexandre Avancini, diretor de "A Vida de Jó", também na Record, terá Enzo Krieger e Guilherme Berenguer, e Mah Duarte e Juliana Didone, se alternando nas duas primeiras fases...**
- **... Personagens Jó e Raquel, respectivamente.**
- **Depois do Oscar, parece que a Globo tomou gosto pela coisa...**
- **... Serão seis filmes dela no Festival do Cinema Brasileiro de Paris, em maio.**

CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Iguaria que pode causar cáries		Urina (inf.) / Impeça (pop.)			Tipo de manipulação familiar	Enganador / O latido do cão (pl.)		Inconstante; mutável	
Loja de móveis / Ceder a argumentos									
					É usado no fabrico de latas				
Programa como "La Casa de Papel"(TV)	Pessoa como Donald Trump (2025)		Salvador (?), pintor espanhol			Traje típico da indiana / Atribui			
Andar de bicicleta								Apunhala pelas costas	
Monograma de "Renato"		Levantar; suspender					Anne Tyler, escritora		
Engloba sete estados brasileiros		Formato de arquivo desenvolvido pela Adobe Systems	Fruto do cânhamo				Hidróxido como o lítio e o sódio		Fraco (o café)
						Dar um (?): rejeitar / Deus, em árabe			
Estragar (pop.) / Tilápia e garoupa		Município do Rio de Janeiro						Enche de pessoas	
						O Paraíso (Bíbl.) / Marcação, em inglês			
Nitrogênio (símbolo) / Transcrito fielmente		(?) verbis, neste termo (lat.)			Tira de couro como o chicote				
O tempo em fases históricas								Carbono (símbolo)	

BANCO 2/in. 3/tag. 5/areal. 6/álcali. 8/flandres.

62

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.assinecoquetel.com.br

Picolé · Desafio · Fácil · Caça Palavra · Cripto

Acesse nosso site!

@coquetel /editoraCoquetel

COQUETEL

Solução

■	D	■	P	A	■	■	BU	■	V
M	O	B	I	L	I	A	R	I	A
■	C	A	P	I	T	U	L	A	R
S	E	R	I	E	■	S	A	R	I
■	■	R	■	N	F	■	DO	T	A
■	P	E	D	A	L	A	R	■	N
■	R	■	AL	Ç	A	R	■	A	T
R	E	G	I	ÃO	N	O	R	T	E
■	S	■	■	P	D	F	■	O	■
B	I	C	H	A	R	■	A	L	A
■	D	■	A	R	E	A	L	■	G
P	E	I	X	E	S	■	C	E	U
■	N	■	I	N	■	T	A	L	A
■	T	E	X	T	U	A	L	■	D
G	E	N	E	AL	O	G	I	C	O

SUDOKU

		3	6					
	9			4				5
1				2				7
					5		9	
		8				2		
	4		8					
8				1				2
5				9			6	
					7	8		

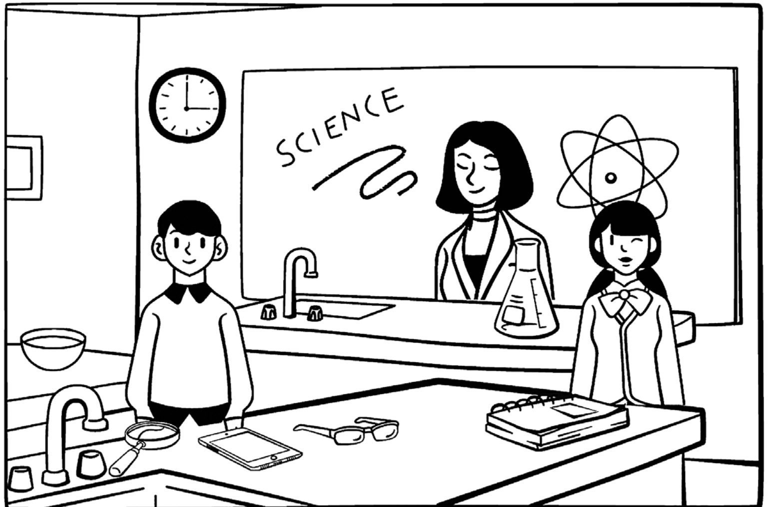
SOLUÇÃO ANTERIOR

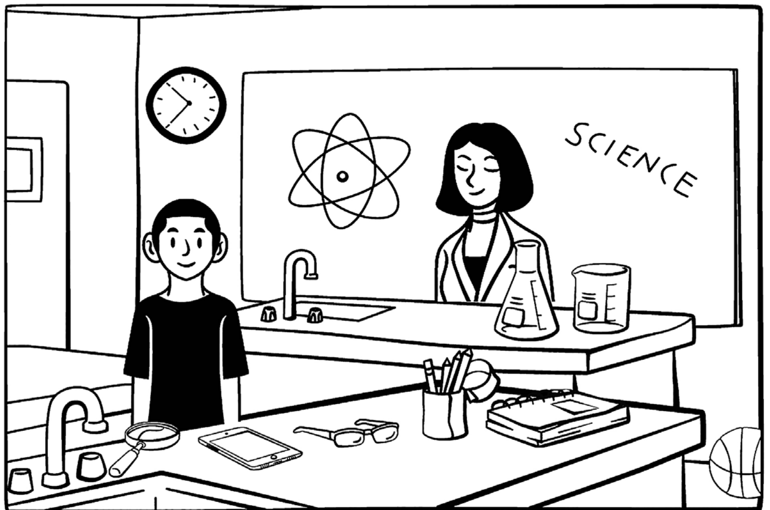
7	5	3	6	8	1	9	2	4
6	9	2	7	4	3	1	8	5
1	8	4	5	2	9	6	3	7
2	6	7	1	3	5	4	9	8
3	1	8	9	7	4	2	5	6
9	4	5	8	6	2	3	7	1
8	7	9	3	1	6	5	4	2
5	2	1	4	9	8	7	6	3
4	3	6	2	5	7	8	1	9

Instruções do Sudoku

Preencha cada quadrinho com um número de 1 a 9. Cada conjunto de nove quadrinhos deve conter todos os nove dígitos, sem que nenhum algarismo se repita.

SETE ERROS





Eufrázio



Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM (61) 99637-6993

NEGÓCIOS
Comunicados & Oportunidades

PUBLICIDADE LEGAL

ABANDONO DE EMPREGO

ABANDONO DE EMPREGO

DIRECIONAL ENGENHARIA E COLIGADAS

Solicitamos o comparecimento do colaborador citado abaixo no prazo de 72 horas, à DIRECIONAL ENGENHARIA E COLIGADA, Endereço: SCN Quadra 4 Bloco B, loja 52 Asa Norte 70714-020 Brasília/DF no intuito de justificar suas faltas sob pena de caracterização de abandono de emprego, ensejando a justa causa do rompimento de seus contratos de trabalho, conforme disposto no artigo 482, "I" da CLT.

Sr. ROMILSON MATIAS DE LIMA CTPS 0327364 SERIE 5130
Sr. MATHEUS OLIVEIRA DA SILVA CTPS 0526477 SERIE 7179
Sr. JULIANO SILVA CUNHA CTPS 5026729 SERIE 0050
Sr. JOSE WILSON MACHADO DOS SANTOS JUNIOR CTPS 0542006 SERIE 8125
Sr. DANIEL SOARES DE ARAUJO CTPS 88586 SERIE 00037
Sr. TIAGO SILVA SANTOS CTPS 0593829 SERIE 2123
Sr. SAMUEL PEREIRA DOS SANTOS CTPS 1117316 SERIE 2119
Sr. RUBENS PEREIRA FIGUEIREDO CTPS 0164700 SERIE 9197
Sr. WILLIAN LUIZ PEREIRA CTPS 1323529 SERIE 8452



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS - SEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 008/2025

PROCESSO: 0041696/2024. OBJETO: Registro de preços para aquisição de bebedouro, longarina e sofanete para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, nos termos do edital e dos seus anexos.

DATA DE ABERTURA: 08/05/2025- HORÁRIO: 14 HORAS - LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br.

O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio www.tjdft.jus.br.

Brasília, 11 de abril de 2025
Isabella Brito
Secretária de Contratações e Gestão de Materiais



COOPERATIVA HABITACIONAL ANABB LTDA. (COOP-ANABB)
CNPJ 05.747.364/0001-53 NIRE 53 4 0000766 9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária nº 25.

O Presidente do Conselho de Administração da **COOPERATIVA HABITACIONAL ANABB LTDA**, no cumprimento das atribuições que lhe conferem os art. 50 a 52, do Estatuto Social, convoca os Delegados para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária (AGO)**, a se instalar, sob sua presidência, no dia 28 de abril de 2025, segunda-feira , às 14:00h, em primeira convocação com a presença de pelo menos três quartos (3/4) dos delegados (12 presentes), ou às 15:00h em segunda convocação com a presença de dois terços (2/3) dos Delegados (10 presentes), conforme previsto no art. 42 do Estatuto, no SHC SUL CR Quadra 507, Bloco A, 1º andar, Asa Sul, Brasília (DF) - Edifício Anabb, para tratarem das seguintes ordens do dia:

I - Assembleia Geral Ordinária - AGO (Art. 50 a 52 do Estatuto):

1. Deliberar sobre as contas, relatório da Diretoria, balanço geral e parecer do Conselho Fiscal (art. 52 inciso I), relativamente ao exercício fiscal de 2024;
2. Deliberar sobre a destinação das sobras/perdas apuradas, deduzidas as parcelas para os Fundos Obrigatórios, ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade (art. 52 inciso II), relativamente ao exercício fiscal de 2024;
3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o anuênio 2025/2026;
4. Deliberar sobre o valor dos honorários e gratificações dos membros efetivos do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
5. Deliberar sobre o rateio de perdas de 2024;
6. Outros assuntos.

Informamos, ainda, que conforme determina o Estatuto:
a) O número de Delegados existente na data de publicação desse Edital, para efeito de cálculo de quórum de instalação é 15 (quinze) (art. 39);
b) Cada Delegado presente terá direito a um voto, qualquer que seja o número de seus representados (art. 43);
c) O Cooperado, que não for DELEGADO, poderá comparecer às Assembleias Gerais, privado, contudo, de voz e voto (art. 44);
e) Encontram-se à disposição dos Cooperados, para consulta na Sede da COOP-ANABB, a documentação contábil pertinente ao exercício encerrado (2024), bem como o relatório da Diretoria, o balanço, o demonstrativo de sobras e perdas e o parecer do Conselho Fiscal (art.52), dos mesmos exercícios fiscais;
g) A COOP-ANABB, disponibilizará a participação na AGO nº 25, através do sistema online.

Brasília (DF), 15 de abril de 2025.

Jair Teixeira dos Reis
Presidente do Conselho de Administração




EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 22/04/2025 às 14h15 | 2º Público Leilão – 24/04/2025 às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TOLEDO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 08.844.065/0001-25, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, o seguinte **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 301, BLOCO "E", LOTE Nº 7, QUADRA CSG 3, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO TAGUA LIFE CENTER**, Taguatinga/DF. Áreas: Real Privativa: 50,91m²; Real Comum de Divisão Não Proporcional: 51,59m²; Real Comum de Divisão Proporcional: 0,12m²; Total: 102,62m²; FIT: 0,000686. Matrícula nº 306.274 do 3º CRI do Distrito Federal. Inscrição Imobiliária: 53277686. Consolidação da Propriedade em 13/03/2025. **Valores: 1º Leilão: R$ 413.304,12. 2º Leilão: R$ 388.665,26**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda realizada em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **RAISSA GOMES REBOLHO DANTAS** – CPF nº 380.683.068-11 e **RODRIGO MENESES DANTAS** – CPF nº 336.917.218-69, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones: (19) 3794-2044/ (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.




EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 25/04/2025 às 14h15 | 2º Público Leilão – 29/04/2025 às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TOLEDO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 08.844.065/0001-25, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 815, BLOCO "E", DO CONDOMÍNIO TAGUA LIFE CENTER**, Lote nº 07, Quadra CSG 3, Taguatinga/DF. Áreas: Real Privativa: 46,73m²; Real Comum de Divisão Não Proporcional: 44,87m²; Real Comum de Divisão Proporcional: 0,10m²; Total: 91,70m²; Fração Ideal do Terreno: 0,000597. Matrícula nº 306.398 do 3º CRI do Distrito Federal. Inscrição Imobiliária nº 53278925. **Valores: 1º Leilão: R$ 311.588,02. 2º Leilão: R$ 382.029,18. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras Para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de Condomínio e IPTU vencidos antes dos leilões; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6.** Consta Mandado Judicial averbado sob o nº 08 da matrícula, cuja baixa já foi autorizada pelo juízo, sendo o cancelamento da averbação junto ao CRI de responsabilidade exclusiva do arrematante; **7. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** Venda realizada em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **CARLOS EDUARDO ALVES NORONHA** – CPF nº 000.275.601-39, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local desconhecido, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044/ (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL



AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00001586/2025-84
Modalidade/número:	Licitação Presencial nº 04/2025
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação por escopo de empresa especializada na execução de obras complementares de construção de edificações – Portaria, Espaço de Lazer, Churrasqueira, Salão de Festas, Espaço Gourmet - na área comum da Quadra Residencial 4 do Residencial Aldeias do Cerrado, na Região Administrativa de São Sebastiao (RA XIV)/DF.
Valor estimado (R$):	O valor estimado é de R$ 3.987.660,77 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), conforme item 13 do PB.
Data/hora de abertura/local:	14/05/2025, às 10 horas. SAM – Bloco "F", Edifício-Sede da Terracap, Sala 24, Subsolo. Brasília/DF – CEP 70620-000.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 11 de abril de 2025.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC




LEILÃO SOMENTE ONLINE 36 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 22/04/2025 a partir das 16h30

LOCALIDADES: DF GO MA MG MS MT PA PB PR RJ RN RS SC SP TO

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 01 - TAGUATINGA/DF
APARTAMENTO Nº 1604, C/ 01 VAGA DE GARAGEM Nº 31
Rua 21 Norte (Lt. 03) - Cond. do Edif. Villa Grandino - **BAIRRO ÁGUAS CLARAS**
Área Privativa: 95,100m²
Lance Mínimo: R$ 253.000,00
Mínimo à Vista: R$ 227.700,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Urbanitários nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e no Distrito Federal, no uso de suas atribuições estatutárias e da legislação sindical vigente, convoca a todos os trabalhadores da **EDF Serviços**, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada por vídeo conferência, pela Plataforma Zoom Link **https://us06web.zoom.us/j/83160207314?pwd=wVu4oPJeufWoBJZYIi0VArtnEjEm1y.1**, sendo que a votação das ordens do dia se dará virtualmente. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada no dia **16/04/2025 (quarta-feira), às 10:00 (dez horas)**, em primeira convocação e, em segunda convocação às **10:30 (dez horas e trinta minutos)**, horário de Brasília, em conformidade com o estatuto desta Federação, para discutir e deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

1. Aprovação da Pauta de Reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2025/2027;
2. Autorização à diretoria da Federação para firmar Acordo Cole-tivo de Trabalho com a Empresa ou, frustradas as negociações, instau-rar Dissídio Coletivo;
3.) Assembleia permanente;
4.) Assuntos Gerais.

Brasília-DF, 14 de abril de 2025.

João Maria de Oliveira
Diretor Presidente

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de 17/06/2022, aditado por outro de 18/07/2022, no qual figuram como Fiduciantes **MARCOS PAULO FERREIRA COSTA DOS SANTOS,** brasileiro, servidor público, portador da CNH nº 03797400464-DETRAN/DF, inscrito no CPF/MF nº 024.640.921-50, e sua mulher **LUANA RODRIGUES COSTA DOS SANTOS,** brasileira, do lar, portadora da CNH nº 03967947550-DETRAN/DF, inscrita no CPF/MF nº 015.739.031-40, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Brasília/DF, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 28 de abril de 2025, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 978.616,45 (novecentos e setenta e oito mil e seiscentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por **Casa nº 39, do Conjunto "B"",** da QR-02, da Candangolândia-DF, com a área construída de 31,35m² e o respectivo lote de terreno medindo 8,00m pela frente, 8,42m pelo fundo, e 15,00m pelas laterais direita e esquerda, ou seja, a área de 123,15m², limitando-se pela frente com via pública, pelo fundo com os lotes 15 e 17, pela direita com o lote 37 e pela esquerda com o lote 41. **Imóvel objeto da matrícula no 101.135 do 4º Oficial de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **05 de maio de 2025,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 499.094,39 (quatrocentos e noventa e nove mil e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do **www.portalzuk.com.br** , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação da homologação da venda, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer eventual valor do arremate e, da comissão do leiloeiro, antes da finalização da escritura do imóvel/instrumento particular, perderá em proveito do Vendedor o equivalente a 20% (vinte por cento) do montante dos valores já pagos até o momento da desistência, e 5% referente a comissão; devendo esse valor ser pago no prazo de 2 (dois) dias, após a comunicação de desistência. Essa penalidade se aplica independentemente do motivo alegado para o rompimento do negócio e tal verba destina-se a ressarcir o Vendedor pelos prejuízos decorrentes da disponibilidade do imóvel para o Arrematante/Comprador durante a vigência do contrato. O Arrematante/Comprador perderá todos os direitos relacionados à compra efetuada, e o imóvel ficará liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: MARCOS PAULO FERREIRA COSTA DOS SANTOS e LUANA RODRIGUES COSTA DOS SANTOS,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido cientificados. Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Para mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467, ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br

BRASÍLIA SEGURANÇA S/A
CNPJ Nº 02.730.521/0001-20 - NIRE 53300013047
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025.
ATA Nº 34

I - CONVOCAÇÃO: O Edital de Convocação foi dispensado em função do comparecimento de todos os acionistas, conforme o disposto na Lei 6.404 de 15/12/1976**. II - ORDEM DO DIA: 1) -** Aprovação das demonstrações financeiras de 2.024; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade. **III - INSTALAÇÃO:** Instalada às 08:00 horas do dia 04 de abril de 2025, na sede social da empresa, localizada no SIA /SUL Trecho 06, Bloco B, Lotes 05/15, CEP 71.205-060, Brasília/DF, sob a presidência de GABRIELLA BORJA RODRIGUES LACERDA, secretariado por RAFAEL MORAES LACERDA. **IV - DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1)** Aprovação do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas relativas aos atos e contas da administração correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 publicadas no Jornal de Brasília edição de 28/03/2025 página 17. **V - ENCERRAMENTO:** A Após a leitura, como ninguém se manifestou, o Presidente colocou em votação os documentos lidos, tendo sua aprovação integral ocorrida por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Sr. Presidente, da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada em todos os seus termos, foi assinadapelo Presidente e Secretário da assembleia e por todos os acionistas presentes: AVANTI PATRIMONI PARTICIPAÇÕES S/A, representado por César Lacerda Neto. A presente Ata é cópia fiel da que foi lavrada no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais de nº 0001, folhas 27v. Brasília-DF, 04 de abril de 2025 **GABRIELLA BORJA RODRIGUES LACERDA** – Presidente; **RAFAEL MORAES LACERDA** – Secretário; **AVANTI PATRIMONI PARTICIPAÇÕES S/A -** Representada por: CÉSAR LACERDA NETO. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal** Certifico registro sob o nº 2752848 em 09/04/2025 da Empresa **BRASILIA SEGURANCA S/A,** CNPJ 02730521000120 e protocolo DFE2500081883- 07/04/2025. Autenticação: 9BF3783939A09FA341FAA5A9B5F0FECB258619D. **Fabianne Raissa da Fonseca** - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse **http://jucis.df.gov.br** e informe nº do protocolo 25/054.495-4 e o **código de segurança nSKN** Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2025 por **Fabianne Raissa da Fonseca** - Secretária-Geral.

Aviso de Recebimento da Licença de Adesão e Compromisso - LAC

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a **Licença de Adesão e Compromisso -LAC nº 12/2025**, para a atividade de Terraplanagem, no SMPW Via EPIA 003, km 24, Chácara 71, Candangolândia/DF, processo n° **00391-00007960/2024-93. (PLANTARI PLANTAS E PAISAGISMO LTDA).**

CIPLAN - CIMENTO PLANALTO S/A

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM a Licença de Operação - Retificação SEI-GDF n.º 25/2025 (Retificação LO nº 18/2025) para a atividade de exploração mineral de argila e calcário, na localidade Setor Habitacional Fercal, Rodovia DF-205, Km 2,7, Fercal/DF. Processo IBRAM/DF nº 00391-00011495/2018-47. Maria Teixeira, Gerente Ambiental.

Cooper Monte Verde - Cooperativa Habitacional

COOPER MONTE VERDE COOPERATIVA HABITACIONAL
CNPJ Nº 08.860.274/0001-62 NIRE 5340008819

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A COOPER MONTE VERDE convoca todos os cooperados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **27/04/2025**, realizada de forma virtual, pela plataforma Google Meet, através do link: que será disponibilizado diretamente ao cooperado por e-mail, conforme autoriza o art. 43-A e § único, da Lei nº 5764/71, e quando, então, se instalará às 08h, em primeira convocação pelo link: meet.google.com/pjv-wzyi-xiz com a presença de 2/3 dos cooperantes com direito a voto, ou às 09h, em segunda convocação, pelo link: meet.google.com/krr-jxcr-ncr com a presença de metade mais um dos cooperantes, ou, ainda, às 10h, em terceira e última convocação, pelo link: meet.google.com/ddx-rqcn-xuw com o número mínimo de 10 (dez) cooperados, e serão submetidos à análise e deliberação, a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Prestação de contas do exercício de 2024, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, contendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço geral; c) Demonstrativo de resultados; 2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal 3) Outros assuntos não deliberativos. **AVISO IMPORTANTE:** Para efeito de quórum de instalação, informamos o número de 117 cooperados, sendo 45 aptos a votar.

Brasília/DF, 14 de abril de 2025.
Alair Gonzaga do Amaral
Diretor Presidente

SindEnfermeiro-DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO DISTRITO FEDERAL**, CNPJ nº 00.627.877/0001-07, por seu presidente abaixo assinado, CONVOCA todos os enfermeiros empregados do HOSPITAL VIVAR/HOSPITAL L2 NORTE (HL2), antigo Santa Marta Norte, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, em primeira convocação, a partir das 14:30h com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um dos enfermeiros interessados, e às 15:00hrs, em segunda convocação, com qualquer número de enfermeiros presentes, conforme artigo 65, "J", do Estatuto Social da Entidade, **exclusivamente online, por meio do link e demais dados de acesso a serem disponibilizados nas redes sociais e no site https://sindenfermeiro.com.br/, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias**, para deliberar sobre as seguintes pautas:

1) Irregularidades Trabalhistas;
2) Deliberação sobre notícia do encerramento das atividades do hospital; e
3) Outros assuntos de interesse da categoria.

Brasília/DF, 15 de abril de 2025
Jorge Henrique de Sousa e Silva Filho
Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2025 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONFEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – CNPJ nº 35.947.694/0001-53 – DE FORMA DIGITAL

A Presidente da CONFEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONFEDERAÇÃO UNICAFES, em base ao Artigo 16 do Estatuto Social, convoca as Federações associadas para a sua Assembleia Geral Extraordinária, inclusive com poderes de Ordinária, nos termos do art. 45 da Lei nº 5.764, 1971, a ser realizada em formato digital, através do sistema meet.google (link enviado oportunamente), tendo como endereço de referência a sua sede na Sala 213, Conjunto Ed. Baracat nº 29, SDS, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, no dia 25 de abril de 2025. A instalação da Assembleia será às 13:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 dos delegados das associadas, ou às 14:00 horas em segunda convocação com a presença da metade mais um dos delegados, ou ainda às 16:00 horas em terceira e última convocação com a presença mínima de um quinto dos delegados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I – Relatório de Atividades e prestação de contas da Confederação, acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal; II – Aprovação do planejamento e do orçamento para o próximo exercício social; III – Outros assuntos de interesse social. Para efeito de quórum legal a Confederação conta nesta data em seu quadro social com 14 federações associadas, com seus delegados em condições de votar. Estará disponível para facilitar a participação, o telefone: 61) 39644462. Brasília/DF, 10 de abril de 2025. Fátima de Lima Torres, Presidente.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral



AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2024 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a abertura da licitação supracitada. Processo SEI nº: 00080-00067990/2023-72. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de construção do CENTRO EDUCACIONAL a ser localizado na QUADRA 04, AE 02– VILA ESTRUTURAL – DF. Em terreno de 10.080,78 m² cercado por muro e gradil metálico e edificação com 5.374,78m² de área construída, em 2 (dois) pavimentos, com rampa e escadas, 18 salas de aula, auditório, sala de música, grêmio estudantil, biblioteca, sala de artes plásticas, sala multiúso, sala multimídia, salas de apoio pedagógico, cozinha industrial e refeitório, vestiários e sanitários, salas administrativas, pátio coberto e laboratórios. Também serão edificados castelo d'água, central de GLP, bicicletário, guarita, estacionamento, além de quadra coberta com vestiários e depósito, conforme especificações do Edital e seus anexos. Total de itens: 1. Valor total estimado da licitação: R$ 19.561.966,38 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos). Abertura das Propostas: 12 de maio de 2025 (segunda-feira), às 10h. Edital: Poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/. Observação: Os anexos ao Projeto Básico, concernentes aos projetos técnicos, especificações técnicas, memórias de cálculo e outros, constam disponibilizados no sítio oficial desta Pasta, acima informado.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2025 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a abertura da licitação supracitada. Processo SEI nº: 00080-00235079/2024-85. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de construção do Centro de Ensino Fundamental a ser localizado no Residencial Parque do Riacho QS 03, Conjunto 09, Lote 01, Setor Habitacional Riacho Fundo II - RA XXI – RIACHO FUNDO II – DF, em terreno de 4.997,50m² cercado por muro e gradil metálico e edificações com 5.068,84 m² de área construída. Escola em 3 (três) pavimentos, com rampa e escadas, 20 salas de aula, sala de artes cênicas, sala de música, sala de leitura, sala de artes plásticas, sala multiúso, sala multimídia, grêmio estudantil, salas de apoio pedagógico, cozinha industrial e refeitório, vestiários e sanitários, salas administrativas, pátio coberto e laboratórios. Também serão edificados castelo d'água, central de GLP, bicicletário, guarita, estacionamento, parquinho infantil e uma quadra coberta (Projeto Padrão FNDE), conforme especificações do Edital e seus anexos. Total de itens: 1. Valor total estimado da licitação: R$ 17.189.644,56 (dezessete milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Abertura das Propostas: 12 de maio de 2025 (segunda-feira), às 11h. Edital: Poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/. Observação: Os anexos ao Projeto Básico, concernentes aos projetos técnicos, especificações técnicas, memórias de cálculo e outros, constam disponibilizados no sítio oficial desta Pasta, acima informado.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90010/2025 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a abertura da licitação supracitada. Processo SEI nº: 00080-00300437/2024-38. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de construção de Centro de Educação para Primeira Infância (CEPI), a ser localizado na Quadra 11, Área Especial – Núcleo Rural Vargem Bonita - Park Way/DF - RA XXIV, em terreno de 3.964,30m², onde será implantado o projeto padrão de Centro de Educação para Primeira Infância - CEPI – TIPO 2, do programa PROINFÂNCIA/FNDE, constando de estacionamento com vagas reservadas para pessoas com deficiência, idosos, motos e embarque/desembarque, guarita com sanitário, paraciclo, mastro de bandeiras, parquinho, pátio descoberto, bancos, lixeiras, postes de iluminação, torneiras de jardim, grelhas para captação de água pluvial, castelo d'água, central de gás, canteiros e área verde com tratamento paisagístico, contém ainda, fechamentos com gradil e muro, calçadas e desníveis tratados em conformidade com a NBR 9050/15. O projeto padrão do FNDE consta de edificação térrea de 1.103,22m² composta por 05 salas para atendimento às crianças de 0 a 06 anos, 01 sala multiúso, fraldário, lactário, salas administrativas, sanitários, cozinha e dependências, refeitório, playground, fechamentos com gradil, portões, construção de muros, execução de calçadas, rampas, estacionamento, canteiros, tratamento paisagístico, instalação de bancos, postes de iluminação, paraciclo, mastros de bandeiras, lixeiras e reservatório de água, conforme especificações do Edital e seus anexos. Total de itens: 1. Valor total estimado da licitação: R$ 5.512.511,45 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos). Abertura das Propostas: 12 de maio de 2025 (segunda-feira), às 14h. Edital: Poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/. Observação: Os anexos ao Projeto Básico, concernentes aos projetos técnicos, especificações técnicas, memórias de cálculo e outros, constam disponibilizados no sítio oficial desta Pasta, acima informado.

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇOS Nº 113, DE 05 DE ABRIL DE 2024
(DODF Nº 66, DE 08/04/2024 PG. 33)

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025 (UASG 450432)

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal torna público aos interessados a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2025, Processo SEI-GDF 00080-00331452/2024-28, cujo objeto é a pretensa aquisição de utensílios denominado "Utensílios de Alimentação Escolar", por meio de Registro de Preços, para atender aos estudantes beneficiários do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Motivo: Determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, exaradas no processo nº 00600-00003723/2025-59-E, DESPACHO SINGULAR Nº 126/2025 – GDAM. Obs.: Os documentos e informações sobre a suspensão estão disponíveis em: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/.

ANTONIO DOS SANTOS TORRES
Pregoeiro

Terracap
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00002503/2024-93
Modalidade/número:	Pregão Eletrônico nº 17/2024
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de comunicação de rede, incluindo garantia e suporte técnico por 60 (sessenta) meses.
Valor estimado (R$):	O valor total estimado é sigiloso nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016
Data/hora de abertura:	30/04/2025, às 15h
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 11 de abril de 2025.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC

Terracap
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00002240/2025-01
Modalidade/número:	Licitação Presencial nº 05/2025
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação por escopo de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura – drenagem pluvial, pavimentação asfáltica flexível, sinalização vertical e horizontal, calçamento e meios-fios para os lotes E, H, I, J, K, L e M da QI-06 (atual QI 21) do Setor de habitações Individuais Sul – SHI/SUL, localizados na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.
Valor estimado (R$):	O valor estimado é de R$ 17.752.738,70 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta centavos).
Data/hora de abertura/local:	15/05/2025, às 10 horas. SAM – Bloco "F", Edifício-Sede da Terracap, Sala 24, Subsolo. Brasília/DF – CEP 70620-000.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 11 de abril de 2025.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/GABAER/2025

Nº Processo: 67000.006505/2024-34. Objeto resumido: registro de preços para aquisição de material gráfico e institucional personalizado para o Gabinete do Comandante da Aeronáutica e Unidades Apoiadas. Total de Itens Licitados: 1. Edital e Entrega das Propostas: 15/04/2025 no site https://www.gov.br/compras/pt-br/. Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 10h00.

BRENO DIOGENES GONCALVES
Ordenador de Despesas por Delegação do GABAER

FAB SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

EDITAL 1/2025 - CONVOCAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE FGTS

A **FAB SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, nova denominação de **FERRO E AÇO BADARUCO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º **38.068.714/0001-04**, estabelecida à **SHCS CR 516, Bloco B, número 69, 1º Pavimento, Parte C0279, CEP 70381-525**, em atenção ao despacho proferido no bojo do **IC 001664.2024.10.000/5**, da **Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região,** convoca os funcionários e ex-funcionários que, porventura, não tenham recebido integralmente os valores relativos ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, referentes ao intervalo de **1999 a 2012**.
Os convocados deverão encaminhar um e-mail para **badaruco.fgts@gmail.com**, até o dia **30 de junho de 2025**, a fim de verificar a existência de possíveis saldos não creditados em suas contas, decorrentes de inconsistências na individualização dos depósitos.
Esta convocação abrange as seguintes competências: **12/1999; 10/2000; 05/2002; 06/2002; 05/2003; 08/2003; 11/2004; 12/2004; 02/2006; 05/2006; 12/2006; 03/2007; 04/2007; 05/2007; 06/2007; 07/2007; 08/2007; 09/2007; 11/2007; 12/2007; 01/2008; 02/2008; 03/2008; 04/2008; 05/2008; 06/2008; 07/2008; 09/2008; 10/2008; 11/2008; 12/2008; 01/2009; 02/2009; 03/2009; 04/2009; 05/2009; 06/2009; 07/2009; 08/2009; 09/2009; 10/2009; 11/2009; 12/2009; 01/2010; 02/2010; 03/2010; 04/2010; 05/2010; 06/2010; 07/2010; 08/2010; 09/2010; 10/2010; 11/2010; 12/2010; 01/2011; 02/2011; 03/2011; 04/2011; 05/2011; 06/2011; 07/2011; 08/2011; 09/2011; 10/2011; 11/2011; 12/2011; 01/2012; 02/2012; 03/2012; 04/2012; 06/2012; 07/2012; 08/2012; 09/2012; 10/2012; 11/2012.**

Brasília - DF, 15 de março de 2025.
FAB SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

CEB IPes
Iluminando o coração da capital

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

CNPJ nº 39.683.726/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Informações importantes sobre as Demonstrações Financeiras Resumidas

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) **https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/**;

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	**233.454**	**193.120**	**Circulante**	**36.644**	**6.775**
Caixa e equivalente de caixa	180.006	185.934	Fornecedores	24.792	88
Ativo de contrato	17.854	-	Obrigações sociais e trabalhistas	1.727	688
Estoques	29.705	11	Dividendos a pagar	3.328	5.170
Crédito com controladora	-	6.976	Obrigações tributárias	2.690	275
Outros ativos circulantes	5.889	199	Outros passivos circulantes	4.107	554
Não Circulante	**31.939**	**495**	**Não Circulante**	**31.240**	**16**
Realizável a Longo Prazo	**31.240**	**-**	Depósitos Vinculados	31.239	-
Depósitos vinculados	31.240	-	Provisão para Litígios	1	16
Imobilizado	**699**	**495**	**Patrimônio Líquido**	**197.509**	**186.824**
			Capital social	174.081	174.081
			Reservas de lucros	23.428	12.743
TOTAL DO ATIVO	**265.393**	**193.615**	**TOTAL DO PASSIVO**	**265.393**	**193.615**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOMENCLATURA	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	**51.832**	**-**
Custo do Serviços Prestados	(41.333)	-
Lucro operacional bruto	**10.499**	**-**
Receitas/(despesas) operacionais	**(14.468)**	**(5.788)**
Despesas gerais e administrativas	(13.473)	(8.563)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(995)	2.775
Lucro antes do resultado financeiro	**(3.969)**	**(5.788)**
Receitas (despesas) financeiras	18.885	22.594
Lucro antes dos tributos	**14.916**	**16.806**
Imposto de renda e contribuição social	(903)	(5.377)
Lucro líquido do exercício	**14.013**	**11.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercicio	**14.013**	**11.429**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**14.013**	**11.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de lucros					
Eventos	Capital subscrito e integralizado	Legal	Contingências	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**175.650**	**345**	**4.911**	**-**	**1.228**	**-**	**182.134**
Redução de capital	(1.569)						(1.569)
Realização de reserva	-		(4.911)			4.911	-
Lucro líquido do exercício						11.429	11.429
Destinações:							
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2023	-				(1.228)	-	(1.228)
Contituição de reservas	-	571		11.827	-	(12.398)	-
Dividendos obrigatórios	-					(3.942)	(3.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**174.081**	**916**	**-**	**11.827**	**-**	**-**	**186.824**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.013	14.013
Destinações:							
Contituição de reservas	-	701	-	9.984	-	(10.685)	-
Dividendos obrigatórios						(3.328)	(3.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**174.081**	**1.617**	**-**	**21.811**	**-**	**-**	**197.509**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOMENCLATURA	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos	58.787	30.434
Pagamentos	(58.830)	(29.357)
Fluxo de Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(43)**	**1.077**
Fluxo de Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de investimento	**(715)**	**(95)**
Fluxo de Caixa líquido originado das (consumidos pelas) atividades de financiamento	**(5.170)**	**(409)**
Aumento (redução) líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(5.928)	573
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	185.934	185.361
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	**180.006**	**185.934**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas	**58.525**	**1.101**
(-) Insumos adquiridos de terceiros	35.806	(367)
(=) Valor adicionado bruto	**22.719**	**1.468**
(-) Retenções (depreciação)	123	89
(=) Valor adicionado líquido	**22.596**	**1.379**
(+) Valor adicionado recebido em transferência	22.514	23.699
(=) Valor adicionado total a distribuir	**45.110**	**25.078**
Distribuição do valor adicionado	**45.110**	**25.078**
Pessoal Administradores e encargos	18.063	5.966
Governo (Impostos e contribuições)	10.452	7.680
Remuneração de capitais de terceiros	2.582	3
Acionistas (Lucro Líquido do Exercício)	14.013	11.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. ("CEB IPES"; "Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília ("CEB"), regida pela Lei nº 6.404/1976 e pelo seu Estatuto, sob o CNPJ número 39.683.726/0001-01, com sede localizada no SGAN 601, conjunto H, salas 004 a 006 e 010 a 018 Semi Enterrado – Edifício Íon – Asa Norte – Brasília-DF., CEP 70.830.010.

A atividade da Companhia é, primariamente, prestar serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização,

melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública no Distrito Federal, de forma direta ou indireta; elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação de sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atividades relacionadas e a exploração de fonte de receitas acessórias, na forma do contrato de concessão administrativa e seus anexos, com base na Lei da Lei nº 7.275, de 05 de julho de 2023 e o decreto regulamentar nº 45.033, de 04 de outubro de 2023.

O decreto nº 45.033, de 04 de outubro de 2023, que regulamentou a Lei distrital nº 7.275/2023 outorgou à CEB IPES, mediante concessão, a prestação de serviços de iluminação pública no Distrito Federal e estabeleceu como fonte de recursos o resultado da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da CEB IPES.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico na data das transações.

As demonstrações financeiras foram preparadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Apesar da eficácia do contrato iniciar em 25 de março de 2024, no mês de março de 2024 não ocorreram operações comerciais ligadas ao contrato de concessão, iniciando suas atividades a partir do mês de abril de 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria Colegiada em 25 de fevereiro de 2025.

Brasília – DF, 25 de fevereiro de 2025.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

MARLON RESENDE JÚNIOR
Diretor Administrativo e de Finanças

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor de Operação e Manutenção

HAMILTON DE OLIVEIRA GUERRA
Diretor de Planejamento e Engenharia

MAURO JOSÉ LANDIM DOS SANTOS
Diretor de Modernização e Obras

MARLY GOMES ARAUJO
Contadora / CRC – DF 7901/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido por nós, TATICCA Auditores Independentes S.S. em 26 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião e sem parágrafo de ênfase.
O parecer completo pode ser encontrado nos seguintes endereços:
a) **https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2024, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB).* Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S., emitido sem ressalvas em 26 de fevereiro de 2025. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo da opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, a ser realizada no dia 28 de abril de 2025. O Conselho Fiscal verificou não existirem nos registros contábeis da Companhia, apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, tendo por base a documentação apresentada e o parecer de auditoria independente, encontrando-se regular a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Companhia, até a presente data. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, nos termos da Resolução de Diretoria nº 10, de 25 de fevereiro de 2025.Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2025.

CANDIDO TELES
JOEL GRÜGER
RODRIGO FRANTZ BECKER





BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 02.010.478/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. - BAC, no exercício de 2024, apresentou um desempenho robusto e consistente, demonstrando o acerto de suas estratégias e a confiança depositada por seus clientes. Atingimos um marco de **26 mil** cotas ativas, evidenciando um crescimento de **20%** em relação ao ano anterior. Esse avanço é resultado da expansão de nossa atuação, calcada em parcerias estratégicas e no constante aprimoramento de nossos serviços.

O exercício de 2024 apresentou um cenário ao mesmo tempo favorável e desafiador para a Companhia., pois se por um lado a comercialização de novas cotas de consórcio seguiu em alta, potencializando receitas no futuro, de outro pressionou as despesas de curto prazo com o pagamento de comissões, exigindo da Administração a busca por alternativas para reduzir o desequilíbrio do fluxo de caixa da empresa, como a repactuação dos prazos desses dispêndios e a contenção de outros custos e despesas.

Ademais, a incerteza quanto aos resultados da aplicação de alterações de natureza contábil, notadamente quanto à aplicação CPC 47, que trata do regime de competência para escrituração de receitas e despesas de consórcio, gerou certa apreensão na Administração, que viabilizou o apoio de consultores especializados externos, com vistas a garantir a mais adequada aplicação das normas pertinentes, de forma a evitar alterações potencialmente distorcivas para os resultados da empresa.

A Cia. encerrou o exercício de 2024 de forma exuberante, consolidando o forte crescimento nas vendas, iniciado ainda no exercício anterior. Foram comercializados 2,14 bilhões em cartas de crédito, volume 17,9% maior do que o observado em 2023, com destaque para o segmento de imóveis, que cresceu 35%.

Mantendo o compromisso com o principal propósito da empresa, de viabilizar a realização de sonhos, a BAC operacionalizou 5,9% a mais em relação à quantidade de créditos liberados, alcançando o número de 8.024 bens e serviços entregues.

A Administradora tem como estratégia central o crescimento sustentável da carteira de cotas ativas, além de aprimorar continuamente a experiência dos consorciados. As principais iniciativas nesse sentido incluem:

- **Expansão geográfica:** atuação em novas praças do País, com adoção de estruturas comerciais adequadas a cada realidade local e que supram as demandas geradas;
- **Eficiência operacional:** promover melhorias em processos, sistemas e comunicação, para propiciar uma melhor experiência aos consorciados e maior escalabilidade do negócio.
- **Gestão de custos e despesas:** ajustar a estrutura e o processo de pagamento de comissões, propiciando condições para implementação de modificações em regras, quanto a percentuais, prazos e formas apuração, de forma mais autônoma em relação ao sistema de gestão de grupos.

A Cia. alcançou em 2024 um desempenho financeiro que superou as expectativas mais otimistas, com uma receita operacional líquida de **R$ 87,7 milhões**, representando um crescimento de **16%**, comparado ao ano de 2023, impulsionado pelo aumento na receita com taxa de administração, decorrente de vendas crescentes, combinada com queda de **95%** em custos e despesas, esta principalmente por conta de reflexos da implantação da alteração contábil determinada pela Resolução no. 120 do Banco Central (CPC47), em especial o diferimento das comissões, que passou a observar a apropriação ao resultado pelo prazo da cota de consórcio.

Refletindo a relação receita x custos/despesas, a empresa atingiu o EBITDA de **R$ 35,6 milhões** e margem de **41,8%**, enquanto a eficiência operacional ficou em 63%. Como consequência do contexto apresentado, a BAC obteve um **resultado líquido em 2024 de R$ 26,5 milhões,** representando uma margem de 30%.

Para o futuro, a administração está confiante na capacidade da Cia. em superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentarem. Acreditamos que a experiência acumulada em 2024, aliada à força de vendas e ao compromisso com a excelência, permitirá a Bancorbrás Administradora de Consórcios manter sua trajetória de crescimento e consolidar sua posição de destaque no mercado de consórcios, dentre as administradoras independentes.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho – Diretor-Presidente
José Climério Silva de Souza – Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

R$(1)	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO	**78.488.190**	**28.357.402**
CIRCULANTE	**76.353.711**	**24.065.340**
Disponibilidades	1.749	504
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	2.251.460	2.461.772
Rendas a receber (nota 13)	390.340	-
Impostos a recuperar	1.530.443	502.366
Adiantamentos e antecipações salariais	402.340	464.720
Adiantamento aos grupos (nota 05)	20.414.488	16.331.777
Adiantamentos a terceiros	3.769.456	4.169.561
Despesas pagas antecipadamente (nota 06)	236.780	134.640
Comissões diferidas - representantes (nota 13)	39.366.053	-
Comissões diferidas - colaboradores (nota 13)	7.990.602	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.675.980**	**3.141.997**
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.446.779	2.928.938
Depósitos judiciais	229.201	213.059
PERMANENTE	**458.499**	**1.150.065**
Investimentos	**177.125**	**894.989**
Cotas de consórcio	177.125	894.989
Imobilizado (nota 07)	277.771	251.473
Intangível	**3.603**	**3.603**

R$(1)	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO	**78.488.190**	**28.357.402**
CIRCULANTE	**51.327.694**	**8.607.385**
Fornecedores de serviços	1.119.105	1.287.063
Impostos e contribuições (nota 08)	4.163.031	3.090.271
Obrigações com pessoal (nota 09)	2.273.534	2.428.969
Obrigações com consorciados	57	204
Participação nos lucros e resultados	961.560	873.441
Outras obrigações (nota 10)	958.585	927.437
Dividendos (nota 12 d)	25.194.331	-
Taxas de administração diferidas (nota 13)	16.657.491	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**7.941.916**	**1.857.454**
Provisões para passivos contingentes (nota 11)	251.969	597.674
Partes relacionadas (nota 16 b)	870.127	1.259.780
Impostos diferidos (nota 13)	6.819.820	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19.218.580**	**17.892.563**
Capital social (nota 12)	15.200.000	15.200.000
Reservas (nota 12)	4.018.580	2.692.563

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$(1)	2ºSem/2024	2024	2023
1 - RECEITA OPERACIONAL	**69.403.271**	**126.567.335**	**95.423.050**
Rendas de prestação de serviços	49.056.955	102.992.601	88.269.238
Receitas financeiras	441.312	631.770	1.562.054
Outras receitas operacionais	19.368.063	21.283.663	3.606.162
Reversão de provisões operacionais	536.941	1.659.301	1.985.596
2 - DESPESAS OPERACIONAIS	**(42.349.682)**	**(98.306.786)**	**(99.840.932)**
Despesas administrativas (nota 14)	(33.860.987)	(81.282.485)	(85.961.089)
Honorários da diretoria	(250.097)	(513.019)	(493.605)
Despesas tributárias (nota 14 e)	(7.663.898)	(15.453.641)	(12.674.385)
Despesas financeiras	(574.700)	(1.057.641)	(711.853)
3 - RESULTADO OPERACIONAL	**27.053.589**	**28.260.549**	**(4.417.882)**
4 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA	**27.053.589**	**28.260.549**	**(4.417.882)**
Contribuição social (nota 15)	(141.332)	(219.854)	-
Imposto de renda (nota 15)	(409.963)	(610.845)	-
5- RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**26.502.294**	**27.429.850**	**(4.417.882)**
Participações dos administradores	(112.948)	(227.136)	(207.480)
Participações dos empregados	(230.269)	(682.366)	(727.892)
6- LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	**26.159.077**	**26.520.348**	**(5.353.254)**
7- QUANTIDADE DE AÇÕES	**1.520.000**	**1.520.000**	**1.520.000**
8- LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	**17,21**	**17,45**	**(3,52)**

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ (1)	2ºSEM/2024	2024	2023
1 - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	**26.159.077**	**26.520.348**	**(5.353.254)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
2 - RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**26.159.077**	**26.520.348**	**(5.353.254)**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ 1

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS – LEGAL	RESERVAS DE LUCROS – AUMENTO DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
CNPJ 02.010.478/0001-28					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.200.000**	**1.171.648**	**6.874.169**	**-**	**23.245.817**
Prejuízo líquido do exercício				(5.353.254)	(5.353.254)
Absorção de prejuízo			(5.353.254)	5.353.254	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.200.000**	**1.171.648**	**1.520.915**	**-**	**17.892.563**
Exercício de 2024					
Lucro líquido do exercício				26.520.348	26.520.348
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		1.326.017		(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**15.200.000**	**2.497.665**	**1.520.915**	**-**	**19.218.580**
2º Semestre de 2024					
Saldos em 30 de junho de 2024	**15.200.000**	**1.189.712**	**1.520.915**	**343.207**	**18.253.834**
Lucro líquido do semestre				26.159.077	26.159.077
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		1.326.017		(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**15.200.000**	**2.515.729**	**1.520.915**	**(18.064)**	**19.218.580**

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

R$ (1)	2º SEM/2024	2024	2023
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	**320.642.091**	**305.875.984**	**251.837.084**
Aplicações financeiras	320.642.091	305.875.984	251.837.084
(+) RECURSOS COLETADOS	**287.555.480**	**540.129.285**	**464.260.351**
Contribuições para aquisição de bens	201.037.814	380.017.886	333.680.853
Taxa de administração	57.434.243	109.074.152	78.561.404
Contribuições ao fundo de reserva	2.562.176	4.814.358	3.980.578
Rendimentos de aplicações financeiras	15.059.169	28.836.743	26.610.577
Multas e juros moratórios	854.668	1.843.278	2.448.014
Custas judiciais	17.999	41.087	28.361
Reembolso de despesas com registro	275.094	521.229	395.779
Outros	10.314.317	14.980.552	18.554.785
(–) RECURSOS UTILIZADOS	**276.202.724**	**514.010.422**	**410.221.451**
Aquisição de bens	197.114.771	362.112.850	316.005.302
Taxa de administração	57.527.394	109.837.213	82.398.421
Multas e juros moratórios	361.287	787.347	1.144.507
Prêmios de seguros	17.946	41.406	42.627
Custas judiciais	11.232.108	18.965.680	28.370
Devolução a consorciados desligados	276.464	521.415	2.760.928
Despesas com registro de contrato	9.672.754	21.744.511	396.078
Outros	-	-	7.445.218
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	**331.994.847**	**331.994.847**	**305.875.984**
Aplicações financeiras	331.994.847	331.994.847	305.875.984

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

R$ (1)	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO	**10.122.221.337**	**8.041.546.890**
CIRCULANTE	**1.033.080.508**	**913.367.871**
Disponibilidades	**331.994.848**	**305.875.985**
Disponibilidades do grupo	23.713.389	42.274.422
Vinculadas a contemplações	306.491.611	263.073.340
Aplicação grupo em formação	1.789.848	528.223
Outros créditos	**701.085.660**	**607.491.886**
Bens retomados ou devolvidos	16.178.790	18.873.561
Direitos junto a consorciados contemplados	684.906.870	588.618.325
COMPENSAÇÃO	**9.089.140.829**	**7.128.179.019**
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	20.962.603	17.296.430
Contribuições devidas aos grupos	4.699.297.249	3.698.568.932
Consorciados - bens e serviços a contemplar	4.368.880.977	3.412.313.657
PASSIVO	**10.122.221.337**	**8.041.546.890**
CIRCULANTE	**1.033.080.508**	**913.367.871**
Obrigações com consorciados	424.891.806	365.256.693
Valores a repassar	12.057.189	11.825.849
Obrigações com contemplações a entregar	306.545.701	263.073.340
Obrigações com a Administradora	17.886.701	13.580.204
Recursos a devolver a consorciados	205.492.654	202.581.888
Recursos dos grupos	66.206.457	57.049.897
COMPENSAÇÃO	**9.089.140.829**	**7.128.179.019**
Recursos mensais a receber de consorciados	20.962.603	17.296.430
Obrigações dos grupos por contribuições	4.699.297.249	3.698.568.932
Bens e serviços a contemplar	4.368.880.977	3.412.313.657

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ (1)	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	26.520.348	(5.353.254)
Ajustes por:		
- Depreciações e amortizações	117.274	76.933
- Baixas de bens do imobilizado	32.317	8.868
- Baixas de investimento	790.394	-
Resultado Ajustado	**27.460.333**	**(5.267.453)**
Aumento(redução) nos ativos e passivos		
Nos impostos a recuperar	(1.028.077)	148.068
Nos adiantamentos e antecipações salariais	62.380	(168.027)
Nos adiantamentos aos grupos	(4.082.711)	(1.476.309)
Nos adiantamentos a terceiros	400.105	(1.915.991)
Nas despesas pagas antecipadamente	(102.140)	(134.640)
Nas comissões a diferir	(47.356.655)	-
Nas provisões para devedores duvidosos	(390.340)	-
Nos títulos e valores mobiliários	1.482.159	5.530.235
Nos depósitos judiciais	(16.142)	105.333
Nos fornecedores de serviços	(167.960)	1.196.580
Nos impostos e contribuições	1.072.760	1.231.323
Nas obrigações com pessoal	(155.435)	1.164.697
Nas provisões para contingências	(345.705)	240.922
Nas obrigações com consorciados	(147)	(584)
Nas participações nos lucros e resultados	88.119	-
Nos credores diversos - país	31.151	(1.351.265)
Nas partes relacionadas	(389.653)	(1.538.021)
Nas taxas de administração a repassar	16.657.491	-
Nos impostos diferidos	6.819.820	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**39.353**	**(2.235.132)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(175.889)	(108.126)
Aquisições em investimentos	(72.531)	(300.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(248.420)**	**(408.519)**
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(209.067)	(2.643.651)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO	2.462.276	5.105.927
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	2.253.209	2.462.276

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A**., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF), tendo como objeto a constituição e a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis, serviços e outros itens permitidos pela legislação e normas aplicáveis.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Empresa e em consonância com normas e instruções do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

Base de mensuração
A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional
Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 DA ADMINISTRADORA
Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis:
a) É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a receita será reconhecida ao longo do período em que a Administradora de Consórcios prestar os serviços relacionados ao consórcio, como a administração, organização dos grupos e a intermediação de ofertas de crédito.
b) Títulos e valores mobiliários são demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.
c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.
d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.
É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.
e) Ativo permanente: é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.
f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.
g) As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica

- **Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.
i) Tributos
Calculados às alíquotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

j) Resolução BCB 352/2023
A Resolução 352, emanada do Banco Central do Brasil em 23/11/2023, revogou a Resolução BCB 219, de 30/03/2023, e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem aplicados a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consorcio.
A nova regulamentação inclui regras sobre procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas
de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apurar a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de credito e a divulgação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelecendo prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões.
A Administração da empresa está adotando providencias para o atendimento da legislação vigente.

3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
a) Disponibilidade e aplicações financeiras
Representam recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme normativos do Banco Central do Brasil.
As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou eventualmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo para eles os rendimentos financeiros obtidos sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.
b) Direitos junto a consorciados contemplados
São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.
c) Passivo circulante
Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.
d) Obrigações com consorciados
Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.
Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.
e) Recursos dos grupos
Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência.
f) Recursos coletados
Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.
g) Recursos utilizados
Representa o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.
h) Fundo comum
Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou serviço.
i) Fundo de reserva
Geralmente, é estipulado um percentual sobre o valor total dos créditos contemplados no grupo. Esse percentual pode ser fixo ou variável, mas sempre visando acumular recursos suficientes para cobrir eventualidades.
O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual da carta de crédito de cada cota de consórcio, como parte específica integrante do pagamento mensal a cargo do consorciado, e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precipuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de crédito do grupo e, adicionalmente - desde que não comprometida sua utilização para as finalidades precípuas -, para contemplação de cotas com os respectivos créditos.
j) Taxa de administração
A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio.
k) Gestão de riscos
A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.
l) Informações complementares:
Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.
Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de grupos em andamento	38	39
Quantidade de cotas ativas	26.183	21.825
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	7.062	4.112
Quantidade de cotas inadimplentes	2.910	3.043
% de inadimplentes (contemplados e não contemplados)	10,50%	13,94%
Quantidade de bens e serviços entregues	1.988	1.597

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de investimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 12,72% no ano de 2024.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras	1.446.779	2.928.938
Fundos de Investimento	2.251.460	2.461.772
Total	**3.698.239**	**5.390.710**
Ativo circulante	2.251.460	2.461.772
Ativo não circulante	1.446.779	2.928.938

NOTA 05. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS
Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:
a) Grupos ativos: adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação no fundo comum dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar-lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os respectivos créditos, e assim favorecer sua performance, resguardando sua higidez econômico-financeira.
Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.
b) Grupos encerrados: aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais déficits de saldo financeiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consorciados.
Déficits no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titulares de cotas contempladas e faturadas, em volume financeiro superior ao saldo arrecadado a título de fundo de reserva, na data de encerramento dos grupos.
O resgate, pela Administradora, dos montantes aportados em grupos encerrados, se dá conforme ocorra o recebimento, administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2023	(+) Aportes em 2024	(-) Resgates em 2024	Saldos em 31/12/2024
a) Adiantamentos a grupos ativos	13.580.204	9.153.927	4.837.430	17.886.701
b) Aportes em grupos encerrados	2.751.573	517.744	741.530	2.527.787
TOTAL	**16.331.777**	**9.671.671**	**5.588.960**	**20.414.488**

NOTA 06. DESPESAS ANTECIPADAS
Trata-se de despesa na contratação de empresas especializadas em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licença de uso. A duração da prestação de serviço em cada contrato, pode ser de até 03 anos.

NOTA 07. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	DEPRECIAÇÃO (ao ano)	31/12/2024 Custo Corrigido	31/12/2024 Depreciação Acumulada	31/12/2024 Valor Líquido	31/12/2023 Valor Líquido
Instalações / benfeitorias	20%	200.373	60.710	139.663	98.205
Móveis e equipamentos de uso	10%	416.836	323.862	92.974	71.808
Equipamentos de comunicação	10%	114.485	103.429	11.056	17.612
Sistema processamento de dados	20%	251.092	234.503	16.589	30.307
Sistema de segurança	10%	19.624	18.827	797	3.112
Outros equipamentos	10%	148.899	132.207	16.692	30.429
TOTAL		**1.151.309**	**873.538**	**277.771**	**251.473**

NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Encargos sociais e previdenciários sobre folha	**1.044.217**	**1.059.756**
INSS	764.943	772.951
FGTS	279.274	286.805
Tributos a recolher	**2.288.116**	**2.029.516**
PIS	169.682	145.261
Cofins	782.321	669.895
ISS	682.365	534.911
IRRF	640.188	672.608
IRPJ	610.844	-
CSLL	219.854	-
Outros	13.560	7.840
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	**4.163.031**	**3.090.271**

NOTA 09. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e encargos sociais	2.273.534	2.428.969
	2.273.534	**2.428.969**

NOTA 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos não identificados	-	14.984
Valores judiciais a repassar	627.650	627.650
Pagamentos a processar	-	47.043
Fazer Empreendimentos EIRELI	-	237.760
Comissão recursos FGTS	330.935	-
TOTAL	**958.585**	**927.437**

NOTA 11. PASSIVOS CONTINGENTES
A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.
A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda.
As ações de natureza cível têm como objeto pedidos de indenização, com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pleitos de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. Na esfera trabalhista, predominam processos individuais, movidos por ex-colaboradores, que reclamam verbas diversas.
a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	Saldos em 31/12/2023	(+) Constituição (-) Reversão	Saldos em 31/12/2024
Cíveis	362.089	(138.752)	223.337
Trabalhistas	235.585	(206.953)	28.632
TOTAL	**597.674**	**(345.705)**	**251.969**

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)
Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.180/2009.
Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R$ 5.978.589 em 31/12/2024, referente a 21 (vinte uma) ações e R$ 5.067.304 em 31/12/2023, referente a 29 (vinte e nove) ações.

NOTA 12. CAPITAL SOCIAL
a) O capital social subscrito e integralizado é de R$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais) representado por 1.520.000 (um milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.
b) Reserva legal
Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976.
c) Dividendos
O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração equivalente, no mínimo, a 50% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assembleia geral.
d) O lucro foi destinado conforme segue:

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA	
(+) Lucro líquido do exercício	26.520.348
(-) Reserva legal	1.326.017
(=) Base de cálculo para dividendos	**25.194.331**
(-) Dividendos 50%	12.597.165
(-) Dividendos adicionais	12.597.166
(=) Lucros acumulados	**-**

NOTA 13. IMPLANTAÇÃO CPC 47
Em cumprimento à legislação vigente e visando assegurar a transparência nas informações financeiras da Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A., apresentamos a seguir esclarecimentos complementares referentes à adoção do CPC 47 (norma brasileira de contabilidade que trata do reconhecimento de receita e do pagamento de comissões sobre venda de cotas de consórcio), implantado no exercício de 2024, em cumprimento à Resolução 120/2021, do Banco Central do Brasil.
O CPC 47 tem como principal objetivo estabelecer a base para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, bem como o diferimento das comissões pagas sobre as vendas de cotas de consórcio. A sua adoção impactou a forma como a Empresa passou a reconhecer as receitas e o pagamento das comissões sobre as vendas, inerentes aos contratos de consórcio.
No contexto de consórcios, isso significa que a receita será reconhecida ao longo do período em que a Administradora de Consórcios prestar os serviços relacionados ao consórcio, como a administração, organização dos grupos e a intermediação de ofertas de crédito, adotando o mesmo critério para o pagamento das comissões.
No caso das receitas, anteriormente, eram reconhecidas de maneira global, pelo regime de caixa, com base em critérios simplificados, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, órgão regulador e normatizador do sistema de consórcios no Brasil. Com a implantação do CPC 47, passamos a reconhecer as receitas de forma mais detalhada e progressiva, de acordo com a entrega das obrigações previstas nos contratos, com tratamento especial para aquelas derivadas das taxas de administração antecipadas, provenientes da quitação antecipação de parcelas e do pagamento de lances, que igualmente quitam antecipadamente obrigações futuras.
Em relação aos pagamentos das comissões sobre vendas de consórcio, a apropriação em despesa passou a ser diferida considerando os respectivos prazos das quotas de consórcios, previstos contratualmente.
Alterações na Demonstração de Resultados
A implantação do CPC 47 resultou em uma mudança na forma de apresentação das receitas e das despesas associadas à contratação e administração de cotas de consórcio, além de uma revisão nos saldos de contratos em andamento. Esse ajuste visa proporcionar uma visão mais fiel da performance da Administradora, considerando o cumprimento das obrigações de forma contínua ao longo do tempo.
A iniciativa, reflete o compromisso em manter a conformidade com as normas contábeis brasileiras e garantir uma gestão financeira mais transparente e precisa. A transição foi realizada de forma cuidadosa e criteriosa, de modo a minimizar impactos sobre as operações e garantir a adequação dos relatórios financeiros à nova norma.
A seguir quadro demonstrando as contas contábeis criadas em decorrência da implantação do CPC 47:

DESCRIÇÃO	31/12/2024
Ativo	
Rendas a receber	390.340
Taxa de administração a receber	5.481.200
(-) Provisão para devedores duvidosos	(5.090.860)
Comissões diferidas - representantes	39.366.053
Comissões diferidas - colaboradores	7.990.602
Passivo	
Provisão para IRPJ diferido	5.774.725
Provisão para CSLL diferida	2.078.901
Provisão para PIS diferido	184.409
Provisão para Cofins diferida	840.398
Receita	
Diferimento taxa de administração	11.176.291
Despesa	
Diferimento comissões representantes	39.366.053
Diferimento comissões colaboradores	7.990.602

Bancorbrás

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

NOTA 14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2024	31/12/2023
Proventos, encargos sociais e benefícios	37.392.777	36.325.905
Diferimento comissões colaboradores (a)	(7.990.602)	-
Comunicação	1.105.080	903.960
Propaganda e publicidade	1.823.259	1.385.505
Diferimento comissões representantes (b)	(22.212.443)	-
Serviços de terceiros (c)	48.583.565	28.118.387
Rateio de despesas (d)	3.939.850	12.912.786
Administrativas	351.721	184.479
Perdas diversas	1.796.941	60.254
Indenizações	188.475	459.206
Provisões para passivos contingentes	1.316.187	2.226.517
Bens retomados	485.142	1.639.116
Outras	1.558.047	1.744.974
PDD-Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	-
Provisão IRPJ diferido CPC 47	5.774.725	-
Provisão CSLL diferida CPC 47	2.078.901	-
TOTAL	**81.282.485**	**85.961.089**

(a) Redução proveniente da implantação do CPC 47, que implicou o diferimento de parte das comissões pagas aos colaboradores comissionistas (empregados CLT), sobre vendas de cotas por eles realizadas.
(b) Redução proveniente da implantação do CPC 47, com diferimento de parte das comissões pagas aos representantes (pessoas jurídicas), sobre vendas de cotas por eles realizadas.
(c) Do saldo da despesa com serviços de terceiros, R$ 44.061.840 é proveniente de pagamento de comissão paga a pessoas jurídicas, pela venda de cotas de consórcio, que apresentou maior comercialização em 2024.
(d) As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

RATEIO DE DESPESAS	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	1.732.090	5.233.136
Encargos	731.548	1.847.458
Benefícios	1.064.097	2.818.514
Serviços de terceiros	-	1.431.837
Aluguéis e arrendamentos	-	281.449
Festividades de comemorações	-	20.997
Comunicação	-	128.889
Demais rateios	411.715	1.150.506
TOTAL	**3.939.850**	**12.912.786**

(e) As despesas abaixo estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31/12/2024	31/12/2023
PIS	1.703.563	1.466.596
Cofins	7.853.073	6.770.944
ISS	5.742.954	4.413.462
Outros tributos federais/estaduais/municipais	154.051	23.383
TOTAL	**15.453.641**	**12.674.385**

NOTA 15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro/prejuízo líquido antes da contribuição social	**35.204.674**	**-**	**(5.353.254)**	**-**
Lucro/prejuízo líquido após a contribuição social	**-**	**34.984.819**	**-**	**(5.353.254)**
(+) Adições	**18.334.841**	**18.781.832**	**2.911.291**	**3.118.771**
Contribuição social	-	219.854	-	-
Despesas com brindes e festividades	144.812	144.812	20.997	20.997
Participação nos lucros - Administradores	-	227.136	-	207.480
Provisões judiciais	1.316.187	1.316.187	2.226.517	2.226.517
Taxa de administração a diferir	11.176.291	11.176.291	-	-
Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	5.090.860	-	-
Outras adições	606.691	606.692	663.777	663.777
(-) Exclusões	50.049.763	50.049.763	1.985.596	1.985.596
Reversão de provisões judiciais	1.659.301	1.659.301	1.985.596	1.985.596
Diferimentos Resolução 120 CPC 47	48.390.462	48.390.462	-	-
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	**3.489.752**	**3.716.888**	**(4.427.559)**	**(4.220.079)**
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	3.489.752	3.716.888	-	-
TRIBUTOS DEVIDOS	**219.854**	**610.845**	**-**	**-**

NOTA 16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2024	2023
Honorário	454.272	436.800
Honorário suplementar	51.302	49.361
Anuênio adquirido	7.445	7.445
Encargos sociais	188.164	181.889
Plano de previdência	64.440	72.878
Participação nos lucros e resultados	227.136	207.480
TOTAL	**992.759**	**955.853**

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2024	2023
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	715.750
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	3.939.850	12.197.036
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	**3.939.850**	**12.912.786**
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	609.315	1.140.407
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	250.643	108.968
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	10.169	10.405
TOTAL DOS SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS	**870.127**	**1.259.780**

NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão e benefícios - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2024.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO
Diretor-Presidente

JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA
Diretor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
Contadora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e acionistas da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Brasília / DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.,** que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício e semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 13, no encerramento do exercício de 2024 a Administradora concluiu a implantação do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente de forma prospectiva, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas com ressalva quanto a não adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.
- Adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente e seus reflexos contábeis, em especial na apropriação da despesa com corretagem e da receita de taxa de administração.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2025.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR nº. 5.196/O-2
CVM nº. 9458

GEOVANI GOMES ZAGOTO
Contador
CRC-PR-035.215/O-3/S/DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS EDUARDO VIDIGAL
CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA
CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA
ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS

No JBr as notícias chegam de
bike
Acesse o site **Jornal de Brasília** e conheça **Afonso Ventania**, o Bikerrepórter que pedala pelo DF trazendo conteúdos especiais aos brasilienses.
Jornal de Brasília



Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado

CNPJ: 03.677.638/0001-50

SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar
Asa Norte - Edifício ION
Brasília/DF

Aviso aos Acionistas

Prezados Senhores,

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) **http://www.jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/**
b) **http://www.ceblajeado.com.br**
3) Os números das notas explicativas resumidas não fazem referências à aqui apresentada, e sim às demonstrações financeiras completas divulgadas nos links apresentados acima.

Relatório da Administração CEB Lajeado – 2024

Senhores Acionistas,
A Administração da CEB Lajeado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O setor elétrico brasileiro em 2024 foi fortemente impactado por uma das maiores secas dos últimos anos, afetando a geração de energia hidrelétrica. No entanto, o suprimento energético do país foi mantido, impulsionado pelo crescimento significativo das fontes alternativas, como solar, eólica e gás natural. A participação dessas fontes na matriz elétrica fortaleceu a segurança do abastecimento e contribuiu para a diversificação da oferta, consolidando o Brasil como um dos líderes globais em energia limpa.
Nos últimos anos, o setor enfrentou desafios como escassez hídrica provocada por mudanças climáticas e instabilidades meteorológicas, que reduziram os níveis dos reservatórios. Além disso, medidas regulatórias e políticas governamentais impactaram o desempenho operacional das empresas do setor. Apesar desse contexto desafiador, a CEB Lajeado demonstrou resiliência e manteve um desempenho satisfatório.
O mercado de energia em 2024 apresentou fragilidade, evidenciada pela redução significativa dos reservatórios, especialmente entre julho e outubro. Esse cenário elevou o Preço das Liquidações das Diferenças (PLD) a patamares elevados, superando os valores observados nos anos anteriores. Essa tendência já era prevista por estudos meteorológicos e análises de mercado, permitindo que a Companhia adotasse medidas preventivas.
Diante do cenário exposto, e tendo a finalidade de reduzir as possíveis oscilações mercadológicas, a CEB Lajeado no final de 2023, adquiriu em um leilão de energia 5 MWh, a um preço médio próximo ao piso do PLD. Essa estratégia atenuou os impactos da alta dos preços e contribuiu para a estabilidade financeira da Companhia, mitigando riscos operacionais e reduzindo custos no mercado de energia ao longo do exercício de 2024.
A longa estiagem e os desafios econômicos também impactaram o consumo das famílias, levando a um aumento significativo na inadimplência e afetando a geração de caixa dos agentes do setor elétrico. A instabilidade fiscal do governo, aliada à desvalorização do real frente ao dólar, adicionou complexidade ao cenário, dado que diversas operações do setor dependem de transações cambiais.
Por outro lado, o crescimento do emprego formal registrou o maior patamar dos últimos anos, impulsionando o consumo no segundo semestre e auxiliando no controle da inflação, que fechou o ano em 4,8%. Esses fatores contribuíram para um desempenho sólido da Companhia, que, embora não tenha repetido os excelentes resultados operacionais dos anos anteriores, conseguiu manter um desempenho positivo.
A principal receita da CEB Lajeado provém do contrato bilateral com a Neoenergia, que representa mais de 90% da receita total da Companhia. Os custos operacionais são derivados de elementos essenciais para a sustentação do negócio, incluindo arrendamento, transmissão, compra de energia e encargos operacionais.
A otimização dos contratos de fornecimento e a expansão do mercado livre beneficiaram a empresa, garantindo sustentabilidade financeira e mitigando os impactos dos reajustes tarifários. Em 2024, a CEB Lajeado alcançou uma receita de R$ 264,3 milhões, refletindo um EBITDA de R$ 173,2 milhões, com margem EBITDA de aproximadamente 75,1%. O lucro líquido superou R$ 100 milhões, mantendo o desempenho positivo dos últimos cinco anos e assegurando ganhos aos acionistas.
As previsões climáticas para 2025 indicam eventos extremos, com menos ondas de calor do que em 2024, mas uma redução significativa das chuvas ao longo do ano. Isso poderá impactar a agricultura e os padrões de precipitação e na temperatura, influenciando diretamente o setor elétrico.
A Companhia manterá um monitoramento constante das condições meteorológicas e de mercado e, valendo-se da sua estratégia de comercialização, buscará soluções para minimizar impactos nos custos de geração.
A CEB Lajeado segue comprometida com a governança corporativa e a conformidade regulatória, alinhando suas estratégias à Lei nº 13.303/2016. A gestão eficiente dos riscos e o aperfeiçoamento dos controles internos são prioridades, garantindo transparência, segurança e previsibilidade aos investidores e à sociedade.
Nos próximos capítulos deste Relatório da Administração, detalharemos aspectos do negócio da CEB Lajeado, abordando cenários de mercado, estrutura organizacional e financeira, desafios enfrentados e conquistas ao longo de mais de 24 anos de atuação, fornecendo energia ao Distrito Federal e ao Brasil.

2. A COMPANHIA

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Investco S.A., compõe o Consórcio Lajeado, cujo objetivo é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidrelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães, com potência instalada de 902,5 MW, bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 05/97 e seus respectivos termos aditivos firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
A CEB Lajeado S.A. foi constituída em 23 de fevereiro de 2000, sendo sua criação autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, posteriormente alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para permitir sua reestruturação societária. Atualmente, sua sede social está localizada na cidade de Brasília/DF, no endereço SGAN Quadra 601, Conjunto H, 2º Andar, Edifício ION - Asa Norte, CEP: 70.830.018.
A CEB Lajeado, em conjunto com as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia"), detém 100% do capital votante e 85,31% do capital social da Investco S.A., sociedade por ações registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
A Investco S.A. foi constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, cuja sede está situada em Miracema (TO), na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93. A energia gerada pela usina é comercializada pelos consorciados conforme suas respectivas participações no empreendimento.
A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Luís Eduardo Magalhães, os quais são arrendados exclusivamente aos sócios ordinários, conforme seus percentuais de participação no contrato de concessão. Esse arrendamento foi formalizado pelo Contrato de Arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela usina pertence diretamente às arrendatárias, inexistindo qualquer relação de compra e venda de energia entre Investco S.A. e CEB Lajeado.

3. ESTRUTURA DO NEGÓCIO

A Companhia Energética de Brasília (CEB Holding) e a Eletrobras detêm, respectivamente, 59,93% e 40,07% do patrimônio da CEB Lajeado. A CEB Holding possui 100% das ações ordinárias com direito a voto. Contudo, o Acordo de Acionistas firmado entre as empresas garante à Eletrobras vantagens financeiras sobre as Ações Preferenciais e Partes Beneficiárias, assegurando-lhe 49,67% do lucro líquido da CEB Lajeado, enquanto 50,33% dos rendimentos são destinados à CEB Holding.



Extensão da Concessão

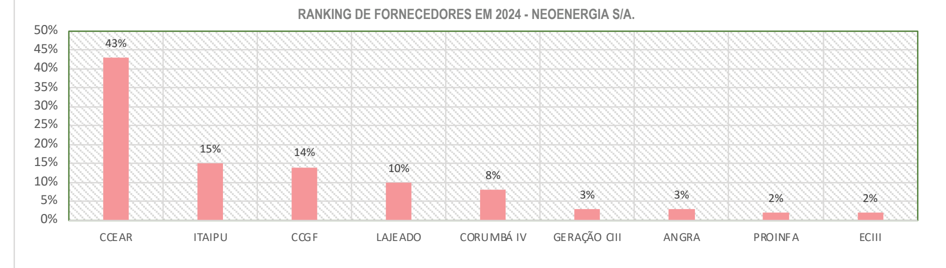
Conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2632/2021, de 14 de setembro de 2021, foi homologada a extensão do prazo de outorga para usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo a UHE Luís Eduardo Magalhães. Com isso, os consorciados obtiveram um prazo adicional de 980 dias, alterando o período da concessão de 16 de dezembro de 1997 a 15 de dezembro de 2032 (35 anos iniciais) para 22 de setembro de 2035.
Adicionalmente, durante o período de prorrogação da concessão, a CEB Lajeado S.A. poderá comercializar sua cota-parte da energia da UHE Luís Eduardo Magalhães no Mercado Livre, visto que o Contrato Bilateral firmado com a Neoenergia Distribuição S.A. se encerrará em 15 de dezembro de 2032.
A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

Consorciadas	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	**100,00%**

Referência: Contrato de Concessão nº 05/1997.
Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de hedge detalhada no item "Comercialização de Energia" deste relatório.
Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular. A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.
Durante o ano de 2024, a CEB Lajeado manteve a sua significativa participação no fornecimento de energia para o Distrito Federal, sendo responsável pelo suprimento de 10% de toda a energia demandada pela concessionária de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal. Dentre os maiores fornecedores para a Neoenergia Brasília S/A., a Companhia ocupa o 4º lugar no ranking no fornecimento de energia, conforme é apresentado no quadro abaixo:

FORNECEDORES EM 2024 - NEOENERGIA BRASÍLIA S/A.									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
CCEAR	ITAIPU	CCGF	**CEB LAJEADO**	CORUMBÁ IV	GERAÇÃO CIII	ANGRA	PROINFA	ECIII	**100%**
43%	15%	14%	**10%**	8%	3%	3%	2%	2%	

Referência: Quadro 2024 de Fornecedores Neoenergia Distribuição S/A.



4. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Vigente desde 2004, com a publicação da Lei nº 10.848/2004, o modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente, o fornecimento de energia é regido pelo Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCAR).
Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionários de distribuição de energia elétrica. Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.
A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do "Consórcio Lajeado", com cota parte de 19,8%. Parte deste montante de energia é comercializado com a Neoenergia Brasília S.A., por meio de CCAR firmado em 2001. Cabe ainda destacar que conforme a Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicou em 10 de novembro de 2022, através da Portaria GM/MME nº 704 a revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães que a partir de 2023 foi deslocada dos atuais 505,1 MW médios para 479,9 MW médios, fazendo a parcela pertencente à CEB Lajeado deslocar de 101,01 MW médios para 95,02 MW médios.
O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M, na data de reajuste tarifário da distribuidora. Todos os contratos firmados no mercado são registrados na CCEE, que gerencia o lastro de energia destes e efetua, periodicamente, a contabilização, apurando o total comercializado de energia entre os agentes, da qual resulta a situação destes como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas.
Os resultados desta contabilização são objetos de liquidação financeira no mercado de curto prazo, resultantes do processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE. Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Quadro abaixo nos mostra os valores mensais do PLD durante o ano de 2024:

PLD mensal Calendário Jan-dez-2024	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24
	61,14	61,20	61,07	61,07	61,07	66,41
	jul/24	**ago/24**	**set/24**	**out/24**	**nov/24**	**dez/24**
	87,07	118,79	307,59	480,78	103,51	64,80

Referência: Boletim PLD-CCEE- Análises de dados - Ano:2024

De forma estratégica, visando mitigar os riscos de exposição à volatilidade do PLD, os agentes definem suas estratégias, com o intuito de cumprir seus contratos de venda de energia, bem como de suas parcelas de garantia física. Como observado na tabela acima, o valor médio em que o PLD foi comercializado em 2024. Sendo praticado no início do ano a R$61,00, seu maior valor registrado foi no mês de outubro, onde chegou a ser vendido a R$480,78 e encerrando o ano a R$64,00. Muito diferente da média registrada de R$69,00 em 2023.
Em relação aos reservatórios, apesar do ano ter apresentado um cenário de baixas afluências em todos os meses, contudo se mantiveram bem-posicionados, fechando o ano em 51,8% de vazão. Já o GSF (Generation Scalling Factor) esteve estável com valor médio de 87%.
Para a CEB Lajeado, 2024 foi um ano de desafios e oportunidades. O consumo de energia cresceu 4,4%, alinhado com a média nacional, refletindo a resiliência e a capacidade de adaptação da empresa, apesar dos desafios impostos pelos eventos de redução ou corte forçado na geração de energia, conhecido pela expressão em inglês "Curtailment". A CEB Lajeado conseguiu manter a estabilidade dos serviços, graças a estratégias eficazes de gestão e operação, o que acabou favorecendo o impacto financeiro no caixa da Companhia.
Olhando para 2025, as perspectivas são promissoras. Espera-se a continuidade da expansão das energias renováveis, com mais de 10 GW de nova capacidade prevista para entrar em operação. O Leilão de Capacidade, programado para junho de 2025, deverá aumentar ainda mais a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). No campo da tecnologia e inovação, a implementação do modelo Newave Híbrido começou a ser adotada.
Este modelo promete otimizar a operação do sistema elétrico, permitindo uma economia de até 10% em cenários hidrológicos críticos. A adoção desta tecnologia é um passo importante para enfrentar os desafios das crises hídricas e para melhorar o planejamento energético do país.
Finalmente, as mudanças regulatórias previstas para 2025 devem fomentar ainda mais a ampliação do mercado livre e a busca por fontes alternativas de energia, como o biometano. A expectativa é de um ano de ótimas afluências, impactando positivamente os níveis dos reservatórios e o fator de ajuste da geração (GSF). Estas condições criam um cenário favorável para a CEB Lajeado continuar sua trajetória de crescimento e inovação no setor elétrico.

Custos com Energia em 2024 e 2023 – CEB Lajeado

Segue quadro comparativo para os anos de 2024 e 2023 em relação às operações de energia da CEB Lajeado. Ao final conclui-se que o custo foi reduzido em R$4.771 mil, variando -7,16%, abaixo podemos fazer uma melhor análise considerando todos os custos de energia, com as devidas justificativas:

Cenário de Energia em 2024 e 2023 - Lajeado		Exercício - 2024	Exercício 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Venda de energia no MCP	(a)	20.385	5.733	14.652	255,57%
Compra de energia no ACR e ACL	(b)	(28.008)	(12.780)	(15.228)	119,15%
Encargos de energia no Mercado		710	774	(64)	-8,27%
Impactos financeiros - CCEE		43	(270)	313	-115,93%
Arrendamento pago a Investco	(c)	(32.914)	(40.824)	7.910	-19,38%
Custo de Transmissão - CUST	(d)	(21.545)	(19.673)	(1.872)	9,52%
Compensação de Recursos Hídricos	(e)	(5.977)	(4.365)	(1.612)	36,93%
Prêmio do Risco Hidrológico		(1.203)	(1.113)	(90)	8,09%
Taxas e Contribuições da Aneel		(940)	(858)	(82)	9,56%
Créditos tributários s/ energia	(f)	7.591	6.747	844	12,51%
Total		**(61.858)**	**(66.629)**	**4.771**	**-7,16%**

a) Venda no MCP: A venda de energia no mercado de curto prazo teve um desempenho significativo, com ganho de receita no mercado em 2024 obtendo um montante de R$20.385 mil e R$5.733 mil em 2023, com variação de R$14.652 mil, reflexo da elevação ao valor praticado do PLD em relação a 2023.
b) Compra de Energia: Conforme já descrito no item "a", o aumento do custo foi motivado pela elevação do PLD, em 2024 seu impacto negativo foi de R$28.008 mil, em 2023 seu custo foi de R$12.780 mil, com variação negativa de R$15.228 mil. Ao final das operações de exclusivas de venda e compra de energia, obteve um saldo negativo de R$7.623 mil em 2024 e 7.047 mil

CONTINUAÇÃO

CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

em 2023, nesta análise sendo considerado o montante bruto e desconsiderando os créditos tributários.

c) Arrendamento: Como já explicado nas demonstrações financeiras em detalhes na nota explicativa nº 9, o valor pago à Investco pela geração de energia teve uma queda significativa, o que corroborou com o fluxo de caixa da CEB Lajeado, saindo dos R$40.824 mil em 2023 para R$32.914 mil em 2024, com variação de R$7.910 mil e -19,38% de variação, conforme previsão contratual.

d) Custo de Transmissão - CUST: O montante pago para as transmissoras serve para enviar o transporte da geração de energia gerada pela Usina de Luis Eduardo Magalhães. Em 2024 seu reajuste foi de 9,52% impactados pela inflação medida (IPCA), além da entrada de novos agentes que integram o sistema integrado nacional.

e) Recursos Hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos sofreu uma variação entre 2024/2023 de 36,93% devido a maior geração da usina em 2024, tendo uma média de 380.454 MWh, ademais houve reajuste da Taxa Referencial que compõe o cálculo, saindo de 89,79 em (2023) para 94,45% em (2024).

f) Crédito de Pis e Cofins nas operações de energia: O crédito aumentou nas operações que incidem Pis e Cofins (compra de energia, arrendamento e custo do sistema), variando 12,51%, refletidas principalmente pelo aumento do custo nas operações de energia comprada, sendo impactadas pela elevação do PLD, cabe ressaltar que a alíquota de crédito é de 9,25% sobre essas operações.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Exercício	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Receita Operacional Bruta	**269.097**	**263.369**	**5.728**	**2,17%**
(-) Impostos e Contribuições	(34.731)	(32.568)	(2.163)	6,64%
Receita Operacional Líquida	**234.366**	**230.801**	**3.565**	**1,54%**
(-) Custo com Energia Elétrica	(75.508)	(67.802)	(7.706)	11,37%
(+) Despesas Gerais e Administrativas	(10.593)	(7.959)	(2.634)	33,09%
(-) Amortização de Ágio	(8.516)	(8.516)	-	0,00%
(+) Equivalência Patrimonial	11.595	18.242	(6.647)	-36,44%
(+/-) Outras Receitas e Despesas	(58)	(16)	(42)	262,50%
(+) Resultado financeiro	15.277	20.840	(5.563)	-26,69%
Lucro antes dos tributos e participações	**166.563**	**185.590**	**(19.027)**	**-10,25%**
(-) IRPJ/CSLL	(49.908)	(54.219)	4.311	-7,95%
(=) Lucro Bruto	**116.655**	**131.371**	**(14.716)**	**-11,20%**
(-) Partes Beneficiárias	(11.665)	(13.137)	1.472	-11,21%
Lucro Líquido do Exercício	**104.990**	**118.234**	**(13.244)**	**-11,20%**
Ebitda - 2024/2023	**159.879**	**173.367**	**(13.488)**	**-7,78%**

Referência: Demonstrações Contábeis – Exercícios findos de 2024-2023.

A seguir seguem comentários:

a) Receita e Deduções: Quanto à venda de energia perante à Neoenergia-DF, houve uma redução devido à queda do IGPM (5,97%) no período de outubro/2022 a setembro/2023, índice que é o parâmetro utilizado para reajuste do contrato. Entretanto, em outubro de 2024, houve reajustamento pelo índice (IGPM) em 4,53% no faturamento para os próximos 12 meses. Em relação às operações no MCP, obteve-se um considerável ganho com variação de 255,57%. Quanto às deduções da receita, houve um acréscimo de 6,64%, refletida pela maior geração hídrica por parte da usina de Lajeado. Em resumo, ao final das Receitas e Deduções, verifica-se uma ROL com variação de 1,54% entre os anos de 2024/2023 de lajeado.

Receita e Impostos	Exercício - 2024	Exercício 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Neoenergia S/A.	248.712	257.636	(8.924)	-3,46%
MCP/MRE - CCEE	20.385	5.733	14.652	255,57%
Total da Receita com venda	**269.097**	**263.369**	**5.728**	**2,17%**
(-) Tributos e encargos setoriais	(34.731)	(32.568)	(2.163)	6,64%
Receita Operacional Líquida	**234.366**	**230.801**	**3.565**	**1,54%**

b) Custo de operação: Em relação ao custo de energia comprada, verificou-se um acréscimo de 112,64%, no custo de energia comprada na CCEE e no mercado livre, impactada por questões mercadológicas e uma longa estiagem, o que ocasionou na alta do preço das liquidações de diferenças. Por outro lado, o custo com arrendamento foi reduzido em -19,38%, justificado por questões previstas em contrato. Em relação ao custo com transmissão houve um acréscimo de 9,52%, refletido pela correção da inflação e pela entrada de novas empresas de comercialização no sistema. O aumento no custo entre os anos de 2024/2023 foi de R$7.706 mil e 11,37%.

Custo com Produção de Energia	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Energia elétrica comprada para revenda	(24.681)	(11.607)	(13.074)	112,64%
Arrendamento Investco S.A.	(29.869)	(37.048)	7.179	-19,38%
Custo uso do sistema de transmissão	(19.552)	(17.853)	(1.699)	9,52%
Prêmio de seguro do risco hidrológico	(1.406)	(1.294)	(112)	8,66%
Total	**(75.508)**	**(67.802)**	**(7.706)**	**11,37%**

c) Despesas administrativas: As despesas administrativas tiveram um acréscimo de 33,09% em relação ao ano anterior, em virtude da contratação de consultorias especializadas em mão de obra, atuantes nos setores tributário, contábil e jurídico, além da correção pela inflação medida em contratos já existentes.

Despesas Gerais e Administrativas	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.593)	(7.959)	(2.634)	33,09%
Total	**(10.593)**	**(7.959)**	**(2.634)**	**33,09%**

d) Amortização de ações e Risco Hidrológico: A Amortização refere-se ao intangível do ganho com as ações preferenciais da Eletrobras, evento ocorrido no ano de 2005 e que será amortizado até setembro de 2035, além deste evento, a CEB Lajeado segue amortizando desde o ano de 2022, o ganho com a Repactuação do Risco Hidrológico que foi concedida a extensão da concessão da usina de Lajeado, conforme previsto na Lei 14.052/2020 até o final da concessão em setembro de 2035. Não há variação em virtude das amortizações serem lineares.

Amortizações Ágio Ações e R. Hidrológico	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Repactuação do Risco Hidrológico	(8.516)	(8.516)	-	-
Total	**(8.516)**	**(8.516)**	**-**	**-**

e) Participações societárias (Coligada): Em relação ao ganho com equivalência patrimonial, a variação foi reduzida em -36,44% e R$6.647 mil, reflexo da redução do valor pago de arrendamento à Investco pela geração de energia, motivada por critérios contratuais. Sendo esta a principal receita por parte da coligada. A participação da CEB Lajeado é de 20% sobre o resultado da Investco.

Equivalência Patrimonial	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Ganho com Equivalência Patrimonial	11.595	18.242	(6.647)	-36,44%
Total	**11.595**	**18.242**	**(6.647)**	**-36,44%**

f) Receitas e Despesas financeiras: O resultado financeiro foi reduzido em -26,69%, refletido pela redução de caixa no primeiro semestre do ano, quando ocorreu a saída maior de caixa com pagamento de impostos e dividendos. Também podemos destacar o menor ganho com aplicações financeiras, impactado pela redução da Selic nos primeiros meses do ano, retomando o aumento da taxa a partir do 2º semestre de 2024.

Resultado Financeiro	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Receitas Financeiras	17.410	23.977	(6.567)	-27,39%
Despesas Financeiras	(2.133)	(3.137)	1.004	-32,01%
Total	**15.277**	**20.840**	**(5.563)**	**-26,69%**

g) Lucro antes dos impostos: O resultado antes dos impostos sofreu uma redução de -10,25%, corroborado pelo aumento com custo de energia, reduções do ganho com equivalência patrimonial e resultado financeiro. As reduções do resultado antes dos tributos refletiram significativamente na base do IR e CS sobre o lucro do exercício, a queda entre 2024/2023 foi de -7,95%.

Lucro antes das Participações	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Lucro antes dos Tributos	**166.563**	**185.590**	**(19.027)**	**-10,25%**
IRPJ e CSLL Corrente	(49.908)	(54.219)	4.311	-7,95%
Lucro antes das Partes Beneficiárias	**116.655**	**131.371**	**(14.716)**	**-11,20%**

h) Partes beneficiárias e lucro líquido: O lucro após a dedução dos tributos é de R$116.655 mil em 2024 e R$131.371 em 2023, variando negativamente R$14.716 mil, consequentemente as partes beneficiárias pertencentes a Eletrobras registraram um montante de R$11.665 mil, tendo uma queda de R$1.473 mil em relação ao ano anterior.

O lucro líquido registrou R$104.990 mil em 2024, R$118.234 mil em 2023, a queda foi de R$13.244 mil. Contudo, apesar da redução no resultado devido aos fatores já mencionados, a Companhia manteve sua meta pré-estabelecida no seu plano de negócios e manteve o seu lucro líquido acima de R$100.000 mil. Conforme as projeções e estudos elaborados, para 2025, a expectativa é superar o resultado alcançado em 2023 e 2024.

Lucro depois dos Tributos	Exercício - 2024	Exercício 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
(=) Lucro depois dos Tributos	**116.655**	**131.371**	**(14.716)**	**-11,20%**
(-) Partes Beneficiárias	(11.665)	(13.137)	1.473	-11,20%
Lucro Líquido do Exercício	**104.990**	**118.234**	**(13.244)**	**-11,20%**

Informações financeiras

Dados Econômico-Financeiros	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 - R$
Receita operacional bruta de venda	**269.097**	**236.369**	**5.728**
Receita operacional líquida	**234.366**	**230.801**	**3.565**
Lucro antes das partes beneficiárias	116.655	131.371	(14.716)
Ganhos em Participações societárias	11.595	18.242	(6.647)
Ebitda	**159.879**	**173.367**	**(13.488)**
Margem Ebitda	**68,2%**	**75,1%**	**-6,90%**

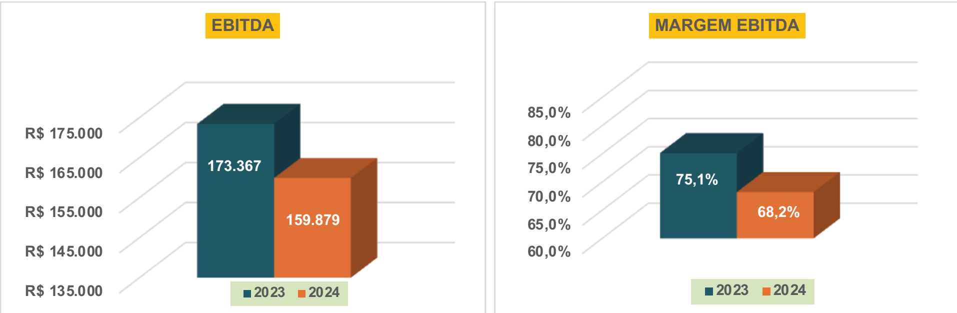
Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2024/2023.

Em relação à receita bruta e receita liquida de venda de energia, se apresentaram maiores em 2024 em relação a 2023, impulsionadas pelas operações mercadológicas no mercado de curto prazo. Como é de conhecimento, o valor comercializado e praticado com o Preço das Liquidações das Diferenças – PLD, neste ano fez a diferença para os ganhos, assim como tambem para a elevação dos custos com energia comprada.

Quanto ao Ebitda, segue melhor detalhado para os anos de 2023 e 2024.

Ano	Lucro Líquido	(+) IRPJ/ CSLL	(-) Resultado Financeiro	(+) Depreciações e amortizações	(+) Partes Beneficiárias	(=) Ebitda	(=) Margem Ebitda
2023	118.234	54.219	(20.840)	8.617	13.137	**173.367**	**75,1%**
2024	104.990	49.908	(15.277)	8.593	11.665	**159.879**	**68,2%**

A variação do Ebitda mostrou-se inferior, com o resultado em 2024 sendo de R$159.879 mil e R$173.367 mil em 2023, com redução de R$13.488 mil e -7,78%. Por fim, em relação à margem Ebitda, houve uma pequena redução no desempenho econômico em -6,90%, sendo registrado 68,2% em 2024 e 75,1% em 2023, contribuído pela redução do resultado operacional, perda de ganho financeiro e econômico.



Dados patrimoniais

Informações patrimoniais	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 - R$	Δ 2024/2023 (%)
Ativo total	474.961	513.794	(38.833)	-7,56%
Disponibilidades	148.054	176.388	(28.334)	-16,06%
Ativo não circulante	305.977	316.865	(10.888)	-3,44%
Passivo Circulante	69.475	96.275	(26.800)	-27,84%
Passivo Exigível de Longo Prazo	17.923	17.452	471	2,70%
Patrimônio Líquido	387.563	400.067	(12.504)	-3,13%

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2024/2023.

Em relação às informações patrimoniais, é evidenciada a queda no valor do ativo em mais de R$38.833 mil, corroboradas pela redução do caixa em mais de R$28.344 mil.

Parte dessa redução ocorreu com pagamento de impostos e dividendos, contudo, com a perda de receita com o contrato de venda com a Neoenergia em 2024 em mais de R$13.500 mil nos nove primeiros meses do ano, acrescentamos também o menor retorno financeiro com investimentos aplicados.

O montante do patrimônio líquido foi impactado com a queda do lucro em 2024, afetando diretamente a conta de reservas de lucros. A queda foi de R$12.504 mil e -3,13%.

Grau de Endividamento

Para calcularmos o grau de endividamento, consideramos o passivo circulante, acrescido no exigível de longo prazo, dividido pelo ativo total, multiplicado por 100. Todas as informações para análise são extraídas no balanço patrimonial da Companhia.

Endividamento Geral	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 - %	Δ 2024/2023 - %
Capital de terceiros	87.398	113.727	(26.329)	-23,15%
Ativo Total	474.961	513.794	(38.833)	-7,56%
Endividamento Geral	**18,40%**	**22,13%**	**-**	**-16,85%**

Referência: Demonstrações contábeis CEB Lajeado em 2024 - 2023.

As informações são extraídas das demonstrações contábeis e demonstram que a CEB Lajeado possui um baixo endividamento, possuindo uma excelente capacidade de liquidação das dívidas de curto e médio prazos, corroborada pela disponibilidade de caixa. O endividamento da CEB Lajeado é relativamente baixo, possuindo uma excelente capacidade de pagamento. Já o caixa da Companhia (vide dados patrimoniais) no qual encerrou (R$148.054 em 2024 – R$176.388 mil em 2023 - com variação de R$28.344 mil), além do bom desempenho na demais operações, possuindo todos os passivos contraídos através de custos de operação, obrigações tributárias e com acionistas, não afetando as obrigações e mantendo a estrutura patrimonial em equilíbrio.

Em relação ao grau de endividamento, houve uma pequena redução, conforme demonstrado no quadro acima, saindo de 22,13% em 2023, para 18,40% em 2024, reflexo da queda em obrigações com terceiros e do ativo total, as contas que foram mais impactadas no passivo circulante foram; dividendos adicionais propostos e obrigações tributárias, já no ativo ocorreu a redução da conta de caixa.

Abaixo é apresentado o Retorno sobre o Capital Próprio – ROE

ROE	Retorno sobre o PL	=	Lucro Líquido do Exercício / Patrimônio Líquido	* 100

Retorno do Capital Investido	Exercício - 2024	Exercício - 2023	Δ 2024/2023 - R$	Δ 2024/2023 (%)
Lucro Líquido	104.990	118.234	(13.244)	-11,20%
Patrimônio Líquido	387.563	400.067	(12.504)	-3,13%
Δ 2024/2023	**27,09%**	**29,55%**	**-**	**-8,34%**

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado - 2024/2023.

A CEB Lajeado apresenta um excelente retorno do patrimônio líquido ou capital investido sobre o seu lucro líquido, mostrando-se eficiente em suas operações em ambos os exercícios, conforme tabela acima, registrando 27,09% em 2024 e 29,55% em 2023, bem acima da média de retorno referência em mercado, que é algo entre 15% e 20%. A redução ocorre em virtude da redução do lucro líquido e do patrimônio líquido.

Importante mencionar que o lucro registrado em 2024 e 2023 foram acima das expectativas, indo ao encontro das projeções elaboradas no Plano de Negócios da CEB L. Com relação à distribuição de lucros, a Companhia é obrigada, conforme previsto em seu Estatuto, a provisionar 25% do mínimo obrigatório, neste exercício a provisão foi de R$26.247 mil.

Em relação aos 75% restantes, que equivalem R$75.417 mil, sendo assim este permanecerá no patrimônio líquido na conta de reserva de lucros, condicionada à Assembleia Geral da Companhia, quanto a sua deliberação em abril de 2025.

O quadro abaixo demonstra como será realizada a distribuição aos acionistas da Companhia.

	Exercício - 2024	Exercício 2023	Δ 2024/2023 (R$)	Δ 2024/2023 (%)
Juros sobre Capital Próprio	22.173	20.825	1.348	6,47%
Partes Beneficiárias	11.665	13.061	(1.396)	-10,69%
Dividendo Mínimo Obrigatório	7.400	11.687	(4.287)	-36,68%
Dividendos Retidos para Reserva de Lucros	26.054	28.423	(2.369)	-8,33%
Dividendos Adicionais Propostos	75.417	85.040	(9.623)	-11,32%
Total	**142.709**	**159.036**	**(16.327)**	**-10,27%**

Referência: Demonstrações contábeis CEB Lajeado em 2024 - 2023.

6. INVESTIMENTOS

Para os próximos anos estão previstos investimentos na modernização de equipamentos de hardwares e na aquisição de softwares, além de aquisição de mobiliário para a Companhia, todos na esfera administrativa. Importante destacar que a Coligada Investco é responsável por todos os investimentos na usina, conforme previsto no contrato de arrendamento, além da operação e manutenção da UHE Luís Eduardo Magalhães, que está localizada na Cidade de Miracema do Tocantins – TO.

7. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

8. FORÇA DE TRABALHO (COLABORADORES)

A CEB Lajeado, atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho e na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, contou

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

CONTINUAÇÃO

CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

com uma força de trabalho composta por:

• 11 trabalhadores, sendo 8 empregados em comissão, 3 empregados cedidos da sua controladora CEB Holding, e ainda contou com a colaboração de 2 estagiários. O quadro abaixo, nos mostra informações sociais e os custos com remunerações de colaboradores durante o ano de 2024.

Dados de Pessoal/Empregados/Estagiários em 2024		Informações de Pessoal/Custeio em 2024	
Empregados	11	Menor remuneração de servidores	5,5
Estagiários	2	Maior remuneração de servidores	14,5
Média de Idade - anos	44	Média salarial servidores	7,7
Média de Tempo de Serviço	3,6	Custo total de estagiários	44
Número de Mulheres	4	Custo de pessoal cedido CEB Holding	982
Número de Homens	9	Custo de pessoal da CEB Lajeado	2.290

Referência: Recursos Humanos da CEB Lajeado S/A.

Importante mencionar que o quadro funcional não teve a ocupação completa em 2024, conforme consta na relação de cargos. Ademais, a CEB Lajeado vem buscando o aprimoramento do seu quadro funcional, buscando capacitação e treinamento para seus colaboradores nas áreas administrativa, financeira, jurídica e gerencial, no sentindo de aperfeiçoar os seus processos e a organização da entrega de informações e relatórios ao controlador e aos diversos órgãos reguladores.

9. GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que estes possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos e diretrizes propostos pela Companhia.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2024, destacam-se:

• Acompanhamento periódico relativo ao Preço das Liquidações das Diferenças - PLD, adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo a aquisição de energia através de Hedge para reduzir exposição da empresa junto ao MCP/CCEE, visando a melhor estratégia para tomada de decisão.

• Manteve o controle e a gestão dos contratos administrativos de interesse da empresa, observando a fiel aplicação da Lei 13.303/2016 e demais normas internas da companhia;

• Aprimoramento dos controles internos, investimento em atualização e treinamento dos colaboradores, além de ajustes e adoção de novos mecanismos de mitigação de riscos;

• Monitoramento mensal do Mapa de Riscos com o respectivo Plano de Ações, no qual foram apresentadas as estratégias para os próximos períodos;

• Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); acompanhamento da Lei 14.120/2021;

• A Entidade cumpriu de forma integral a Lei nº 9.991/2000, que trata sobre a obrigatoriedade de desembolsos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e atualmente encontra-se em andamento o Projeto intitulado "Desenvolvimento de um Framework para Cidades Inteligentes através de Smart Meters modulares integrados às Redes de Iluminação Pública utilizando a Tecnologia 5G", firmado através de um Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora.

• O Projeto entre a CEB Lajeado e a UFJF, está em fase de encerramento com resultados considerados excelentes, extrapolando nossas expectativas. Em consonância ao que preconiza os projetos de Pesquisa, a ANEEL a companhia já está tomando as providências para dar continuidade ao atual projeto, levando-o para patamar superior, via um novo PDI com desenvolvimento de "Cabeça de Série" das soluções obtidas, bem como a criação de uma StartUP para desenvolvimento e produção em série dos produtos.

• Adotou ações que visaram garantir a eficiência e a lucratividade crescente da empresa, no sentido de viabilizar o cumprimento de metas com a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e Eletrobras, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias.

• Importante mencionar que a CEB Lajeado honrou com os seus Acionistas, detentores das ações ordinárias e preferenciais, todo o compromisso firmado na 24º (vigésima quarta) Assembleia Geral de Acionistas – AGO respeitando integralmente o seu Estatuto Social nos artigos 40 ao 43, conforme art. 205 e seguintes da Lei nº 6.404/1976.

10. FUNÇÃO SOCIAL DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE COLETIVO

As empresas estatais possuem uma responsabilidade que ultrapassa suas atribuições econômicas e operacionais. Atuam como importantes agentes de transformação social, promovendo atividades que beneficiam diretamente a população, seja no campo cultural, esportivo, educacional ou na inclusão social.

Essa missão vem expressamente mencionada no artigo 27 da Lei nº 13.303/2016 (Leis das Estatais), estabelecendo que as empresas estatais devem direcionar seus esforços e recursos para o interesse coletivo, garantindo que suas ações gerem impactos positivos e duradouros para a sociedade.

Dentro desse panorama, a CEB Lajeado, escorada na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), que permite que pessoas físicas e/ou jurídicas despendam uma porção de seus impostos para fomentar atividades de caráter desportivo, destinou parte dos recursos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), referente ao exercício de 2024, para o Projeto "Vôlei Sentado Brasília Vôlei", administrado pelo Brasília Vôlei Esporte Clube, associação sem fins lucrativos fundada em 2015.

O projeto, devidamente aprovado pelo Ministério do Esporte e publicado no Diário Oficial da União, tem como foco não só aprimorar, gratuitamente, as habilidades dos atletas paradesporto do Distrito Federal, despertando o interesse da comunidade e incentivo à prática esportiva entre pessoas com deficiência, mas também fortalecer valores como resiliência, cooperação e autoconfiança, impactando positivamente a vida dos participantes e de suas famílias.

Por meio dessa parceria, portanto, a Companhia cumpre sua função social de forma alinhada aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, contribuindo para o fortalecimento do esporte paralímpico e o desenvolvimento humano no Distrito Federal.

11. PERSPECTIVAS E PLANOS FUTUROS

A CEB Lajeado S.A. segue dando continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2025 a 2029, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

• Acompanhamento mensal dos resultados projetados, com aqueles efetivamente realizados, tentando minimizar ao máximo as possíveis diferenças, com vistas a tomar as melhores decisões;

• Além das operações comerciais no Mercado de Curto Prazo - MCP, procurar alternativas através de estratégias comerciais no ambiente livre a partir do bloco de energia descontratado, com possibilidade de comercializar as possíveis sobras de energia ou de realizar compras, assim diminuindo a exposição financeira junto ao mercado de energia.

• Acompanhar todos os trâmites administrativos de prorrogação de extensão de outorga para a UHE Luiz Eduardo Magalhães, conforme Resolução Homologatória ANEEL Nº 2932/2021 de 14 de setembro de 2021, que defere ampliação de prazo na concessão até 22 de setembro de 2035;

• Acompanhamento dos litígios judiciais com impactos financeiros relevantes junto à Companhia, notadamente ações que visam obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado para venda de energia; ações que visam neutralizar os impactos do risco hidrológico e ações tributárias cujo juízo encontram-se garantido;

• Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;

• Manter a busca permanente da eficiência, controle, qualidade e da transparência nas decisões empresariais;

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia declara que mantém contrato com a Teixeira & Associados Auditores Independentes ("Néxia International"), para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias, controles internos e auditoria de componentes.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo CEB, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa deste segmento, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

14. MENSAGEM FINAL

Temos a certeza de que 2024 foi um ano marcado por uma trajetória sólida de planejamento organizacional, com ações estratégicas e metas alcançadas com sucesso. Esse resultado reflete o empenho, a dedicação e os esforços contínuos para posicionar a Companhia em patamares elevados de compliance e eficiência, gerando retorno e valor aos acionistas. Gostaríamos também de expressar nossa gratidão aos clientes, consultores, fornecedores e instituições financeiras pela parceria, dedicação e confiança na CEB Lajeado ao longo dessa jornada. Nosso agradecimento especial aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Comitê de Auditoria Estatutário e, sobretudo, aos colaboradores, cuja dedicação, compromisso e esforço foram fundamentais para nossos avanços.

Brasília, 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações Financeiras - CEB Lajeado - 31/12/2024 - Encerramento do Exercício - 2024

Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				**PASSIVO**			
Ativo Circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e Equivalente de Caixa	**3**	9	5	Contas a pagar	**11**	6.083	6.396
Aplicações Financeiras	**3**	148.045	176.383	Obrigações tributárias	**12**	38.163	42.440
Concessionários e permissionários	**4**	21.422	20.494	Obrigações com acionistas	**13**	19.065	42.695
Juros sobre capital próprio e Dividendos	**5**	7.063	7.746	Pesquisa e desenvolvimento	**14**	4.534	3.505
Outros créditos		4.348	3.863	Outros passivos circulantes		1.630	1.239
		180.887	**208.491**			**69.475**	**96.275**
Ativo Não Circulante				**Passivo Não Circulante**			
Realizável a Longo Prazo				Obrigações tributárias	**13**	13.406	14.492
Títulos a receber - Investco S.A	**6**	1.642	1.598	Provisões para Litígios Fiscais		4.517	2.960
Repactuação do Risco Hidrológico	**7**	3.337	4.194			**17.923**	**17.452**
Aplicação Financeira	**8**	4.131	2.977				
Depósitos judiciais		2.793	2.793	**Patrimônio Líquido**	**15**		
		11.903	**11.562**	Capital social		112.284	112.284
				Reserva de capital		151.225	151.225
				Reservas de lucros		123.928	136.432
Investimentos	**9**	191.111	194.088	Outros resultados abrangentes		126	126
Imobilizado		224	301			**387.563**	**400.067**
Intangível	**10**	90.836	99.352				
		294.074	**305.303**				
Total do Ativo		**474.961**	**513.794**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**474.961**	**513.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do Resultado - DRE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	**16**	234.366	230.801
Custo com energia elétrica e operação	**17**	(75.508)	(67.802)
Lucro operacional bruto		**158.858**	**162.999**
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	**18**	(10.593)	(7.959)
Amortização do Ágio Eletrobras e Repactuação GSF	**10**	(8.516)	(8.516)
Resultado de Equivalência Patrimonial	**9**	11.595	18.242
Provisão para Litígios Fiscais		(58)	(16)
		(7.572)	**1.751**
Resultado antes do resultado financeiro		**151.286**	**164.750**
Resultado financeiro	**19**		
Receitas financeiras		17.410	23.977
Despesas financeiras		(2.133)	(3.137)
		15.277	**20.840**
Resultado antes dos tributos e participações		**166.563**	**185.590**
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	**20**	(50.993)	(56.254)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.085	2.035
		(49.908)	**(54.219)**
Lucro antes das Partes Beneficiárias		**116.655**	**131.371**
Partes beneficiárias	**13**	(11.665)	(13.137)
Lucro Líquido do Exercício		**104.990**	**118.234**
Lucro básico e diluído por ação		**0,7672**	**0,8640**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do Resultado Abrangente - DRA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	**104.990**	**118.234**
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	-	**(2)**
Resultado Abrangente Total	**104.990**	**118.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reservas de lucros				
	Capital Social	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Reserva de Lucros a Realizar**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Lucros/Prejuízos acumulados**	**Total do Patrimônio Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**112.284**	**151.225**	**22.457**	**101.814**	**-**	**128**	**-**	**387.908**
Operações com acionistas:								
Dividendos pagos no exercício - Conforme 23ª AGO.	-	-	-	(73.391)	-	-	-	**(73.391)**
Juros sobre capital próprio creditados no exercício	-	-	-	-	-	-	(20.825)	**(20.825)**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(11.857)	**(11.857)**
Dividendos Adicionais proposto no Exercício	-	-	-	85.552	-	-	(85.552)	**-**
Transferência para Constituição de Reserva de Lucros a Realizar				(28.423)	28.423	-	-	**-**
Resultado Abrangente Total:		**-**					**-**	**-**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	118.234	**118.234**
Outros Resultados Abrangentes:		**-**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(2)	-	**(2)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**112.284**	**151.225**	**22.457**	**85.552**	**28.423**	**126**	**-**	**400.067**

				Reservas de lucros				
	Capital Social	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Reserva de Lucros a Realizar**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Lucros / Prejuízos acumulados**	**Total do Patrimônio Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**112.284**	**151.225**	**22.457**	**85.552**	**28.423**	**126**	**-**	**400.067**
Operações com acionistas:								
Dividendos pagos no exercício - Conforme 24ª AGO.	-	-	-	(87.921)	-	-	-	**(87.921)**
Juros sobre capital próprio creditados no exercício	-	-	-	-	-		(22.173)	**(22.173)**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-		-	(7.400)	**(7.400)**
Dividendos adicionais Propostos no Exercício 2024				75.417	-	-	(75.417)	**-**
Transferência de saldos de RLR para dividendos Adicionais Propostos				2.369	(2.369)	-	-	**-**
Resultado Abrangente Total:	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	104.990	**104.990**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**112.284**	**151.225**	**22.457**	**75.417**	**26.054**	**126**	**-**	**387.563**

CONTINUAÇÃO

CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto - DFC - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	250.652	261.834
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	16.333	23.406
Recebimento de Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	14.217	17.070
Liberação de garantia - CCEE	6.367	211
Outras	5	128
	287.574	**302.649**
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(33.573)	(41.287)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.762)	(5.669)
Custo uso do sistema de transmissão	(21.462)	(19.483)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos hídricos	(5.664)	(4.685)
Constituição de Garantia - CCEE	(6.248)	(3.093)
Fornecedores de materiais e serviços	(2.346)	(802)
Salários, remuneração e encargos	(6.126)	(5.412)
Doações, contribuições e subvenções	(542)	(722)
Pagamento de despesas financeiras	(87)	(38)
Depósitos judiciais/Custas processuais	(34)	-
Pagamento de impostos	(76.222)	(77.002)
Encargos setoriais	(2.922)	(3.141)
Outros	(301)	(320)
	(165.290)	**(161.654)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**122.283**	**140.995**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	-	(27)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	**-**	**(27)**
Atividades de Financiamentos		
Pagamento de dividendos	(99.778)	(91.586)
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	(36.548)	(16.727)
Pagamento de Partes Beneficiárias	(13.137)	(16.023)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(149.463)**	**(124.336)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**(27.180)**	**16.632**
Saldo de caixa no início do exercício	179.365	162.733
Saldo de caixa no final no final do exercício	152.185	179.365
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras	**(27.180)**	**16.632**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
1 - Receitas	269.097		263.369	
Venda de energia elétrica	**269.097**		**263.369**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de Terceiros	(3.078)		(917)	
Material	(2)		(7)	
Operações com energia elétrica (CCEE)	(27.294)		(12.758)	
Custo de Uso da rede de Transmissão	(21.545)		(19.673)	
Compensação financeira pelos recursos hídricos	(5.977)		(4.365)	
Provisão para Litígios Fiscais	(58)		(16)	
Incentivos Fiscais Diretores seguro de vida	(430)		(615)	
Custos de Oper ação	(1.315)		(1.220)	
Outras Despesas	(173)		(435)	
	(59.872)		**(40.006)**	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	**209.225**		**223.363**	
4 - Retenções				
Depreciação	(77)		(101)	
Amortização	(8.516)		(8.516)	
	(8.593)		**(8.617)**	
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	**200.632**		**214.746**	
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	11.595		18.242	
Receitas financeiras	17.410		23.977	
	29.005		**42.219**	
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**229.637**		**256.965**	
Pessoal e encargos	6.782	3,0%	5.848	2,3%
Impostos, taxas e contribuições	71.153	31,0%	75.754	29,5%
Arrendamento, alugueis e juros	35.047	15,3%	43.992	17,1%
Remuneração de capitais próprios	41.238	18,0%	45.819	17,8%
Retenção de lucros	75.417	32,8%	85.552	33,3%
8 - Valor adicionado total distribuído	**229.637**	**100,0%**	**256.965**	**100,0%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

1 - Contexto operacional

1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEB Lajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Atualmente sua sede social encontra-se localizada na cidade de Brasília/DF, no endereço SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar Edifício ION - Asa Norte, Brasília/DF.

A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, participando da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária

A CEB Lajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no Estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia.

1.3 - Concessão

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O prazo inicialmente estabelecido de duração do contrato de concessão foi de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial, ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, sendo que, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.632 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A., se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	**100,00%**

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 479,90 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., firmado em 27 de novembro de 2001 e com vigência até 15 de dezembro de 2032, com um volume contratado de energia de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios. A garantia física da CEB Lajeado é de 95,02 MW médios desde o ano de 2023 conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicada em 10 de novembro de 2022, como resultado da revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães. A garantia física é revisada periodicamente pela ANEEL.

Houve uma melhoria substancial na geração de energia em 2024, em comparação ao mesmo período de 2023. Os valores de geração bruta foram mais altos em todos os três meses do quarto trimestre de 2024, com as melhorias mais significativas observadas em outubro (variação de 20%), novembro (variação de 35%) e Dezembro (variação de 18%). A geração bruta total para o quarto trimestre de 2024 aumentou cerca de 26% em comparação ao quarto trimestre de 2023, onde a média de MW gerados foi significativamente maior, em 2024 (94,488 MW), em comparação a 2023 (69,894 MW), indicando uma melhor performance em termos de entrega de energia.

Abaixo, segue tabela com média de geração média bruta e a geração média contabilizada para o ano de 2024, comparado ao mesmo período de 2023:

UHE Luis Eduardo Magalhães - CEB Lajeado (2024)					
Ano: 2024	Geração Bruta (MWm)	Geração	Ano: 2023	Geração Bruta (MWm)	Geração
1º trimestre	153,851	150,289	1º trimestre	120,651	115,679
2º trimestre	95,034	92,673	2º trimestre	75,052	72,954
3º trimestre	66,961	65,400	3º trimestre	52,587	50,109
4º trimestre	94,488	91,846	4º trimestre	69,894	67,986

Contudo em 2024, a geração de energia apresentou um crescimento consistente ao longo dos trimestres em comparação a 2023. No primeiro trimestre, houve um aumento de 27,5% na geração bruta. No segundo e terceiro trimestres, o crescimento foi de 26,6 e 27,3% em relação aos mesmos períodos de 2023. No quarto trimestre, a geração foi 35,2% superior ao do ano anterior.

2 - Apresentação das Demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1 - Base de preparação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Administração elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, na Nota explicativa nº 32 está apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais.

A Administração elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos acionistas da Companhia.

A CEB Lajeado avaliou os eventos subsequentes até 20 de março de 2025 e concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 - Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das Demonstrações financeiras é o Real (R$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e no exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para os saldos com Concessionárias e Permissionárias, que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Especificamente para o saldo de Concessionárias e Permissionárias a receber, cabe mencionar que a Companhia não possui histórico de perdas perante o contrato de venda de energia com o seu principal cliente "Neoenergia S/A", porém com a finalidade de atender o que estabelece as normas do IFRS 9 – CPC 48, que trata de ativos e passivos financeiros, a CEB Lajeado assim definiu o seu critério para possíveis perdas, conforme a seguir:

Nível do Risco	Atraso (dias)	Probabilidade de Perda (%)
Risco Baixo	Atraso entre 01 e 30	10,00%
Risco Médio	Atraso entre 31 e 60	50,00%
Risco Alto	Atraso entre 61 e 360	100,00%

• De acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia com a Neoenergia – DF, fica caracterizada a mora da Compradora quando deixar de pagar qualquer das faturas na data de seu vencimento, podendo ser executada judicialmente sem prejuízo da garantia contratual.

• Mesmo com esta regra já pré-estabelecida, a Companhia se certificará do histórico de inadimplência na conta de clientes, antes de constituir o registro de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo o principal cliente da CEB Lajeado, a Neoenergia Distribuição S/A., responsável por mais de 95% da Receita da Companhia, as demais receitas em aproximadamente 5%, são oriundas das operações com o Mercado de Energia de Curto Prazo – MCP.

Ativo não financeiro: O saldo de investimentos, imobilizado e intangível e outros ativos são revisados anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para identificar se existem evidências de saldos não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Especificamente para a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, a Companhia efetuou a análise sobre o contrato de arrendamento da CEB Lajeado com a coligada Investco e concluiu que ele não está no alcance da referida norma contábil, levando em consideração, principalmente, o fato de que a Companhia: (i) não possui, substancialmente, todos os benefícios do ativo; e (ii) não direciona o uso do ativo.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, são utilizadas outras técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia não possui causas cíveis, trabalhistas, e regulatórias de valor relevante, possuindo somente contingências tributárias de menor relevância, conforme apresentado na Nota Explicativa 12 "c". A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração e leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear, de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes passam a gerar benefícios. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte das Demonstrações financeiras os montantes, estimados pela sua área técnica, das liquidações ativas e passivas esperadas, baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados do Mercado de Curto Prazo podem diferir dos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2024, todavia, a estimativa preparada pela Entidade historicamente tem sido próxima aos valores de realização.

CONTINUAÇÃO

CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa.

As aplicações financeiras são excedentes de caixa não utilizados no capital de giro operacional da Companhia e que são apresentados separadamente no Balanço patrimonial, para fins de melhor apresentação dos saldos. Adicionalmente, as Aplicações financeiras apresentadas em Ativo realizável a longo prazo foram segregadas como parte da expectativa da Administração de utilização do recurso aplicado. Essas aplicações financeiras, tanto aquelas apresentadas no Ativo circulante como no não circulante, estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base de preparação das Demonstrações financeiras e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 - Ativos financeiros

A Companhia poderá classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias, de acordo com as normas contábeis: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito a seguir. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação na qual a CEB Lajeado se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante) e títulos a receber da Investco. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado, de acordo com as normas contábeis brasileiras. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos.

A Companhia tem como principais passivos financeiros: Contas a Pagar, Obrigações tributárias, Obrigações com Acionistas e Pesquisa e Desenvolvimento.

2.8 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.9 - Concessionárias e permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

2.10 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Para a CEB Lajeado, a coligada Investco se enquadra nesta categoria.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e, a partir deste momento, são ajustados para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida. As receitas ou as despesas do investidor incluem sua participação nos lucros ou prejuízos da investida, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

2.11 - Intangível

Decorre do i) valor do ágio apurado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006 e ii) pela extensão da concessão resultante da repactuação do risco hidrológico, conforme a Lei nº 14.052/2020, sendo que estes valores estão deduzidos da amortização acumulada até 31 de dezembro de 2024.

2.12 - Redução ao valor recuperável de ativos mantidos em investimentos e intangível

O saldo de investimentos e intangível são revistos anualmente para identificar se há algum indicador de desvalorização dos ativos e elas possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias demonstrarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, a Administração concluiu que o valor recuperável destes ativos é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2023, sendo assim, nenhuma provisão é requerida.

2.13 - Contas a pagar

O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEB Lajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas Demonstrações financeiras.

2.14 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na Demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no passivo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando ocorrer um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

2.15 - Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido ajustado, conforme determina o seu Estatuto Social. De acordo com a legislação societária, o dividendo mínimo obrigatório deve ser reconhecido como um passivo. Já o dividendo declarado e ainda não aprovado é reconhecido como passivo nas Demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão de Governança competente. Desta forma, os dividendos adicionais ainda não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das Demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio são originalmente registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas Demonstrações Financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.16 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.17 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.18 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado.

2.19 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea “a” do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/0. São títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.20 - Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando a entidade satisfaz a sua obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado Neoenergia Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.21 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

As novas normas foram as seguintes:

• Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As mudanças esclarecem que a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes depende dos direitos existentes no final do período de relatório e não das expectativas sobre o adiamento da liquidação.

• Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações detalham que apenas covenants cumpridos até o final do período de relatório afetam a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

• Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: Foram introduzidas novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback", com foco na manutenção do reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento.

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no futuro. As normas publicas pelo IASB e ainda não adotas no Brasil são as seguintes:

• IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1, trazendo novas exigências de apresentação de categorias e subtotais na demonstração de resultados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração. A norma entra em vigor em 2027.

• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Permite que subsidiárias elegíveis façam divulgações reduzidas, desde que não tenham responsabilidade pública e que a controladora prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS. A norma será aplicada a partir de 2027.

Além destes assuntos, também houve a publicação da Orientação Técnica OCPC 10 que trata da contabilização de créditos de carbono e outros instrumentos relacionados.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Mesmo assim, a Administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Demonstrações financeiras no futuro.

2.22 - Aprovação das Demonstrações financeiras

A emissão das destas Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2025.

29 - Outro assunto - Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi recentemente aprovada e promulgada em dezembro de 2023 no Congresso Nacional com um objetivo de simplificar os tributos sobre consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminando redundâncias e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente. Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, para o ano de 2025, a Companhia não terá alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia como resultado da Reforma Tributária.

Adicionalmente, a segunda etapa da reforma tributária no Brasil, prevista para ser enviada ao Congresso Nacional em 2025, focará na tributação sobre a renda. Essa fase incluirá alterações no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e outras medidas relacionadas à tributação de rendimentos.

CLEBER SANTA RITA A. QUEIROZ PEREIRA
Contador da CEB Lajeado
CRC/DF 021056-0/7

JAIRO FERNANDO MECABÔ
Diretor Administrativo e Financeiro
CEB Lajeado

JOÃO WELLISCH
Diretor – Geral
CEB Lajeado

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CEB LAJEADO S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. (“Companhia” ou “CEB Lajeado”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outros assuntos

1) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e está sendo apresentada como informação suplementar por exigência dos seus acionistas e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma contábil e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2) As Demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós e sobre as quais emitimos relatório de Opinião sem ressalva em 13 de março de 2024. A Demonstração do Valor Adicionado relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, também apresentada para fins de comparabilidade, foi revisada por nós na forma e extensão mencionada no parágrafo 1º. desta Seção e foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, em relação às referidas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores

A Administração da CEB Lajeado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, previsto no Art. 133 da Lei 6.404/76. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

CONTINUAÇÃO

CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou r epresentações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2025

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194 CNAI PJ 020

Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE DA CEB LAJEADO S/A. EXERCÍCIO FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros independentes, nomeado pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, bem como demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia, e por seu Regimento Interno. Os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2024, reafirmando manter uma postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades, especialmente em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia. Conclusão: A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, da gestão de riscos e compliance e da Auditoria Externa, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação de pontos indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia. Neste período foram examinados os relatórios da Auditoria Interna até a data base de 31 de dezembro de 2024 e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis com observância à Lei das Sociedades por Ações e às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender, naquilo que lhe foi dado conhecer, que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, concluímos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da CEB Lajeado S.A., foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília-DF, 13 de março de 2025.

Marcello Joaquim Pacheco
Coordenador do Comitê

João Carlos de Oliveira
Membro do Comitê

Wilmar Moreira da Silva
Membro do Comitê

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CEB LAJEADO S/A. EXERCÍCIO FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ata nº 201ª (ducentésima primeira) - Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2024, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Colegiado tomou conhecimento do Relatório da NEXIA TEIXEIRA AUDITORES, emitido em 20 de março de 2025, sem ressalvas. Com base em sua análise, nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião de que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S.A., programada para 28 de abril de 2025. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, nos termos aprovados na 230ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 20 de março de 2025

Brasília, 21 de março de 2025.

Reginaldo Ferreira Alexandre
Presidente do Conselho Fiscal

Leandro Pereira Rovedo
Conselheiro Fiscal

Hormino de Almeida Júnior
Conselheiro Fiscal

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEB LAJEADO S/A - REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS DE 2024

Ata nº 230ª (ducentésima trigésima) Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB Lajeado S/A.

O Conselho de Administração da CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado, com amparo na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art. 23, inciso I do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração da Companhia, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos respectivos documentos complementares, e a proposta de destinação do resultado do exercício, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e tomou conhecimento do Relatório da NEXIA TEIXEIRA Auditores, emitido sem ressalvas, bem como do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário 2024 – CEB Lajeado. O Conselho de Administração concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e DECIDIU convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter à sua deliberação a Proposta da Administração, bem como o Relatório da NEXIA TEIXEIRA Auditores, emitido em 20 de março de 2025, o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados das notas explicativas, do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário 2024 – CEB Lajeado e da proposta de destinação do resultado do exercício.

Brasília-DF, 20 de março de 2025.

Marcello Joaquim Pacheco
Presidente do Conselho de Administração

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro de Administração

Handerson Cabral Ribeiro
Conselheiro de Administração

Ivan Marques de Toledo Camargo
Conselheiro de Administração

João Wellisch
Conselheiro de Administração

Leonardo Silva de Carvalho
Conselheiro de Administração

Tiago Modesto Costa
Conselheiro de Administração



2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - CURATELA

Número do processo: 0716754-41.2023.8.07.0020
Classe judicial: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: ADEILDO ALVES DA SILVA JUNIOR, CLAUDIA REJANE COSTA DA SILVA, FABIANA COSTA DA SILVA
REQUERIDO: ADEILDO ALVES DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL: ADEILDO ALVES DA SILVA JUNIOR

A Dr(a). **MARIA LUISA SILVA RIBEIRO**, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0716754-41.2023.8.07.0020,** ajuizada por REQUERENTE: ADEILDO ALVES DA SILVA JUNIOR, CLAUDIA REJANE COSTA DA SILVA, FABIANA COSTA DA SILVA em desfavor de REQUERIDO: ADEILDO ALVES DA SILVA, foi **DECRETADA,** mediante **sentença proferida em 18/10/2024, devidamente transitada em julgado em 14/11/2024, a CURATELA DEFINITIVA** de **ADEILDO ALVES DA SILVA** (brasileiro, viúvo, CI Nº376.068 SSP/DF, CPF Nº039.616.134-00, nascido em 22/02/1939, filho de Joaquim Alves da Silva e Adelina Jacinto da Silva), em razão de ser portador de CID-10: F60.0 e F03.9, sendo-lhe nomeado **Curador, ADEILDO ALVES DA SILVA JÚNIOR (brasileiro, casado, CI Nº1.244.395 SSP/DF, CPF Nº559.749.021-49).**

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Este Juízo tem sede na 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Águas Claras, Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF - CEP: 71937720 - Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00. Eu, Diretor de Secretaria, confiro e assino por determinação do(a) MM(ª). Juiz(a) de Direito.

DOCUMENTO DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE, CONFORME CERTIFICAÇÃO DIGITAL



Este documento foi gerado pelo usuário 007.***.***-92 em 14/04/2025 12:56:09
Número do documento: 25021720021100000000205908796
https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25021720021100000000205908796
Assinado eletronicamente por: HEBER MOREIRA - 17/02/2025 20:02:11

Polícia Civil do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação



PROCESSO SEI/GDF 00052-00007089/2024-88
RELAÇÃO DE BENS

Processo SEI/GDF 00052-00007089/2024-88. A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por intermédio da Comissão Permanente de Alienação (CPA), designada pela Portaria 277/2024-PCDF (publicada no DODF 190, página 35, de 03/10/2024); em atendimento ao disposto na Lei Complementar do DF nº 751/2007, artigo 8º, V, e ao disposto na Norma de Serviço n. 16/2024-CGP/PCDF, artigo 17; torna pública a seguinte RELAÇÃO DE SUCATAS VEICULARES (automóveis, motocicletas, motores veiculares e outros) e NOTIFICA OS EVENTUAIS PROPRIETÁRIOS (fiduciários, alienantes e/ou sub-rogados nos direitos) dos bens apreendidos e/ou arrecadados pela PCDF tipificados na LCDF 751/2007, artigo 2º, V, abaixo discriminados, a comparecerem em horário comercial na sede da CPA mediante prévio agendamento (endereço: Setor Residencial Econômico Sul - SRES, Quadra 1, Área Especial, Lote 14, CEP 70640-008, Cruzeiro Velho/DF; telefone: (61) 3207-4940; e-mail: cpa@pcdf.df.gov.br) para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da presente publicação, mediante comprovação documental de propriedade dos bens, proceder a sua retirada, sob pena de tê-los arrematados em lote único de leilão de material ferroso para os fins de reciclagem siderúrgica. Os dados relativos aos citados bens seguem na seguinte ordem: número de Indicação *Higeia*, marca/modelo, placa e eventuais observações. Indicação 062/2025: GM/Opala Diplomata de NIV 9BGVN69FKKB115010; Indicação 67/2025 Honda/CG 150 Titan KS de placa HBK7075-MG; Indicação 096/2025: Yamaha/Factor YBR 125 E de placa HTG4177-MS; Indicação 097/2025: Honda/CG 125 Titan ES de placa HPH9408-MA; Indicação 101/2025: VW/Santana GL 2000I de placas JJJ1948-DF.

Brasília/DF, 11 de abril de 2025.

CRISTIAN DA ROSA DE SOUZA
Presidente da Comissão

Vice-Governadoria do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral



AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025
PROCESSO SEI Nº 04043-00000282/2025-66
(EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL)

O Distrito Federal - DF, por meio da VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, autorizada pelo Decreto Distrital nº 44.504/2023, por meio da Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Ordem de Serviço nº 24/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação, constituída de GRUPO ÚNICO DESTINADO A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL cujo OBJETO é a aquisição de bens permanentes (eletrodomésticos) com vistas à atender as demandas da Vice-Governadoria (VGDF) e da Residência Oficial, sob a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO POR GRUPO ÚNICO, Adjudicação GRUPO ÚNICO. Valor Total Estimado do GRUPO ÚNICO é de R$ 7.525,10 (sete mil quinhentos e vinte e cinco reais e dez centavos), UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 100101 PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.8203.8517.0109 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Distrito Federal; NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - Material Permanente; FONTE: 100 – Ordinário não vinculado; em SESSÃO PÚBLICA: NO DIA DE 28 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10h, DATA-LIMITE DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 9h50 do dia 28 DE ABRIL DE 2025, conforme especificações e quantitativos constantes no EDITAL. O EDITAL e seus ANEXOS encontram-se disponibilizados, sem ônus, no sítio: http://www.compras.gov.br e/ou na página da VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL – VGDF, www.vice.df.gov.br (clicar em “Brasília Transparente > Pregões”). A sessão Pública será processada no sítio do Compras Governamentais, nos termos do EDITAL.

ANA GABRIELA DE OLIVEIRA BARRETO
Pregoeira – VGDF

Concreto Redimix de Brasília Ltda.

CNPJ (ME): 00.402.305/0001-20 - NIRE nº 53 2 0007386 2

Reunião de Sócios Cotistas - Edital de Convocação

Ficam os senhores cotistas da Concreto Redimix de Brasília Ltda, convocados para se reunirem no dia 25 de abril de 2025, às 08:00 horas, em primeira chamada e às 08:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas “Zoom”, cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 14/04/2025 **Eneida Melo Cruz -** Administradora

SINET DF cnpj 20.451.771/0001-02 convocação da assembleia geral extraordinária no dia 15/04/2025 no SCS ed denasa sala 101 às 10:00 h . Ordem do dia: eleição de nova diretoria e ampliação no seu objeto e mudanças no estatuto social e proposta de acordo coletivo de trabalho com a empresa shalom agenciamento cnpj 24.427.002.0001-20 sendo seis associados do quadro efetivo Brasília 14/04/2025. Luzilene Alves dos Santos diretora secretaria

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação de Licitações



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025 - UASG 974002

A Pregoeira comunica aos interessados que a Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG operacionalizará licitação visando o Pregão Eletrônico em epígrafe, no sistema Compras, cujo objeto é o Registro de Preços visando eventual aquisição de material de produção de higienização (absorvente higiênico, aparelho de barbear, creme dental, entre outros), para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes do Edital e seus anexos. Valor estimado: R$ 21.269.337,10. Tipo de Licitação: Menor preço. Abertura das propostas: 29/04/2025, às 9h30. Processo nº 04044-00000476/2024-52. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Brasília/DF, 14 de abril de 2025

KARLA REGINA DA SILVA ROCHA

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras



AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90096/2025 - UASG 926119

Objeto: Compra/contratação, em sistema de registro de preços, via pregão, de insumos necessários para o diagnóstico de diferentes agravos que empregam diversas técnicas de biologia molecular, objetivando a rápida detecção e investigação de surtos, confirmação e delineamento dos perfis de transmissão, inferência sobre a origem e veículos de transmissão das linhagens pesquisadas, garantindo a proteção e a promoção da Saúde Pública, bem como rapidez na tomada de decisões, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00254133/2023-85. Total de 24 itens (Ampla Concorrência). Valor Estimado: R$ 277.700,9748. Cadastro das Propostas: a partir de 15/04/2025. Abertura das Propostas: 30/04/2025, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto D, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

MarceloChaves

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
@marcelochaves
marcelochaves@grupojbr.com



Presenças especiais

Mãe e filha foram presenças festejadas no casamento da ex-primeira-dama e empresária Karina Curi com o advogado paulista Marco Aurélio de Paula Machado, em Roma, na Itália. Convidadas especiais do enlace, a empresária Melissa Gontijo e a mãe Ana Maria Gontijo fizeram questão de prestigiar a ocasião. Ana Maria foi amiga de longa data da saudosa pioneira Yara Curi, mãe da noiva, e Melissa é amiga de infância de Karina.

"Foi emocionante participar deste momento porque vimos nascer de perto este amor e acompanhamos toda a jornada que levou a esse enlace. Foi um casamento mágico e também inesquecível. Que o amor deles seja eterno, como a cidade que escolheram para selarem a união", destacou Melissa. De Roma, as Gontijo seguiram rumos diferentes. Ana Maria viajou para a Holanda com a amiga Cleuza Ferreira e Melissa seguiu para a região da Sicília com o marido Carlos Gurgulino.

MARCELO CHAVES



Empresária Melissa Gontijo com a mãe Ana Maria no casamento de Karina Curi e Marco Aurélio Machado em Roma, na Itália

Conversa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu telefonema da primeira-ministra d Dinamarca. Na conversa com Mette Frederiksen, Lula reforçou o convite para que ela visite o Brasil na COP-30 e Cúpula Brasil - União Europeia. Ambos mostraram determinação de trabalhar pela finalização do acordo Mercosul - União Europeia. Lula ainda expressou apoio na questão da Groenlândia.

Exportações

Tiveram aumento de 12,5% as exportações do agronegócio no mês de março, chegando a US$ 15,6 bilhões. A estimativa de produção de grãos em 330,3 milhões de toneladas na safra 2024/25 representa um crescimento de 32,6 milhões de toneladas quando comparado ao ciclo 2023/24. Se confirmado, pode ser considerado o maior já registrado na história do Brasil.

Propostas

O governo federal promoveu reunião sobre financiamento internacional para conservação de florestas tropicais. Conduzido pelo MMA, o encontro reuniu presidente e diretora da COP30, governo do Reino Unido e representantes da ONU, MRE e sociedade civil. O objetivo é discutir mecanismos de cooperação financeira entre países para a conservação das florestas.

Números

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 2024, 513.887 processos, volume que representa um incremento de 57% em cinco anos. No mesmo período, a quantidade de processos que chegou ao TST cresceu 19%. Só no ano passado, ingressaram no Tribunal 510.587 novos casos. Cada ministro ou ministra analisou, em média, 21.787 processos.

Na França

A curadora Danielle Athayde está em Marselha, na França, onde começa a montagem da exposição *Brasília – da Utopia à Capital*. A mostra será realizada no icônico edifício Cité Radieuse, projetado por Le Corbusier, entre os dias 19 de abril e 25 de maio. O evento, contará ainda com um seminário e exibição de dois filmes, que tem Brasília como pano de fundo.

Diplomacia

Representantes do governo brasileiro cumpriram uma missão estratégica na Europa. Nas cidades de Bruxelas e Roma, as agendas focaram em temas essenciais como relações bilaterais, sustentabilidade e o posicionamento do Brasil como fornecedor responsável e inovação de alimentos no cenário global. Encontros que tiveram resultados muito positivos.

Turismo

De acordo com o levantamento feito pela Booking.com, o Brasil aparece entre os cinco países mais buscados por viajantes de todo o mundo para o período entre abril e junho de 2025. Atrás apenas da Espanha, Itália, Estados Unidos e França. Em comparação com o mesmo período do ano passado, houve crescimento de 61% nas buscas por acomodações no país.

Viver com Arte: mostra é aberta em Brasília

A Artefacto Brasília lançou a Mostra Viver com Arte, um evento que celebra o design de interiores e a arquitetura. A abertura feita com um brunch para convidados contou com a presença dos profissionais que assinam os ambientes, como arquitetos e designers de interiores, além da diretoria nacional da Artefacto, o CEO Paulo Bacchi, Pedro Torres e dos franqueados Denise Zuba e Felipe Zuba.

O evento teve como ponto alto a participação da influenciadora Ana Paula Siebert Justus, esposa do empresário Roberto Justus. A Mostra 2025 promete ser um marco no cenário da decoração da capital. Os visitantes poderão conferir ambientes modificados por profissionais como Arnaldo Pinho, Cybele Barbosa, Mônica Pinto, Hélio Albuquerque, Juliana Leão, Raphael Cruz e Rosa Maranini, entre outros.

CÉSAR REBOUÇAS



Felipe Zuba, Thais Riedel Zuba, Ana Paula Siebert Justus, Paulo Bacchi, Denise Zuba e Paulo Zuba na abertura da exposição realizada na Artefacto Brasília no Lago Sul